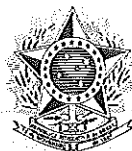
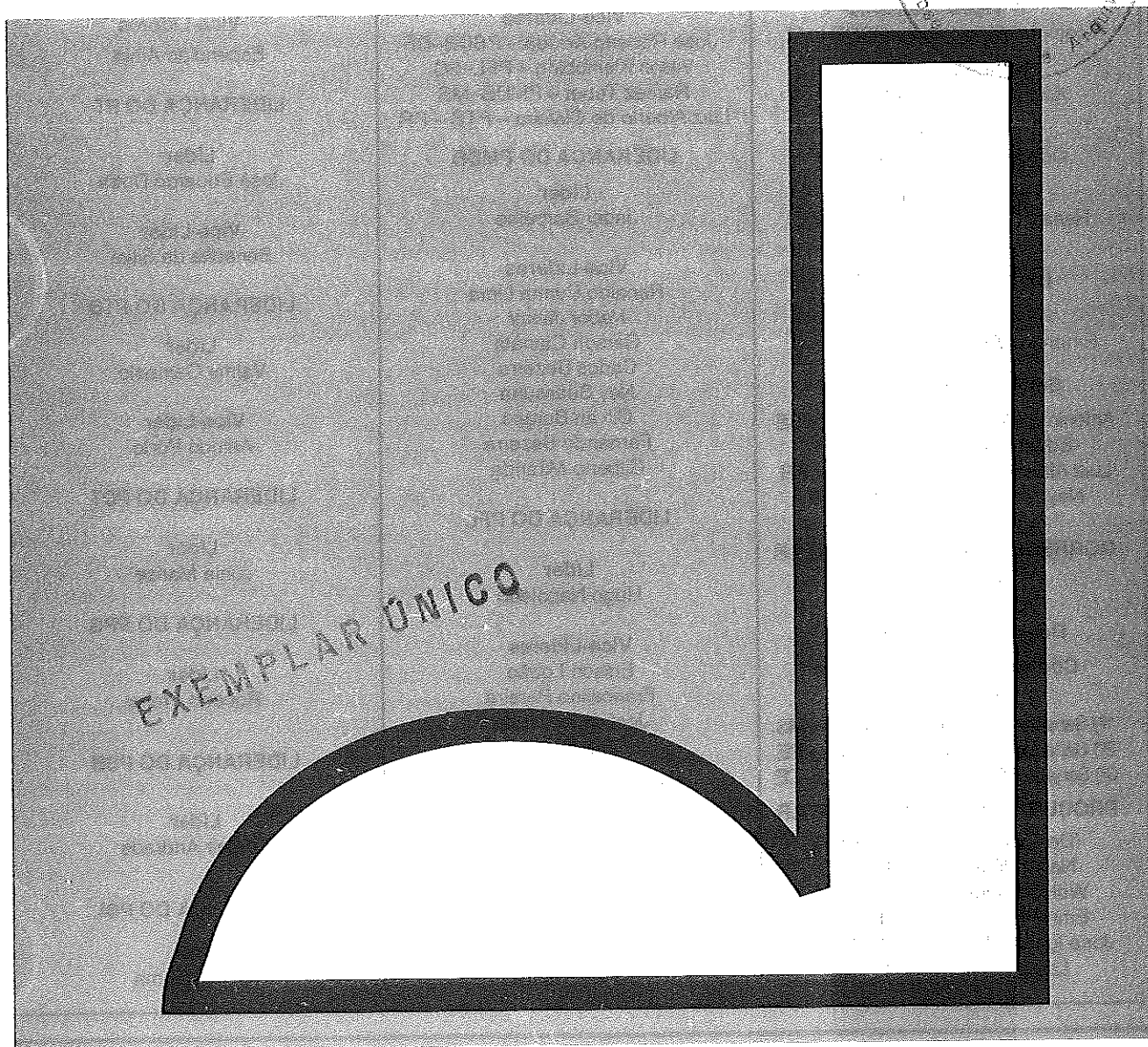
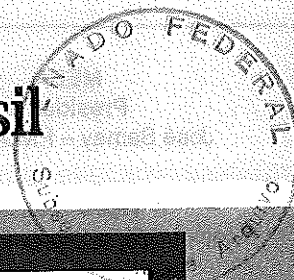


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LI - Nº 059

QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antonio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR Ney Suassuna – PMDB – PB</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Hollanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Arlindo Porto</p> <p>LIDERANÇA DO PDT Líder Júnia Marise</p> <p>LIDERANÇA DO PPS Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSB Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PSL Líder Romeu Tuma</p>
---	---	---

<p>EXPEDIENTE</p>		
<p>AGÁCIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
<p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p>	<p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p>	
<p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 35ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE ABRIL DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nºs 142 e 143, de 1996 (nºs 259 e 261/96, na origem, respectivamente), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados. 05825

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 31, de 1996, do Ministro da Aeronáutica, referente ao Requerimento nº 52, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda. 05825

Nº 67, de 1996, do Ministro do Trabalho, referente ao Requerimento nº 34, de 1996, de informações, do Senador Júlio Campos. 05825

1.2.3 – Parecer

Referente ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal. 05825

1.2.4 – Requerimentos

Nº 308, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro. 05826

Nº 309, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 296, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo o direito à participação em atividades de estágio. 05826

Nº 310, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando ao Ministro do Planejamento e do Orçamento as informações que menciona. 05826

1.2.5 – Ofício

Nº 9/96, do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, comunicando a rejei-

ção do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal. 05827

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 1995, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 05827

Término do prazo, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nº 73 e 225, de 1995, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Emandes Amorim, respectivamente. 05827

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Saudando o Sr. José Bonifácio pela posse no Senado. Críticas da imprensa com o fim de desmoralizar o Poder Legislativo. Solidariedade ao Senador Jefferson Pêres, contra os ataques que visam denegrir sua imagem pública. 05827

SENADOR GILVAM BORGES – Declarações infundadas dos veículos de comunicação escrita à administração e desempenho do Senado Federal. Repúdio às manifestações do Deputado Augusto de Carvalho, sobre os subsídios concedidos aos Senadores. Defesa de condições mais propícias para o exercício do mandato parlamentar. 05831

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Ataques ao Congresso Nacional como forma de desviar a opinião pública das grandes mazelas nacionais. Ameaças do Sr. José Fernando de Almeida, Diretor Nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal, aos mutuários de casas superfaturadas no Estado do Paraná. 05834

1.2.8 – Ofício

Nº 96/793.1, do Presidente do Banco Central do Brasil, comunicando a delegação de atribuições e competências aos diretores citados. (Diversos nº 29, de 1996). 05835

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.369, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Designação da Comissão

Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.	05835	caracterização do setor de comercialização de produtos combustíveis.	05839
Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.370, de 28 de março de 1996, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.	05836	SENADOR EDUARDO SUPPLY - Alertando o Banco Central para a importância da conclusão de sindicância administrativa em curso no Banco Excel.	05842
Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.371, de 28 de março de 1996, que isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados bens de informática adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.	05837	SENADORA MARINA SILVA - Registrando o pedido de exoneração do Dr. Antonio Jurandy Porto Rosa, Defensor Público-Geral da União, e suas valiosas contribuições em defesa da reforma agrária no País.	05854
Referente à ausência do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, nos trabalhos de Plenário, e encaminhamento de ofícios aos membros da Procuradoria Parlamentar e ao 1º Secretário da Mesa, solicitando as devidas providências em resposta aos noticiários da imprensa à respeito da administração e do funcionamento da Casa.	05837	SENADOR JOSÉ BONIFÁCIO - Discurso inaugural.	05854
Presença na Casa, do Sr. José Bonifácio Gomes de Souza, suplente convocado da representação do Estado de Tocantins, em virtude do afastamento do titular, Senador Leomar Quintanilha.	05837	1.2.13 - Requerimento Nº 311, de 1996, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando a inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 138/95, de sua autoria, que cria área de livre comércio no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba.	05856
1.2.10 - Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor José Bonifácio Gomes de Souza		1.2.14 - Discurso do Expediente (continuação) SENADOR GUILHERME PALMEIRA - Homenagens pelo centenário de nascimento do professor Mário Marroquim.	05856
1.2.11 - Comunicação Do Senador José Bonifácio, informando seu nome parlamentar e que integrará a bancada do Partido Progressista Brasileiro - PPB.	05839	1.3 - ENCERRAMENTO 2 - ATA DE COMISSÃO 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 28 de março de 1996.	05858
1.2.12 - Discursos do Expediente (continuação) SENADOR JOSÉ FOGAÇA - Análise sobre a liberalização dos preços dos combustíveis. Importância da adoção de medidas contrárias à		3 - ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 375 a 383, de 1996.	05896
		4 - MESA DIRETORA 5 - CORREGEDORIA PARLAMENTAR 6 - PROCURADORIA PARLAMENTAR 7 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS 8 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 9 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 10 - COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 35ª Sessão Não Deliberativa em 3 de abril de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs. Eduardo Suplicy, Nabor Júnior e Roberto Requião
(Incia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gerson Camata, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 142, de 1996 (nº 259/96, na origem), de 1º de abril do corrente ano, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1996 (nº 726/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – Parte Geral, sancionado e transformado na Lei nº 9.268, de 1º de abril de 1996; e

Nº 143, de 1996 (nº 261/96, na origem), de 2 de abril do corrente ano, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1991 (nº 3.288/92, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que dá nova redação ao § 4º do art. 159 do Código Penal, sancionado e transformado na Lei nº 9.269, de 2 de abril de 1996.

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 31/96, de 27 de março de 1996, do Ministro da Aeronáutica, referente ao Requerimento nº 52, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

Nº 67/96, de 28 de março de 1996, do Ministro do Trabalho, referente ao Requerimento nº 34, de 1996, de informações, do Senador Júlio Campos.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

PARECER

PARECER Nº 165, DE 1996

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon que Dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal.

Relator: Senador Bernardo Cabral.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 1995, de autoria do ilustre Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal.

O objetivo da proposição é estabelecer para os Chefes de Missões Diplomáticas de caráter permanente a obrigação de comparecer, a cada dois anos, perante o Senado Federal para prestação de contas de sua missão (art. 1º).

O Ministério das Relações Exteriores, em entendimento com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, estabelecerá uma escala de comparecimento dos Chefes de Missões Diplomáticas, mediante rodízio, de modo a completar o ciclo a cada dois anos (art. 2º).

O Tribunal de Contas da União realizaria auditoria prévia, em cada Missão Diplomática, a tempo de fornecer, ao Senado Federal, relatório circunstanciado dessa auditoria (art. 3º).

A nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fixaria uma pauta de itens a serem auditados, de temas a serem discutidos e de informações e dados a serem apresentados pelos Chefes de Missões Diplomáticas. (art. 4º).

Na justificativa do projeto, o ilustre Senador Pedro Simon esclarece que a liturgia que cerca a designação de um chefe de missão diplomática, tal como prevista no art. 52, IV, da Constituição Federal, demonstra a importância de sua função que, quando judiciosamente sopesada, não deixa dúvidas quanto à responsabilidade do Senado Federal, no

momento em que emite seu pronunciamento quanto à escolha do Chefe do Executivo.

Reclama ainda que o ordenamento jurídico não prevê um rito correspondente à avaliação do desempenho dos delegados da Nação, o que possibilitou as numerosas irregularidades constadas em recente auditoria a cargo do TCU, em algumas das representações brasileiras no exterior.

E, por fim, afirma: mais que exercer o controle sobre a correta aplicação de recursos e sobre a guarda dos bens colocados à disposição dessas representações, necessária se faz uma avaliação periódica do desempenho da missão que é confiada aos nossos representantes junto aos diversos países e organismos internacionais.

Compreendo a preocupação e os motivos que levaram o Senador Pedro Simon a propor a presente medida, mas julgo que há outros meios, menos onerosos, para que a Nação proceda a uma avaliação do trabalho de nossos representantes diplomáticos.

Final, compete privativamente ao Presidente da República manter relações com Estados estrangeiros e a única restrição que lhe é feita, no tocante ao exercício do direito de delegação ativa, é a aprovação prévia, por esta Casa, dos representantes por ele escolhidos.

Esta nossa competência existe para satisfazer aos reclamos da teoria dos freios e contrapesos de Montesquieu. Ampliar as atribuições exclusivas do Senado Federal, em assuntos diplomáticos, é colocar inibições exageradas a uma atribuição bastante nítida do Presidente da República, a quem cabe nomear e destituir nossos chefes de missão de caráter permanente.

Em meu entender, a fiscalização de natureza técnica, contábil ou financeira de nossas missões deve ficar exclusivamente a cargo do Tribunal de Contas da União.

A avaliação do desempenho ético, político ou diplomático deve permanecer no âmbito das tarefas presidenciais.

Não considero oportuno, nem conveniente, estabelecer novas intervenções do Senado na área diplomática, pois penso que tal acréscimo de competência privativa acarretaria justificável queixa da Casa do Povo, que é a Câmara dos Deputados.

Em face do exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 1995.

Sala das Comissões, 28 de março de 1996. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Bernardo Cabral**, Relator – **Nabor Júnior**, vencido – **Pedro Simon**, assina sem voto por ser autor – **Benedita da Silva**, vencido – **Sebastião Rocha** – **Hugo Napoleão** – **José Agripino** – **Joel de Hollanda** – **Geraldo Melo** – **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gerson Camata.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 308, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que Regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1996. – Senador **Roberto Requião**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 309, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação requeiro, nos termos do art. 172, inciso I Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 296 de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que Altera dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo o direito à participação em atividades de estágio.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1996. – Senador **Roberto Requião**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Os requerimentos lidos serão publicados oportunamente, e incluídos em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 255, II, c, 3, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gerson Camata.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 310, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, requeiro sejam encaminhadas as seguintes solicitações de informações ao Ministro de Estado do Planejamento e do Orçamento:

1. Quais os procedimentos operacionais que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES utiliza quando da análise e concessão de empréstimos aos Estados?

2. Como é feita a execução dos Estados inadimplentes? No caso de execução, qual o tratamento dispensado às ações de empresas públicas dadas em garantia de empréstimos?

3. Há alguma exigência do BNDES acerca de valores mínimos de recebimento e de venda das ações de empresas públicas recebidas em garantia? No caso de execução, como é determinado o valor de venda dessas ações?

4. As ações de empresas públicas recebidas pelo Banco em garantia de empréstimos a Estados podem ser utilizadas para promover a privatização dessas empresas?

Justificação

O requerimento de informações ora apresentado insere-se no âmbito da competência fiscalizadora do Congresso Nacional, constitucionalmente definida, que, no presente caso, torna-se imprescindível para a proteção do patrimônio público, ameaçado por tentativas de privatizações irresponsáveis, que nada mais são que dilapidação do patrimônio do povo.

Assim sendo, pretendo com esse requerimento obter do BNDES explicações sobre a análise e a concessão de empréstimos a Estados, assim como os procedimentos adotados por aquela instituição federal de crédito no caso de recebimento de ações de empresas públicas em garantia de tais empréstimos.

Ademais, desejo que seja explicada a forma de determinação do preço de tais ações e se é possível, na forma da lei, sua utilização em programas de privatização.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1996. – Senador **Roberto Requião**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O requerimento será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gerson Camata.

É lido o seguinte:

OF. 9/96-CRE

Brasília, 28 de março de 1995

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de comunicar a Vossa Excelência, conforme dispõe o art. 91, § 2º, do Regimento

Interno, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal, na reunião do dia 28 de março corrente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e apreço. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O ofício lido vai à publicação.

Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o comparecimento bienal de Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que modifica o parágrafo 1º do art. 74 do Código de Processo Penal, para incluir na competência do Tribunal do Júri o julgamento de crimes contra a Administração Pública, o Sistema Financeiro Nacional, a Seguridade Social e a Ordem Tributária; e

– Projeto de Lei do Senado nº 225, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que acrescenta dispositivos à Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e dá outras providências.

Os projetos foram rejeitados e vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar quero saudar a Bancada do Estado de Tocantins, aqui representada por dois companheiros Deputados Federais e pelo nosso Senador que dispensa apresentação maior.

Estamos informados de que hoje toma posse o Senador José Bonifácio Gomes de Souza, suplente do nosso colega Leomar Quintanilha. Quero registrar minhas boas-vindas, dizendo que o Senado recebe um colaborador que engrandecerá esta Casa, mas não por isso deixamos de lamentar a saída do nosso Senador Leomar Quintanilha, que irá exercer cargo na Secretaria de Governo do nosso estimado e querido companheiro Governador Siqueira Campos.

O Senador João Rocha já comunicou aos seus amigos mais ligados, entre os quais sempre peço permissão para ser incluído, da vinda desse nosso companheiro daqui a pouco. Vamos aguardar, Sr. Presidente, e, no momento oportuno, faremos as devidas homenagens.

Outro assunto me traz à tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, sobre o qual quero fazer algumas reflexões. Tenho lido na imprensa - e me mantido à distância de qualquer comentário - a análise crítica, às vezes até amarga, que se está a fazer contra o Senado Federal.

Não é de agora. Fui Deputado Federal no ano de 1967 - portanto, há quase 30 anos - e sei quais eram as regalias de que gozavam os Srs. Senadores. Digo regalias, Sr. Presidente, para não dizer prerrogativas nem privilégios. Naquela altura, quando se referiam a um Senador, o respeito se impunha.

Os tempos foram passando e, ao que sei, não é de agora, neste instante, nesta Legislatura, que se inaugura que Senador tenha carro, tenha gabinete, tenha telegrama, tenha os serviços atinentes ao cargo, ao mandato que desempenha.

O que me causa espécie, Sr. Presidente, é que, vez por outra, quando uma crítica desta é tocada, logo ouço e vejo referência sobre o Presidente do Senado, que é representante do Amapá, num nítido preconceito, Sr. Presidente, porque S. Ex^a representa um Estado pequeno, a distância, que compõe a Amazônia oriental. Quem sabe se o Presidente Sarney fosse representante de um Estado grande como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, se haveria essa mesma plethora de resistência à sua administração?

Eu, como homem que desempenhou mandato por um Estado grande na sua imensidão territorial, mas pequeno porque dispõe de apenas oito Deputados Federais em sua representação, tenho a noção

exata de que não é o local onde nasceu que dá à pessoa humana condições de intelectualidade, sabedoria, energia, decência e dignidade pessoal. Se assim fosse, V. Ex^a, Senador Nabor Júnior, que preside a sessão e que nasceu em nossa Região, sabe que seria difícil competirmos com o homem do Sul.

Formei-me na Faculdade de Direito do Amazonas e, ao longo de 20 anos, advoguei no Rio de Janeiro; nem por isso notei diferença entre os advogados da minha terra e os advogados cariocas que, afinal, acabaram me alçando à Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, sem distinção de onde eu havia nascido.

Sr. Presidente, nós - incluído o Tocantins -, que fazemos parte das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que não dispomos de uma representação altíssima em número - nem por isso se deve desprezar a qualidade -, estamos verificando que há uma orquestração qualquer não apenas contra o Senado Federal; há um objetivo em mente.

Há dias, fala-se de determinado privilégio que o Senado teria, o IPC; os Congressistas foram devidamente admoestados, foram fustigados e, aos poucos, estão sendo transpostas não barreiras ou obstáculos, mas escadas, no sentido de desmoralizar a instituição por inteiro. E tenho dito sempre: é típico das ditaduras enfraquecer o Judiciário e desmoralizar o Legislativo. Mas, ao que sei, Sr. Presidente, estamos em pleno regime democrático, onde todos manifestam a sua opinião. Nós mesmos, desta Casa, defendemos uma atuação jornalística investigativa que ponha a nu tudo o que há e revele para a sociedade aqueles que não estão desempenhando o mandato.

Ainda recentemente V. Ex^a leu, junto com todos nós, que os Parlamentares tinham tirado férias de 10 dias e aqui não se encontravam. Temos tido reuniões diárias aqui e na Câmara, temos debatido assuntos da mais alta relevância, que não merecem sequer - e, aí, há um estranho paradoxo - uma linha na imprensa. Por que isto, Sr. Presidente? O que está havendo? Será que com o Legislativo fechado a imprensa será mais forte? Será que com uma imprensa coagida o Legislativo é mais atuante? O que é que está faltando para essa interação? O que, Sr. Presidente, passa na cabeça de muita gente? Que cordéis são esses que, a distância, estão transformando em marionetes informações que nem sempre condizem com a realidade?

O Sr. Gerson Camata - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Ouço V. Ex^a, Senador Gerson Camata, com muito prazer.

O Sr. Gerson Camata - Ilustre Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a, com a coragem que o caracteriza, aborda essa onda que se está fazendo, e que vem crescendo cada vez mais, contra o Poder Legislativo. V. Ex^a, tal qual todos nós, membros da Casa, e os que prezam o regime democrático, preocupa-se em saber a origem, de onde vem, qual é o objetivo e por que isso. Fico às vezes pensando que é muito comum, e acontece muito, objetivos ideológicos de direita e de esquerda - embora essa linha seja cada vez menos perceptível e mais tênue - se confundirem no seu objetivo e no seu interesse. Observei, por exemplo, quando votamos aqui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que grande parte das emendas, de sentido corporativo, vindas de Partidos políticos que têm mais ou menos uma posição de esquerda, objetivavam destruir o ensino público. Ora, quando se objetiva destruir o ensino público está-se favorecendo o ensino privado, particular. No momento em que, obedecendo-se ao corporativismo, se aprova uma emenda que aumenta o número de professores e reduz o tempo necessário à sua aposentadoria, aumentando o custo da escola pública, com os Municípios e os Estados na situação em que estão, está-se inviabilizando o ensino público e ajudando o ensino privado. Então, vejo que a pregação dos nossos companheiros a favor do ensino público não é verdadeira, pois eles querem destruir o ensino público. E aí se valoriza a escola particular, a escola privada. Recentemente, ouvimos um ilustre Parlamentar, cheio de seus méritos, servir de instrumento para essa campanha contra o Senado - o que, daqui a pouco, vai se virar contra ele. E o objetivo qual será? Pelo que tenho lido, todas as matérias dos jornais são iguais, parecem escritas por uma pessoa só; como eu assino e leio vários jornais, vejo que até nos jornais do Espírito Santo as matérias são iguais. Há uma redação apenas, não muda nada. Mas qual é o objetivo? O objetivo é inviabilizar que pessoas do povo, como V. Ex^a, como eu, como João Rocha, como Nabor Júnior, como Roberto Requião, consigam ser Senadores. Porque, retirando-se o direito à moradia, o direito ao uso do telefone e à passagem de avião, nenhuma pessoa de classe média baixa terá mais condição de ser Senador. O Senado será então a Câmara dos Lordes: somente os milionários, que pagarão, serão Senadores. E, pagando para serem Senadores, vão cobrar muito caro, vão cobrar caríssimo deste País pelo trabalho que farão em favor de si mesmos aqui. O objetivo só pode ser esse, porque ele é diretamente dirigido nesse sentido: querem acabar com o direito que a

classe média - classe média média, constituída por pessoas do povo, por pessoas humildes, como Gilvam Borges - tem de poder oferecer Senadores a este País. E lamento que não esteja aqui o Senador Eduardo Suplicy, que é Membro da Mesa e tem a obrigação de ser bem informado, pois quero fazer uma censura a S. Ex^a, que pescou em água turva e lançou-se como o único Senador que não usa carro do Senado. Vários Senadores não usam carro do Senado. Devia S. Ex^a ter perguntado quais eram, para não se proclamar vestal e atacar os seus Colegas, servindo a esses que querem desmerecer o trabalho que o Senado brasileiro faz em favor do País. Quando S. Ex^a estiver presente, repetirei o que estou dizendo aqui e cobrarei dele essa posição. S. Ex^a foi covarde nas declarações que deu, e que saíram iguais, com a mesma redação, nos dois jornais do Estado do Espírito Santo e em todos os jornais do Brasil que li hoje - pelo menos uns 10. Cumprimento V. Ex^a pela coragem da afirmação que faz e da posição que tem neste momento.

O SR. BERNARDO CABRAL - Senador Gerson Camata, o que me traz à tribuna eu até diria que não seria algo em termos de coragem. Péricles dizia que precisamos ter coragem para defender a liberdade, sem perder de vista uma e outra.

No caso, o que quero é não perder de vista o fortalecimento do Poder Legislativo. E nesta hora em que falo em fortalecimento do Poder Legislativo, quero saudar o Ex-Governador Ary Valadão e a Exm^a Sr^a Deputada Maria Valadão, ele que foi meu companheiro de Câmara já há quase 30 anos. Depois, o tempo fez com que nós nos separássemos, mas nem por isso algumas divergências políticas cortaram a amizade.

Quando falo em fortalecimento do Poder Legislativo, Sr. Presidente, é porque este é, inequivocamente, indubitavelmente, o Poder mais autêntico dos três. É aqui no Legislativo que vêm ressoar, que vêm ecoar todas as angústias populares, todos os seus clamores. É à porta do Deputado, é à porta do Vereador, do Senador que o povo acorre, cobrando deles, como representantes, não apenas a transparência que todos nós queremos, mas trabalho, honestidade, seriedade na representatividade.

O Sr. João Rocha - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Roberto Requião - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Eu o darei em seguida, até porque V. Ex^a me honra com o aparte.

No Judiciário, Sr. Presidente, e advogo há 40 anos, as portas não são tão abertas. Em alguns instantes as sessões não são sequer permitidas aos advogados, quando correm segredos de Justiça, a não ser àqueles que sejam os patronos. No Executivo, muito menos. Aqui a porta está aberta a todos, a fiscalização é ampla.

Por que vamos enfraquecer o Poder Legislativo? O que é que passa por trás disso tudo? Diz o Senador Gerson Camata, com a responsabilidade e a seriedade de quem foi chefe do Poder Executivo, portanto, conhecendo os dois lados, e já darei o aparte ao Senador Roberto Requião...

O SR. JOÃO ROCHA - Peço também um aparte a V. Ex^a?

O SR. BERNARDO CABRAL - V. Ex^a terá prioridade, até porque já havia solicitado antes.

Veja, Sr. Presidente, que esta Casa é formada de pessoas que trazem experiência. Uns foram Governadores, outros foram Ministros de Estado, outros são médicos, advogados, e não vieram para cá para fazer - pelo menos falo por mim, sem que isso represente uma agressão aos demais companheiros - a engorda da sua conta bancária.

No dia em que o mandato legislativo for gratuito, como bem disse o Senador Gerson Camata, os Legislativos estarão repletos de pessoas que manobrarão os destinos do País, transformando-o numa mera cubata africana.

Ouçó V. Ex^a, Senador João Rocha.

O Sr. João Rocha - Nobre Senador Bernardo Cabral, na sexta-feira que passou, coincidentemente, na Presidência da Mesa, tivemos oportunidade de ver V. Ex^a tratar do mesmo assunto que está tratando agora. E colocamos para V. Ex^a a nossa preocupação, que achamos - e repetimos agora - que é a preocupação da Casa, que realmente é transparente no sentido de querer desmoralizar o Poder Legislativo com campanha difamatória, especificamente no caso do Senado. A imprensa chegou a registrar, inclusive, que os Senadores tiraram férias de 10 dias! Não sei que cálculo fizeram quando chegaram a essa conclusão. Trabalhei na segunda-feira, na terça e na quarta, hoje; quinta e sexta-feira são realmente dias santificados, dias em que o sistema financeiro não funciona, assim como uma série de atividades privadas. Portanto, quero endossar e reiterar o pensamento de V. Ex^a e do Senador Gerson Camata, que fez a mesma ponderação, no sentido de começarmos a nos defender, porque, hoje, a Casa tem apenas o nosso jornalzinho direto, de circulação restrita a esta Casa, e o Canal 45, que se li-

mita ao Distrito Federal. Como disse a V. Ex^a na última sexta-feira, quando o cumprimentei pelo brilhante pronunciamento que fez, esta Casa tem o máximo de transparência possível, porque temos aqui ao lado um sistema on line. Em todos os computadores há informações do que acontece aqui. Se o jornalista quiser e tiver vontade de publicar uma matéria séria, profundamente analisada, ele tem todas as informações, sem a necessidade de se dirigir aos Membros da Mesa ou a qualquer Senador. Qualquer cidadão comum e a imprensa têm acesso, de forma totalmente transparente, ao que acontece na Casa. Comungo, portanto, com V. Ex^a dessa preocupação, que é também de todos os Pares, a fim de que a imprensa séria deste País não publique notícias com a finalidade exclusiva de tentar desmoralizar esta Casa, principalmente quando não dá condições de retratação. V. Ex^a continua referindo-se a um tema muito importante e interessante, que deve ser sempre citado, com toda transparência e com toda força, para mostrarmos o nosso trabalho, pois nossos eleitores nos deram responsabilidades ao nos elegerem. Parabenizo V. Ex^a mais uma vez. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL - Senador João Rocha, agradeço o seu aparte.

V. Ex^a lembra bem que, na sexta-feira, ao presidir a sessão, chamei a atenção - e V. Ex^a se solidarizou comigo - para o número de projetos votados pelo Senado. Não me preocupa que a imprensa mostre o lado negativo; inquieto-me que o lado positivo, não venha também à tona. Não se comenta os projetos votados e os Senadores que comparecem e discutem. Estes, que estão muito mais voltados para o interesse da coletividade do que para as suas ambições pessoais, são misturados em um todo, são transformados em unanimidade, o que, além de ser perverso, não é verdadeiro.

Quando o Poder Legislativo - volto mais uma vez a registrar esse fato - começar a ser deficiente, fraco e enfraquecido, ao invés de ser envelhecido e envilecido, toda a sociedade vai pagar um preço alto.

O Sr. Roberto Requião - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL - Com muita honra, ouço o nobre Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião - Senador Bernardo Cabral, é evidente que temos as nossas mazelas e que devemos corrigi-las. Não sou eu quem as levantará nesse momento, tenho-as mencionado internamente, no Senado, e estou certo de que podemos melhorar muito as condições administrativas do Se-

nado da República - e vejo, por parte do Presidente do Senado, José Sarney, a mesma intenção. Deveríamos padronizar o equipamento dos apartamentos funcionais, como ocorria no início da instalação do Senado e da Câmara Federal, em Brasília. Mas, Senador Bernardo Cabral, estou mesmo impressionado com esse Deputado Augusto Carvalho. Como diz o Artur da Távola, S. Ex^a deve ser uma espécie de flor do lodo, um lírio que nasce no brejo fétido do Congresso Nacional, em Brasília. Fico aqui me perguntando se esse "filho de Catão", se esse Deputado exemplar recebe convocação e desconvocação da Câmara Federal, morando em Brasília; se S. Ex^a recebe apartamento funcional, sendo Deputado do Distrito Federal, e se no seu contracheque também figura o tal auxílio transporte, que é dado para Parlamentares que têm que percorrer longas distâncias entre as suas bases e o Distrito Federal. Se ele não recebe auxílio de convocação ou desconvocação, se ele não mora em apartamento funcional, se ele não recebe auxílio de transporte, talvez estejamos diante de um Parlamentar que quer realmente eliminar os mínimos deslizes do Congresso Nacional. Caso contrário, Senador Bernardo Cabral, estaremos diante de um picareta da República, que deve ser objeto de uma ação popular para devolver o que está roubando do Congresso Nacional e ser punido por, nesta condição, malandra, tentar agredir o Senado da República. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL - Como vê V. Ex^a, Sr. Presidente, o Senador Roberto Requião vai a um desabafo, o que evidentemente parte da sua forma de ser. Por mais tranqüilo que seja o homem público, parlamentar ou não, dificilmente ele receberá açoites, pois o tempo da escravidão já passou.

No começo do meu discurso, quis dizer que se o Senador José Sarney tivesse sido eleito pelo Estado de São Paulo, talvez não estivesse sido apodado, mas foi eleito por um Estado pequeno como o Amapá.

É preciso que se diga, Sr. Presidente, que não é possível, de uma hora para outra, neste País, tentar-se torpedear, acabar, aniquilar com a biografia de um homem público. O Presidente José Sarney foi Presidente da República e qualquer que fosse o Estado pelo qual viesse a se eleger, é claro que esse Estado se sentiria honrado com isso.

Quero registrar um outro ponto, Sr. Presidente, e também trazer a minha solidariedade: estão tentando manchar a reputação de um companheiro meu, um companheiro de longa data. Nascemos no mesmo ano, e ele é mais velho do que eu apenas oito dias. Trata-se do Senador Jefferson Péres. De

uma hora para outra, vejo que tentam acabar com a biografia de um cidadão que tem se comportado de maneira vertical ao longo da vida pública, sem se pesquisar, sem saber quais os motivos que merecem uma censura tão acre, tão azeda.

Não posso, Sr. Presidente, permanecer calado, o que seria conveniente para muitos. Há aqueles que omitem e que até gargalham por dentro quando um companheiro seu é atingido. Esquecem-se que o atingido, ontem, pode ser você amanhã.

Não quero que fique em branco esse episódio, Sr. Presidente, sem que seja registrado nos Anais da Casa a minha solidariedade pela forma com que está sendo tratada a figura do Senador Jefferson Péres; em algumas colunas, até com desprezo, com uma ironia barata. Não posso aceitar isso, Sr. Presidente!

Cada um de nós, agredido hoje, sem reagir, precisa relembrar o poema do Brecht: estava sentado numa praça, passou um guarda agredindo um negro. Ele quis se levantar para protestar contra a agressão, mas se lembrou que não era negro e que não tinha por que ir até lá. Na mesma praça, dias depois, o policial agrediu um bêbado. Ele se levantou para protestar, mas lembrou-se que não bebia; sentou-se. Na semana seguinte, ele estava sendo preso e era tarde demais para protestar.

A Mesa está tardando para dar o seu protesto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges. S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, são aviltantes, irresponsáveis, além de uniformizadas e padronizadas, as últimas declarações de alguns colegas, noticiadas nos veículos de comunicação escrita do nosso País.

Em dezembro o Senado comprou carros para os Srs. Senadores. Logo que nesta Casa cheguei - vim da Câmara dos Deputados representando o meu Estado, o Amapá -, arranjam-me um carro velho, caindo aos pedaços. Empurrei-o umas três vezes na rua. Ainda assim, tenta-se enxovalhar a reputação do Senado, atingindo principalmente seu representante maior, bem como do Congresso Nacional, Senador José Sarney, a quem temos a honra de ter como representante do Estado do Amapá.

Quando S. Ex^a deixou a Presidência da República, recebeu convite de sete Estados da Federação que o queriam ter como candidato. E felizmente,

naquela época, por problemas regionais, não se tinham legendas, razão pela qual o Presidente José Sarney deu-nos a honra de concorrer a uma cadeira no Senado Federal pelo meu querido Estado do Amapá.

Sr. Presidente, leviano e irresponsável é o posicionamento do Deputado Augusto Carvalho. S. Ex^a, no desejo de aparecer, enlameia-se e corta a própria carne. Trata-se de condições mínimas de trabalho, de condições que possibilitam um Senador exercer a sua função, o seu mandato. Moro em um condomínio perto de Unai, o Jardim Botânico. Sou um Senador humilde e honesto, não nego isso, e preciso do carro para locomover-me, e da gasolina. Se tivesse um avião, seria melhor, porque eu poderia deslocar-me para o meu Estado mais rapidamente, e cumprir o meu papel.

Mas que demagogia é essa? Que hipocrisia é essa? Ganho R\$4.800,00 por mês e não tenho condições de exercer o meu mandato com dignidade. Estou aqui como legítimo representante do meu Estado, testado e votado nas urnas.

Cheguei ontem com a Deputada do PT Ana Júlia. Viemos juntos no carro do Senado que está à minha disposição. S. Ex^a pediu-me carona. Eu lhe disse: vamos, nosso carro está aqui, zerado; graças a Deus, não é preciso mais empurrar. Disse-lhe ainda que antigamente havia um carro da Câmara dos Deputados que nos apanhava, que nos dava apoio. Mas tiraram o carro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, são vexatórias e demagógicas essas manifestações mesquinhas, rasteiras, quando alguns colegas tentam desmoralizar o Parlamento. Sabemos que se trata de uma campanha organizada, sintonizada, padronizada. A prova é que faz quatro meses que esses carros foram comprados. Mais carros eram para ser comprados.

Li, outro dia, nos jornais, que os carros com mais de 10 anos de uso serão tirados de circulação. Não sei se V. Ex^{as} leram essa matéria. No Senado, havia carros com 15, 20 anos de uso. Já assistimos a um Senador da República no meio da rua, empurrando carro. Outro colega, Senador Sebastião Rocha, coitado, outro dia ficou preso dentro do carro. Ele é baixinho, já perdeu alguns cabelos, e estava pelejando com o carro parado. Eu vinha passando no meu automóvel, que ainda estava mais ou menos, e parei para que, com o uso de um pé-de-cabra, pudesse tirar o Senador que estava trancado lá dentro. Que vergonha!

Sr. Presidente, deveríamos fazer muito mais. Precisamos assumir responsabilidades perante a

opinião pública: televisão, rádio, jornal. Imagine-se um Parlamentar ganhando R\$4.800,00! Agora, quer-se comparar um Parlamentar, com as suas atribuições, a sua responsabilidade, com um trabalhador que tem, na sua base, um salário mínimo de R\$100?

Como dizem alguns colegas, daqui a pouco só teremos nesta Casa pessoas que tenham condições econômicas para exercer o mandato. Não há outra alternativa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é preciso acabar com a demagogia. Parabenizo o Presidente do Congresso Nacional e os colegas sérios desta Casa.

Lamento muito quando se mostra uma contradição: um Senador do PT, conhecido, aparece no jornal com seu carrinho, pois não vem com carro oficial, como se isso fosse um grande pecado. Que demagogia! Vamos dar um tempo, vamos parar com isso. Isso é ridículo!

Sr. Presidente, deixo registrados meus protestos e chamo a atenção do Governo Federal, que está sendo muito mal-aconselhado. Não é assim que se faz. Quando se vê toda uma matéria, ou campanha, harmonizada para se atingir este ou aquele que tem sua independência, que tem seus posicionamentos políticos, aí é complicado, é uma ameaça à democracia.

As duas Casas que compõem o Congresso Nacional não têm preço. O Congresso Nacional não tem preço. Aqui é a residência da liberdade. Aqui é a residência da democracia. Aqui é o referencial maior que podemos ter. Como dizia o Senador Bernardo Cabral, que muito honra a nossa região como eminente representante do Estado do Amazonas, o nosso Poder é aberto; é para cá que converge todo tipo de reivindicação, é aqui e daqui que o povo se manifesta. Bem ou mal estamos aqui.

Certa vez, Sr. Presidente, um eleitor me dizia que no Congresso havia muita corrupção. Respondi: "Meu amigo, você precisa entender o seguinte: não se pode generalizar". Temos um Parlamento sério. Na história do Senado, na Legislatura atual, temos trabalhado muito, como já demonstrou o Senador Bernardo Cabral. Quantos projetos votamos? Quantos aprovamos? E o que vem do Executivo, as matérias pendentes? É claro que trabalhamos.

Repudio a infeliz manifestação do Deputado Augusto Carvalho.

Quero também dizer a alguns Líderes da Câmara dos Deputados que, num ato demagógico, vergonhoso, agora atacam o IPC: "Não, porque os jornais, a opinião pública, porque isso e aquilo", numa manifestação de pura demagogia, Srs. Senadores.

Esses Líderes têm que ter comportamentos dignos, responsáveis e não devem estar submetidos ao capricho de "a", "b" ou "c" ou de algum veículo.

Lembro-me de que quando cheguei a esta Casa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a primeira pergunta que me fizeram quando do início do mandato Parlamentar foi no sentido de saber quem nomeia quem. Fui abordado, na Câmara, por alguns homens de imprensa que me perguntaram: "Senador Gilvam, V. Ex^a nomeou sua mãe e sua mulher?" - disseram que eu havia nomeado a minha mãe e a minha mulher. Então, disse que só daria a entrevista se fosse publicada na *Íntegra*. Dei a entrevista e disse: "Primeiro, são três cargos de confiança. É diferente da Câmara dos Deputados onde se pode optar. Segundo, a minha mãe me pariu e a outra dorme comigo e quem resolve sou eu. É cargo de confiança e acabou". A minha mãe me ajuda dia e noite; é a minha assessora número um. O pequeno salário que ela recebe, quando chega no meio da semana, ela me diz: "Gilvam, meu filho, chegou fulano de tal". Porque lá para nós a relação é extremamente diferente, inclusive alguns Senadores sabem que essa relação é direta. Sabem como fiz isso? Com honestidade. Se os cargos são de confiança, temos que acabar com isso. Os eleitores comentaram comigo a esse respeito, inclusive porque apareci no **Jornal Nacional** referindo-me ao assunto; respondi que eles poderiam me pedir tudo, mas perseguir a minha mãe não; disse-lhes que votassem em quem quisessem, mas que não perseguissem a minha mãe.

Penso que temos que ser francos.

O Instituto de Previdência do Congresso é uma segurança, porque após os 50 anos pode-se perceber parcialmente. Os políticos sérios e honestos, que tenho certeza são políticos por convicção e que nunca deixarão de fazer política, correm o risco de ficar totalmente sem recursos, porque apostam e vendem tudo o que têm. É assim quando se entra numa campanha eleitoral.

Sr. Presidente, comprar um Vectra para um Senador - no caso dos Deputados, tiraram tudo -, é um zero à esquerda; um justo salário é tão importante para a proteção da sociedade que hoje não deveríamos estar ganhando menos do que o dobro do que percebemos. Isto é uma realidade. Minha conta está aberta para quem quiser. Qualquer jornalista ou qualquer pessoa pode passar em meu gabinete que lhe darei o número da minha conta e também a autorização para verificá-la. O nosso salário não é nosso. O nosso salário, no mínimo, é para atender as pequenas necessidades de que dispomos. Sabe o

que acontece, Sr. Presidente, nobre Senador Bernardo Cabral, Sr^{as} e Srs. Senadores, ficamos vulneráveis, inclusive sujeitos a **lobbies** e a não ter a dignidade para cumprir o nosso mandato. Não ter direito a um carro é brincadeira! Não teria como responder de outro jeito a não ser dizendo que isso é uma brincadeira.

Quero dizer que não é só a questão da dimensão dada pelo Deputado Augusto Carvalho, mas que essa campanha é deliberada e planejada, pois em dezembro, na época da compra desses carros, isso foi o mínimo. Se eu fosse o Presidente e tivesse recursos, compraria 200 carros e ajeitaria tudo para dar absoluta condição para o exercício do mandato e não ficaria com essa demagogia. Sabe-se lá o que é um Deputado ter que trazer um fax de sua casa? Sabe-se lá o que é um Deputado não ter o apoio de um transporte? Isso é brincadeira!

Falo com toda a minha honestidade e franqueza sobre o que penso.

Quero congratular-me com todos aqueles que foram ofendidos: a Casa e a democracia, e quero deixar registrado nos Anais desta Casa que é preciso melhorar ainda mais.

Faço um alerta aos "senhores conselheiros" do Palácio do Planalto que, por favor, preservem o Congresso Nacional e esta Casa. Quando tivermos disputas políticas, vamos fazê-las, porque assim também preservamos o Poder Executivo. Respeitamos o Presidente da República, porque sabemos da importância dessas instituições, sabemos o que é um regime de exceção e o que é a perda da liberdade da sociedade. Imaginem, daqui a pouco, um Congresso Nacional fechado, desmoralizado e um eleitorado completamente apático, desmotivado, que se torna irresponsável a partir do momento em que não vota com a consciência que deveria votar? Somos o retrato da nossa sociedade. Quero fazer um apelo para esses mentores da difamação irresponsável, principalmente em relação à Instituição, que se quiserem partir para o campo pessoal da briga política, penso que têm que fazer direto com o Parlamentar - esse confronto até consideramos -, mas atacar as instituições é extremamente danoso, preocupante e traumático.

Deixo esse alerta, Sr. Presidente, a respeito desses ataques chulos e irresponsáveis direcionados a uma das Casas do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, falo e dou o meu testemunho como o Senador Gilvam Borges. Nas questões políticas, todos sabem, quando sou solicitado, acompanho a Liderança do Presidente José Sarney. Mas,

desta tribuna, falo o que pensa o Senador Gilvam Borges.

Comunico a V. Ex^{as} que falarei com o Deputado Augusto Carvalho, já que fomos Colegas na Câmara dos Deputados, na próxima sessão do Congresso, porque isso realmente é vergonhoso. Falarei também com o Senador Eduardo Suplicy, e se S. Ex^a precisar do carro que está a minha disposição, lhe darei uma carona quando o seu estiver quebrado. Como ficou bonita aquela foto demagógica! Não podiam fazer isso com o Senador Eduardo Suplicy, um homem bem intencionado. Solidarizo-me com o Sr. Senador que foi usado nessa matéria.

Sr. Presidente, fica aqui registrado o meu repúdio.

Gostaria também de fazer um apelo a V. Ex^a e deixar claro que se ao invés do carro tivesse um avião para me levar mais rápido ao Amapá seria ótimo, porque eu poderia trabalhar com mais eficiência, com mais rapidez - pois, às vezes, atravesso de balsa - e exercer o meu mandato com dignidade. Não é para conforto pessoal, mas para o exercício do mandato.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecendo a presença dos Deputados que aqui estão e pedindo aos mesmos que levem essa mensagem aos nossos colegas, para que levantem a cabeça e não fiquem escondidos só reclamando - vamos botar a boca no trombone!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião, que dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para me pronunciar após o discurso psicodélico do Senador Gilvam Borges. Psicodélico por quê?

Psicodélico é uma palavra composta de palavras gregas. **Psic**: a alma; **delos**: oráculo, aquele que adivinhava, que expunha o futuro; e **ico** é um sufixo que transforma substantivo em adjetivo. Psicodélico é aquele que revela a sua alma. O Senador Gilvam Borges fez isso.

Posso não concordar com algumas das colocações do Senador Gilvam Borges. Eu gostaria de uma austeridade maior no Legislativo brasileiro.

E quando me contraponho a essas denúncias o faço de forma muito confortável. Fui Prefeito, Deputado e Governador de Estado.

Como Prefeito, acabei com o Instituto de Previdência dos Vereadores e com a instituição da aposentadoria do Prefeito.

Como Governador, colaborei com a Assembléia, e no Paraná não existe mais o famoso Fepa, Instituto de Aposentadoria dos Deputados. E me recusei a receber a verba constitucional de representação de ex-Governador.

Sou Senador, recebo os meus R\$4.500,00 por mês. Aliás, um salário belíssimo, diante do salário-mínimo que recebe o povo brasileiro. Mas, sem sombra de dúvida, poderíamos enxugar algumas despesas e racionalizar a operacionalidade do Congresso Nacional. E vamos tratar disso.

No entanto, Sr. Presidente, observo que essas críticas que são levantadas neste momento servem muito mais para divertir do que para esclarecer. Divertir, Presidente, do italiano **divertire**: desviar do que importa. E o que importa neste momento? As mazelas do Senado são outras.

Mazela do Senado é votar o Sivam; mazela do Senado é aprovar a Lei de Patentes; mazela do Senado é ter arquivado a CPI dos bancos. Mazela da República é o Proer, é o carinho com que o Presidente da República trata os grandes banqueiros. Um carinho fraterno, solidário. Os banqueiros são tratados, Senador Bernardo Cabral, como quem trata um filho ou uma nora - a mãe dos nossos netos. Mas não é com esse carinho que o pequeno e o médio empresários estão sendo atendidos no Brasil. Não é com esse carinho que o agricultor vê a falta de apoio que recebe por parte do Governo Federal.

Abordei esses assuntos porque estavam na pauta do dia.

Na realidade, ocupo a tribuna para tratar de mais uma mazela - substantiva, não adjetiva. Não para divertir, do italiano **divertire**, desviar do que importa, mas para ir à essência dos problemas nacionais.

Sr. Presidente, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso é uma continuação lógica - gostem ou não gostem os seus partidários - do Governo do Presidente Fernando Collor de Mello.

No Paraná, na época do Fernando Collor de Mello, tivemos um dos maiores escândalos da República no Sistema Financeiro de Habitação. A quadrilha "collorida" desviou cerca de US\$120 milhões da construção de casas populares, todas elas superfaturadas. Os terrenos eram doados pelas prefeituras às cooperativas e estas, ao invés de abaterem o custo do terreno do preço da casa, cobravam outra vez da Caixa Econômica Federal. Este cheque, o primeiro cheque do processo habitacional, ia engordar o fundo de construção de uma grande rede de comunicação que o Presidente Fernando Collor pretendia estabelecer no Brasil: comunicação televisiva.

Mas até hoje, no Governo do Fernando II, do Fernando Henrique Cardoso, os mutuários estão pagando preço sobrefaturado. E, dias atrás, o Diretor Nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal, Sr. José Fernando de Almeida, de forma arrogante e autoritária, ameaça os moradores dessas casas superfaturadas com despejo, corte de verbas do FGTS, e, mais ainda, diz que não existiu superfaturamento. No entanto, a própria Caixa Econômica Federal entrou na justiça para apurar o superfaturamento, a partir de denúncias que fiz quando Governador do Estado do Paraná.

A fraude está rigorosamente confirmada em relatórios e perícias que tornei públicas, eu e meu Secretário de Habitação, à época o Sr. Luiz Cláudio Romanelli, e foram confirmadas - as fraudes - por Inspeção Especial do Tribunal de Contas da União, publicada em 11 de maio de 1993, e, ainda, por uma sindicância interna promovida pela própria Caixa Econômica Federal, que já provocou a punição de alguns funcionários de baixo escalão - os de alto rigorosamente nunca são punidos - mas não eliminou as conseqüências à população e aos mutuários vítimas dos desvios.

A nossa estimativa, por baixo, é de um desvio de US\$120 milhões, que estão sendo cobrados agora de forma autoritária, arrogante e absurda por este tal Sr. José Fernando de Almeida, Diretor Nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal.

Em determinado momento, refugiando-se na Lei nº 4.595, de 1964, a Caixa Econômica Federal se negou a tornar públicos os inquéritos e desvios, suportando-se na conhecida e velha história do sigilo bancário. No entanto, uma ação civil pública, promovida pelos mutuários, já resolveu esse problema por uma determinação do Dr. Juiz que dela cuidou, abrindo, de forma definitiva, o sigilo invocado pela Caixa Econômica Federal.

Vou pedir uma audiência ao Presidente da Caixa Econômica Federal, para discutir, não estas pequenas mazelas do Congresso Nacional - pequenas, mas insuportáveis, do ponto de vista da população desempregada e marginalizada - mas para resolver o problema de 35 mil mutuários que estão hoje sendo forçados a abandonar as suas casas, através de uma ação de reintegração e de despejo ou a pagar o rombo "collorido" de US\$120 milhões, acobertado pelo Governo de Fernando II, Fernando Henrique Cardoso.

Os problemas do País, Sr. Presidente, são muito maiores do que esses pequenos problemas do Congresso Nacional, pequenas mazelas que já de-

veriam ter sido resolvidas, porque não tem cabimento que o Parlamento se exponha à execração pública por tão pouco. Mas tenho certeza que, ainda nesta administração, com a Mesa presidida pelo Senador Sarney, poderemos avançar no sentido da sua solução definitiva.

Mas não vamos mais embarcar nessa brincadeira de divertir o povo, de desviar do que importa, para que as elites, os ladrões de ontem se somem à complacência dos omissos de hoje e o povo pague a conta, de pequenos exageros do Parlamento e dos grandes e encobertos exageros e roubos do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Rocha.

É lido o seguinte:

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PRESI-96/793.1

Brasília, 21 de março de 1996

Senhor Presidente,

Apraz-me informar a V. Exª que, tendo em vista a necessidade de melhor distribuir as atividades deste Banco entre os membros da sua Diretoria Colegiada e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 2º do Decreto nº 91.961, de 19-11-85, e pelo artigo 13, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, determinei que as competências e atribuições ditas pela legislação, pelos Regimento Interno e Manual de Administração do Banco Central, concernentes aos assuntos de Fiscalização, de Normas e Organização do Sistema Financeiro e de Política Monetária, passem a ser exercidas, respectivamente, pelos Diretores Cláudio Ness Mauch, Alkimar Ribeiro Moura e Francisco de Pádua Lopes.

2. Informo ainda que permanecem inalteradas as competências e atribuições dos demais Diretores e que o Dr. Francisco Lopes responderá, cumulativamente, pelos assuntos de Política Econômica.

Respeitosamente, - **Gustavo Jorge Laboisière Loyola**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - O ofício lido vai à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. (Diversos nº 29, de 1996)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.369, de 28 de março de 1996, que "dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

Jader Barbalho	PMDB	Ramez Tebet
Ney Suassuna		Nabor Júnior
Bello Parga	PFL	Freitas Neto
Francelino Pereira		Romero Jucá
Pedro Piva	PSDB	Jefferson Péres
Eduardo Suplicy	PT	Lauro Campos
Arlindo Porto	PTB	Emília Fernandes

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

Benito Gama	Bloco (PFL-PTB)	Raimundo Santos
Luciano Pizzatto		Ciro Nogueira
Gonzaga Mota	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	Edinho Bez
Odelmo Leão	Bloco (PPB/PL)	Gerson Péres
Ayrton Xerez	PSDB	Antônio Kandir
Sandra Starling	PT	Nilmaríio Miranda
Miro Teixeira	PDT	Giovanni Queiroz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-4-96 - designação da Comissão Mista;

Dia 3-4-96 - instalação da Comissão Mista;

Até 3-4-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 12-4-96 - prazo final da Comissão Mista;

Até 27-4-96 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.370, de 28 de março de 1996, que "conce-

de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

Fernando Bezerra	PMDB	Onofre Quinan
Gilberto Miranda		Gerson Camata
João Rocha	PFL	Edison Lobão
Júlio Campos		Jonas Pinheiro
Pedro Piva	PSDB	Coutinho Jorge

PSB

Antonio Carlos Valadares	Ademir Andrade
--------------------------	----------------

PPS

Roberto Freire

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

Júlio César	Bloco (PFL-PTB)	Murilo Pinheiro
Luiz Braga		Osório Adriano
Dilso Sperafico	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	Marcelo Teixeira
João Ribeiro	Bloco (PPB/PL)	Severino Cavalcanti
Welson Gasparini	PSDB	Antônio Balhmann
Fernando Lyra	PSB	José Carlos Sabóia
Inácio Arruda	PC do B	Socorro Gomes

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-4-96 - designação da Comissão Mista;

Dia 3-4-96 - instalação da Comissão Mista;

Até 3-4-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 12-4-96 - prazo final da Comissão Mista;

Até 27-4-96 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.371, de 28 de março de 1996, que "isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados bens de informática adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Gerson Camata
Flaviano Melo

Casildo Maldaner
Nabor Júnior

PFL

João Rocha
José Agripino

José Bianco
Wilson Kleinübing

PSDB

José Roberto Arruda

Coutinho Jorge

PPB

Levy Dias

Esperidião Amin

PSL

Romeu Tuma

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco (PFL-PTB)

Murilo Pinheiro
Zila Bezerra

Mendonça Filho
Lima Netto

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

Pedro Novais

Roberto Valadão

Bloco (PPB/PL)

Jorge Tadeu Mudalen

Augusto Farias

PSDB

Nárcio Rodrigues

Luciano Castro

PPS

Sérgio Arouca

Augusto Carvalho

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-4-96 - designação da Comissão Mista;

Dia 3-4-96 - instalação da Comissão Mista;

Até 3-4-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 12-4-96 - prazo final da Comissão Mista;

Até 27-4-96 - prazo no Congresso Nacional. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Antes de dar posse ao Senador José Bonifácio Gomes de Souza, a Mesa comunica ao Plenário que a ausência de S. Exª, o Senhor Presidente José Sarney, deve-se a uma ligeira indisposição que o obrigou a recolher-se a sua casa, embora tenha despachado em seu Gabinete pela manhã.

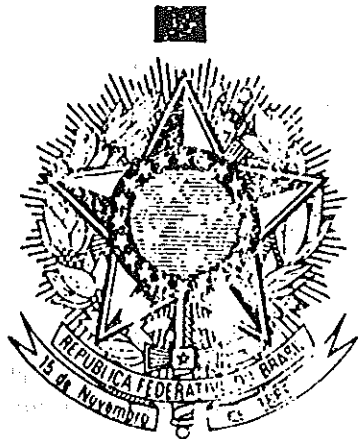
Outrossim, informo que S. Exª, em virtude do abundante e sistemático noticiário da imprensa a respeito da administração e do funcionamento do Senado Federal, encaminhou ofício aos membros da Procuradoria Parlamentar para, no uso das atribuições que lhes confere a Resolução nº 40, de 1995, proporem as medidas que a circunstância requer.

Encaminhou, ainda, S. Exª ao 1º Secretário da Mesa, Senador Odacir Soares, expediente para, à vista das disposições que lhe confere a Lei Interna, prestar à mídia cabal esclarecimento quanto aos fatos abordados nos noticiários veiculados pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Encontra-se na Casa o Senhor José Bonifácio Gomes de Souza, suplente convocado da representação do Estado do Tocantins, em virtude do afastamento do titular, Senador Leomar Quintanilha.

S. Exª encaminhou à Mesa o Diploma, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o diploma enviado à Mesa:



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
ESTADO DO TOCANTINS**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador
AMADO CILTON ROSA, Presidente do Egrégio Tribunal Regional
Eleitoral do Estado do Tocantins, nos termos da Legislação Eleitoral
vigente e tendo em vista o resultado das eleições realizadas em
03 de outubro de 1994, concede o presente diploma ao Senhor

JOSÉ BONIFÁCIO GOMES DE SOUZA

registrado pela Coligação União do Tocantins, composta
pelos partidos PPR, PTB, PFL, PMN, PP, PV, eleito
**Primeiro Suplente do Senador Leomar de Melo
Quintanilha**, para a representação do Tocantins no Senado
Federal, segundo proclamação efetivada na sessão de 10 de
novembro de 1994.

E, para que o eleito possa provar sua
condição, mandou expedir o presente diploma, que assina com o
Diplomado.

Palmas-TO, 15 de dezembro de 1994.

Desembargador **AMADO CILTON ROSA**
Presidente do TRE/TO

JOSE BONIFACIO GOMES DE SOUZA
JOSÉ BONIFÁCIO GOMES DE SOUZA
Diplomado

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Designo comissão formada pelos Srs. Senadores João Rocha, Roberto Requião e Bernardo Cabral para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

Solicito ao Senador José Bonifácio para prestar o compromisso regimental.

Peço a todos os presentes que fiquem de pé.

O Senhor José Bonifácio Gomes de Souza é conduzido ao Plenário e presta, junto à Mesa, o seguinte compromisso regimental:

"Prometo guardar a Constituição Federal e as Leis do País, desempenhar fiel e lealmente o Mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a União, a integridade e a independência do Brasil."

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Declaro empossado, como Senador da República, o nobre Senador José Bonifácio que, a partir deste momento, passará a participar dos trabalhos da Casa.

O Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Tocantins, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Progressista Brasileiro - PPB.

Atenciosas saudações, Senador José Bonifácio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - A comunicação lida vai à publicação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra, para comunicação inadiável, ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou daqueles que vêm com bons olhos a medida adotada pelo Governo no sentido de liberalizar o preço dos combustíveis nos postos de serviço. Passado um ano e meio do plano de estabilização, há razões já bastantes sólidas para que o Governo tome esse caminho.

Do ponto-de-vista do mercado, é evidente que a liberalização dos preços pode redundar inclusive em uma redução, na medida em que a concorrência se estabelecer de forma intensa e livre.

No entanto, o processo de liberalização, da forma como se deu, impactou uma cultura de tabelamento, uma cultura que está enraizada na mentalidade de certos empresários e que parece ser muito difícil mudar.

Essa cultura do preço prefixado, do preço tabelado, do preço homogeneizado, é, possivelmente, a razão a leva alguns dos empresários do setor a se utilizarem do princípio da cartelização para manter preços iguais em patamares muito mais elevados do que seria de se esperar se o jogo real, efetivo e livre do mercado se estabelecesse plenamente. São 50 anos de tabelamento do preço da gasolina, do preço dos combustíveis nos postos de serviços. É meio século de cultura de enraizamento de não-concorrência, de segurança em torno do preço fixo.

Quando se revela a necessidade de se fixar preço com base em custo e com base na livre concorrência, vem à tona algo que muitos já sabiam, alguns já conheciam, outros já tinham uma noção a respeito, algo que me parece muito elucidativo como característica complexa desse setor: o fato de que o setor é, em muitos locais, em muitas regiões, cartelizado. Percebe-se que aqui em Brasília, por exemplo, há uma empresa que é proprietária de 70% dos postos de serviços que vendem combustível ao público. Se há só uma empresa que detém 70%, não há nenhuma dúvida de que a tendência à cartelização do preço é inevitável.

Os postos pequenos ou aqueles que são propriedades de só um empresário, evidentemente, não irão se opor ao princípio da elevação de preços que é, de certa forma, garantido pelo concorrente maior e irão acompanhá-lo tranqüilamente, porque esse "tubaronato" empresarial vai dar segurança aos "bagrinhos", aos pequenos peixes.

De modo que chegamos a uma conclusão: que nos parece inevitável, Sr. Presidente: a análise que se faz do processo pelo qual houve as concessões para esses postos de serviço, através dos anos, foi uma política concentradora. Grupos foram altamente beneficiados com essas concessões, mediante um processo de centralização e de concentração. E não há nenhuma dúvida de que a solução não é a volta do tabelamento, embora emergencialmente o Governo, possivelmente, tenha que se valer desse recurso para combater a cartelização.

Mas parece-me que a saída, que a solução está em desmontar os cartéis, desmontar o monopólio, o processo monopolizador que, ao longo dos anos, se estabeleceu pela via das concessões políticas, uma vez que os postos de gasolina eram cedidos a concessionários pelo próprio poder concedente, o Governo, muitas vezes com um viés político indistigável.

Esse benefício a grupos traz à tona, emerge e deixa claro que houve beneficiamento concentrado de grupos econômicos no processo político de concessão nos postos de serviço; esses grupos, agora, que já foram beneficiados no passado com a concentração dessas concessões, se valem dessa concentração para impor preços elevados e artificiais aos consumidores.

Não vejo outra saída senão aquela que, valendo-se de legislação eficaz, rápida e imediata, se possa desmontar o cartel. A saída, sem dúvida, é um projeto de lei que proíba que um proprietário de posto de gasolina possa deter mais do que um número determinado em uma determinada região; essa limitação das concessões ou propriedades dos postos de gasolina, acompanhada de uma legislação punitiva, eficaz e consistente, não tenho dúvida, é o caminho à quebra e ao rompimento da cartelização.

Favorável que sou a que os preços sejam liberalizados, favorável que sou a que a economia de mercado que já vale para diversos setores também aí se expresse, é evidente que também não faço o papel do avestruz liberal, que esconde a cabeça para não ver nada do que se dá no mercado. No mercado se dá oligopolização sim, se dá monopólio, se dá concentração, se dá cartelização, e é preciso que isso seja combatido por meio de intervenção do Estado e da lei em benefício do consumidor. Se o próprio Governo não tomar essa iniciativa, deverão os Srs. Congressistas fazê-lo, porque eu não tenho nenhuma dúvida de que essa

concentração, esse monopólio se dá por fruto desses benefícios políticos que se acumularam ao longo dos anos.

Romper essa concentração de propriedade significa garantir o mercado, garantir a livre concorrência e garantir a queda dos preços, pois é justamente nas grandes cidades onde há grande oferta, como Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, que a tendência da liberalização não é subir o preço. Esse processo pelo qual os preços sobem, onde há mais oferta do que procura, é artificial e manipulatório. De modo que a ação política do Governo tem que ser imediata; e, se não vier do Governo, terá que vir do Congresso Nacional.

O Sr. Humberto Lucena - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Pois não. Ouço, com muita honra, o aparte de V. Ex^a

O Sr. Humberto Lucena - V. Ex^a tem toda a razão em colocar esse assunto que está, inclusive, preocupando a população.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Perdão, nobre Senador: como se trata de comunicação inadiável, não caberiam apartes. Todavia, vou lhe garantir o direito ao aparte, uma vez que não haverá prejuízo para outros oradores, pois só há mais um orador inscrito, que certamente compreende a necessidade do diálogo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - V. Ex^a é parcimonioso e justo com o Plenário. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Humberto Lucena - Obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente. Como eu dizia, nobre Senador José Fogaça, V. Ex^a coloca bem o debate em torno de um assunto que está preocupando, de um modo geral, a nossa população, não só a urbana mas também a rural, que é afetada por essas medidas tomadas pelo Governo. Penso que a medida é certa dentro da lógica do sistema capitalista, em uma economia de mercado onde o certo é a liberação dos preços. Não sei até onde poderia lhe dizer se é oportuna, do ponto de vista da política econômica do Governo, tendo em vista justamente essa realidade que conhecemos, e que não é combatida, e a repercussão que isso pode ter no combate da inflação a que V. Ex^a se refere. Há quem diga que essa liberação do preço dos combustíveis vai aumentar, em um por cento, a inflação deste mês. Mas eu queria lembrar V. Ex^a, se é que V. Ex^a já não está lembrado, da existência de um órgão,

que é o Cade, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, criado no contexto da chamada Lei Antitruste, se não me engano no Governo Jânio Quadros. Aliás, fui até relator da matéria na oportunidade, e o mesmo substitutivo foi aprovado no Congresso Nacional. Agora, o Cade está sendo reestruturado; foram nomeados técnicos para a sua composição. Estaria na hora, portanto, de esse órgão funcionar, porque ele foi criado justamente para combater os abusos do poder econômico cometidos pelos oligopólios, cartéis e monopólios a que se refere V. Ex^a

O SR. JOSÉ FOGAÇA - É perfeita a lembrança de V. Ex^a, Senador Humberto Lucena. Eu, inclusive, também fui Relator da matéria quando houve uma emenda que modificou a montagem, a estrutura interna do Cade. E tem razão V. Ex^a

O Cade tem funcionado, tem apresentado trabalho, tem trazido à tona certos casos, como, recentemente, no setor siderúrgico. Houve uma polêmica muito grande com uma decisão do Cade que manteve uma posição. No entanto, vejo o Cade muito mais para setores ou segmentos da economia no plano nacional. É muito difícil para o Cade tratar de uma questão econômica micropulverizada, por cidades ou por regiões, ou simplesmente por divisões regionais. Talvez, se a questão se desse em nível de um segmento nacional da economia, de um setor nacionalizado da economia, fosse mais próprio do Cade. Vejo dificuldade para o Cade tratar isso especificamente dentro de certas áreas urbanas, como São Paulo. A *Folha de S. Paulo* de hoje já denuncia ter havido um processo artificial de 30% de elevação dos preços dos combustíveis nos primeiros momentos. Em Brasília, houve um aumento de 15%, maior, portanto, do que aquele que, naturalmente, se poderia esperar.

Na verdade, trata-se de um aumento que se deu, generalizada e igualitariamente, e por decisão conjunta, após uma reunião das entidades ligadas ao setor, aqui, em Brasília.

É muito difícil para o Cade, como órgão único, tratar disso em cada localidade ou onde o problema se manifesta, apesar de V. Ex^a ter toda razão. Ali é um fórum adequado e correto para esse tipo de denúncia. Talvez o Cade não tenha esse setor tão dividido, tão fragmentado, uma ação imediata e rápida como seria necessário se impor.

Daí por que, Senador Humberto Lucena, fico satisfeito com o que diz, com o que analisa V. Ex^a, e acho que, de certa maneira, todos nós estamos pensando igual. É possível, sim, liberalizar preços; só

não é possível manter a organização sociopolítica da economia como antes.

Nessa organização sociopolítica da economia, como foram montadas essas estruturas? Como foram distribuídos esses postos? Como foram feitas essas concessões? De maneira política e por uma via de benefício político, altamente concentradora, altamente privilegiadora de grupos econômicos.

Agora, estabelecer-se a liberdade de preço para uma área tão oligopolizada, tão ritmada pelo monopólio, isso poderá trazer resultados como esse que estamos vendo aí.

O Sr. Roberto Requião - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Concedo o aparte ao nobre Senador Roberto Requião, com muito prazer.

O Sr. Roberto Requião - Senador José Fogaça, estou observando com que facilidade V. Ex^a faz a análise da situação concreta da concentração da propriedade dos postos de gasolina, da rede distribuidora. Por que o Governo, que liberou os preços, não fez anteriormente essa análise? E se ele pretende a liberação dos preços, está deixando a censura por conta do mercado. Hoje, pela manhã, de posto em posto de gasolina para abastecer o meu automóvel, eu me imaginava como uma dona de casa num supermercado, procurando o preço mais barato. Acho isso um absurdo. Por outro lado, é uma liberação estranha, porque a par da liberação vem a ameaça, ou seja, se ultrapassarem 10%, poderá voltar o tabelamento. É como se um pai dissesse ao filho: "você tem toda a liberdade para sair hoje à noite. Só que, se isso acontecer, suspendo a sua mesada". Então, o que estamos tendo é um tabelamento indireto, um tabelamento oculto, uma simulação de liberalização no mercado. A partir da análise que faz V. Ex^a, com tanta inteligência e consistência, no sentido de que a estrutura do mercado não viabiliza o tabelamento sem os exageros, o Governo não deveria ter liberado os preços, mas estabelecido, de forma direta, clara, não dissimulada, o tabelamento do preço da gasolina, colocando exatamente o valor pelo qual as bombas deveriam oferecer o combustível aos brasileiros.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Quanto a isso, não há dúvida, Senador Roberto Requião. De fato, se o Governo tivesse agido com antecedência, prioritariamente, no sentido de fazer uma radiografia, uma

análise do setor, vendo o processo de concentração que existe, se tivesse agido, anteriormente, no sentido de desmontar isso, ao longo de um ano e meio, possivelmente a via da liberalização de preço, agora, se daria com mais facilidade e adequadamente.

De qualquer maneira, há um entendimento no sentido de que é preciso liberalizar para vir à tona, para aparecerem problemas dessa ordem, para se desnudarem então as mazelas do setor e para, mediante uma condenação pública, se poder modificar esse processo de concentração.

Essa é a análise que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente. Não tenho qualquer dúvida de que, ou o Congresso, ou o Governo, ou o Poder Executivo reagem contra isso, mediante imediata regulamentação que desmonte esse processo concentrado de propriedade empresarial no setor, ou então o tabelamento vai voltar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Solicito ao nobre Senador Roberto Requião a gentileza de presidir a sessão, uma vez que sou o próximo orador inscrito.

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a Cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião) - Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao próximo orador, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, Srs e Srs. Senadores, conforme notícia a imprensa, o Diretor do Banco Central, Gustavo Loyola, e o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, disseram que a negociação entre o Banco Central e o Banco Excel com vistas à absorção do Banco Econômico encontra-se próxima do seu desfecho. Gostaria de alertar o Banco Central e o Ministro da Fazenda para a importância de se concluírem as sindicâncias administrativas que estão sendo realizadas pelos Departamentos de Fiscalização e de Câmbio do Banco Central antes de se pôr termo a essa negociação.

Em 1990 e 1991, o Excel realizou operações de remessa de dólares ao exterior que foram objeto de processo administrativo por parte da fiscalização

da Delegacia do Banco Central em São Paulo. Recentemente, solicitei informações ao Ministério da Fazenda sobre as conclusões do relatório da fiscalização realizada, tendo em vista a anunciada negociação de absorção de parte do Banco Econômico pelo Excel. Como resposta, o Ministro Pedro Malan deixou de certificar claramente a idoneidade do Excel, pois, segundo o Banco Central, o processo administrativo não estava concluído.

Na arguição ao Sr. Cláudio Mauch, na semana passada, adverti que essa situação causa estranheza a todos que acompanham o desenvolvimento desses fatos, pois o Governo brasileiro está prestes a emprestar recursos vultosos a uma instituição sobre a qual recaem dúvidas quanto à sua idoneidade e quanto à regularidade de suas operações no mercado financeiro; esses recursos serão do Proer; portanto, a taxas de juros bem menores que as de mercado.

Se não bastasse a dúvida, verifico agora que o Ministro da Fazenda respondeu ao requerimento de informações sem encaminhar todos os elementos de que dispunha sobre os fatos, pois obtive um ofício do então Presidente do Banco Central, Sr. Pedro Malan, de 25 de janeiro de 1994, respondendo a denúncias apontadas pelo Deputado Augusto Carvalho sobre as remessas de dólares pelo Excel Banco.

Percebemos, pelo ofício, que a Diretoria do Banco Central e o próprio Ministro da Fazenda têm conhecimento profundo desse processo, diversamente do que suas manifestações recentes indicam. Quando argüidos pelo Senado ou quando entrevistados por jornalistas, os Diretores do Banco Central alegam nada saber, como se isso fosse um problema menor. Não é. O Ministro da Fazenda e a Diretoria do Banco Central têm plena consciência disso.

Esse ofício - que quero anexar ao meu pronunciamento - descreve detalhadamente as conclusões da equipe de fiscalização da Delegacia do Banco Central em São Paulo e o tratamento dado ao relatório em Brasília. O relatório apontava irregularidades que se alicerçavam em quatro pontos: "utilização do mercado para captação de recursos financeiros ou de poupança; identificação insuficiente de depositantes de recursos em conta de não-residentes (CC-5); falta de identificação da origem de recursos depositados em conta de não-residentes; compras de câmbio na categoria não identificada na compra de ordens de pagamento

provenientes do exterior, onde o beneficiário é a própria instituição."

O Excel Banco, juntamente com a Distribuidora Spread, posteriormente submetida a liquidação extrajudicial, captava recursos de aplicadores no Brasil e os depositava em contas CC-5; comprava dólares no mercado flutuante e os vendia no paralelo, embolsando a diferença. Outras operações caracterizavam-se pela movimentação de caixa dois de empresas, onde é fundamental que a origem dos recursos não seja identificada. Simulavam-se contratos de empréstimos de empresas sediadas nas Ilhas Cayman, por exemplo, que geravam obrigações de pagamento pela empresa brasileira. O caixa dois era, portanto, legalizado por meio de contrato de empréstimo falso e remetido ao exterior como pagamento pelo empréstimo. Na maioria das vezes, a empresa sediada no Brasil e a sediada no exterior tinham o mesmo controlador.

Em face de tais evidências, a equipe de fiscalização propôs: "encaminhar cópia do processo à Delegacia Regional de São Paulo, setor de fiscalização, para efetuar o rastreamento das contas dos bancos envolvidos; que o Departamento de Câmbio - Decam - instaurasse processo administrativo contra a Spread e descredenciasse os Bancos Excel e Banfort para operarem no segmento do mercado de taxas flutuantes, até que fossem suficientemente apuradas as suas responsabilidades."

Na época, era chefe do Departamento de Câmbio o Sr. Gilberto de Almeida Nobre, que depois de sua aposentadoria foi contratado pelo Excel como diretor da área externa do banco e atualmente é seu vice-presidente. O Sr. Gilberto Nobre não descredenciou o Excel, mas a fiscalização prosseguiu, e novos resultados foram encaminhados ao Departamento de Câmbio em 25 de fevereiro e 9 de março de 1992.

Técnico do Departamento de Câmbio, com base no relatório de fiscalização, proferiu parecer (Decam/Dilic/Sulic-92/038) que concluía por: "descredenciar os bancos Excel e Banfort, para operar no mercado de taxas flutuantes; recomendar à fiscalização que proceda à verificação específica na Sul-tour Turismo e Câmbio Ltda.; e solicitar ao Departamento de Controle de Processos Administrativos e de Regimes Especiais - Depad - que comunique à Receita Federal os nomes das pessoas físicas e jurídicas envolvidas nas operações com a Spread". Ao invés disso, o Sr. Gilberto Nobre assume a defesa do Excel Banco e produz uma auditoria que justifica

todas as operações realizadas pelo banco. Para se ter uma idéia, a auditoria utiliza-se de votos, resoluções e cartas circulares do Banco Central publicados em 1992 para alegar a regularidade de operações realizadas em 1990 e 1991.

O então Presidente do Banco Central, o Sr. Pedro Malan, finaliza seu ofício comunicando que: "este Banco Central aguarda os resultados conclusivos das investigações, a fim de que possa adotar as medidas legais cabíveis, com relação aos procedimentos dos bancos em questão".

A investigação do Banco Central ainda não foi concluída, passados cinco anos da ocorrência dos fatos e dois anos da data do ofício do Sr. Pedro Malan. A única medida legal que o Banco Central está para adotar é a concessão de créditos a taxa de juros substancialmente mais baixas que as de mercado, apesar do pleno conhecimento de operações que deveriam ter gerado, no mínimo, o descredenciamento do banco beneficiário dos créditos para operar no mercado de câmbio.

O Banco Central deve atentar para o fato de que não é o único agente a realizar a fiscalização dessas operações. A CPI da Jovem Pan realizou profundas investigações sobre a operação do Excel Banco nas contas CC-5 e demonstrou a participação do banco nas tramas engendradas por Paulo César Farias e pelo IBF. As conclusões da CPI geraram a abertura de inquérito policial, que está sendo conduzido pelo Delegado José Carlos Abraços, que foi motivo de extensa matéria na revista *Veja*. Os elementos no momento disponíveis levantam fortíssimas suspeitas de lavagem de dinheiro ilegal, evasão de divisas e sonegação fiscal. O próprio Banco Central ainda não concluiu a apuração dos fatos relativos à Química Industrial Paulista, que abriu outro processo civil e criminal contra o Excel Banco por operação de caixa dois e apropriação indébita de recursos.

Sr. Presidente, quero reiterar que a concessão de empréstimos por intermédio do Proer sem que esses fatos estejam totalmente esclarecidos seria uma atitude irresponsável da Diretoria do Banco Central, que não poderá, no futuro, alegar desconhecimento.

O Ministro Pedro Malan tem afirmado que fatos irregulares cometidos por gerentes ou por setores da administração de uma instituição financeira não condenariam inteiramente a administração. Compreendo perfeitamente esse ponto de vista. É possível, então, que se tenha que apurar de quem

foi a responsabilidade no caso das operações CC-5, irregulares.

Alguns fatos são muito estranhos. Estive observando que o Deputado Augusto Carvalho promoveu, no final de 1993, uma denúncia contra um funcionário do Banco Central, Alcindo Ferreira, sucessor do Sr. Gilberto de Almeida Nobre na chefia do Departamento de Câmbio do Banco Central, tendo em vista o seu comportamento para acobertar os fatos aqui referidos e dar continuidade à conduta omissiva do Banco Central em relação ao Excel.

Ora, foi então que o Presidente do Banco Central e atual Ministro da Fazenda encaminhou um ofício, que anexo ao pronunciamento, ao Deputado Augusto Carvalho, onde, além de confirmar a existência do processo administrativo contra o Excel, esclareceu que a falta de identificação de depositantes de recursos e de beneficiários dos saques seria o elemento caracterizador da infração das normas cambiais por parte do Excel. Dada a importância desse documento em relação ao assunto ora abordado é que anexo a cópia ao pronunciamento.

Mas será que o Ministro Pedro Malan avalia que a responsabilidade pelo caso das contas CC-5, no Banco Excel, é apenas de um gerente, de um setor da administração daquele estabelecimento bancário que cometeu uma irregularidade, ou ele chegou a averiguar se havia responsabilidade da própria direção do Banco, inclusive de alguém que, como Diretor de Câmbio do Banco Central, tinha a responsabilidade de ir até o fim na apuração dos fatos?

Os fatos que nos chegam ao conhecimento mostram que, à época, o Chefe do Departamento de Câmbio do Banco Central era justamente o Sr. Gilberto de Almeida Nobre, a quem incumbiria a adoção das medidas punitivas contra o Banco Excel. Mas, ao final de 1992, afastado o Presidente Fernando Collor de Mello, ele se aposentou no Banco Central e foi imediatamente contratado como Diretor de Câmbio do Banco Excel, onde ocupa hoje o cargo de Vice-Presidente.

Será realmente que a Diretoria de então do Excel e a Diretoria de hoje nada têm a ver com aqueles problemas? Esteja preparado o Ministro Pedro Malan, porque sobre isso eu estarei indagando S. Ex^a no próximo dia 10, quando está prevista a sua vinda à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez lembro que o Senador Antonio Carlos Ma-

galhães ponderou que eu fizesse um exame de consciência e não prejudicasse a sobrevivência das agências, dos funcionários e dos empregos do Banco Econômico. Ressalto que não é minha intenção ficar atrapalhando a absorção dos ativos do Econômico pelo Excel, mas é minha responsabilidade chamar a atenção para os fatos. O Banco Central pode comprovar, na sua sindicância administrativa ainda não concluída, se estava havendo problemas sérios. É exatamente no intuito de proteger o Econômico, os seus funcionários, os bancários, os depositantes e os investidores que convém averiguar se realmente não há qualquer problema com aqueles que irão absorver os ativos do Banco Econômico.

A última revista **Carta** menciona as declarações do Presidente do Banco Excel, Sr. Nasser, e do Sr. Gilberto Nobre a respeito de como o Banco cresceu extraordinariamente em lucros, passando de nove milhões de reais, ou dólares, em 90/91, para mais de 80 milhões em 1995. E ali está destacada sobretudo a administração de arrojo dos diretores do Excel.

O que significará o arrojo? Será que o arrojo está caracterizado pelos problemas cuja apuração ainda não foi concluída?

Espero que tenhamos a conclusão da sindicância administrativa dessas operações.

O Sr. José Fogaça - Senador Suplicy, V. Ex^a permite que eu lhe dê um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com muita honra, Senador Fogaça.

O Sr. José Fogaça - É para fazer-lhe uma indagação, uma vez que V. Ex^a tem-se dedicado a investigar e a estudar as questões relativas a essa possível, ou anunciada, operação, segundo a qual o Banco Excel compraria os ativos do Banco Econômico. V. Ex^a tem informação de que haja alguma instituição bancária, financeira do País que não tenha, aqui ou ali, nesta ou naquela região, alguma sindicância, algum procedimento ou alguma diligência do Banco Central? Porque teríamos que fazer a seguinte análise: somente aqueles bancos - parece-me que este é o raciocínio que está por trás da proposição de V. Ex^a, e que acho absolutamente justo, pois é baseado na necessidade de uma limpeza não só técnica e não só financeira, mas, inclusive, do ponto de vista da ética operacional do banco - que não estivessem sendo submetidos a nenhuma diligência, a nenhuma sindicância poderiam se habilitar ao processo de aquisição dos bancos sob intervenção.

Gostaria de saber se V. Ex^a, no estudo da matéria, como já mostrou haver feito, constatou haver bancos que possam, de alguma forma, estar completamente isentos desse tipo de sindicância ou investigação - nos últimos cinco anos, por exemplo -, pois, não tendo havido sindicância nem nenhuma investigação, esses bancos poderão, portanto, habilitar-se ao processo. De outra forma, também há o seguinte raciocínio: digamos que o Banco Excel, por estar sendo objeto de sindicância numa determinada agência, em São Paulo, é considerado inabilitado ao processo. É evidente que todos os demais bancos que nessa condição estejam não irão se apresentar, porque também serão combatidos e, o que é pior, terão publicadas nos jornais notícias a respeito das suas dificuldades, dos desvios, das operações mal havidas internamente. De modo que a minha conclusão é a seguinte: ou há no Brasil um banco que não esteja, nos últimos cinco anos, sob nenhuma sindicância - e este banco seria o único possível, factível dessa operação - ou, então, o melhor mesmo é o Brasil, nós todos, brasileiros, assumirmos logo o passivo do Econômico, arcarmos com isso de uma vez por todas, e aí tocamos o Brasil para diante.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Prezados Senador José Fogaça, não tenho informação precisa sobre se há qualquer instituição financeira que não esteja sendo objeto de alguma apuração específica por parte do Banco Central. Acredito que haja muitas instituições com operações plenamente saudáveis e que não estejam sendo objeto dessas apurações. Seria até o caso de formularmos essa pergunta ao Ministro Pedro Malan.

Mas acredito que uma instituição que tenha 100, 200, 500 agências dificilmente vai deixar de ter algum problema. E isso, provavelmente, leva o Banco Central a apurar este ou aquele problema.

Mas, no caso do Banco Excel, V. Ex^a sabe quantas agências ele tem? Relativamente poucas. Em São Paulo, há uma agência, que é aquela acolhada, onde atua a sua diretoria; e acredito que haja duas ou três outras agências em outros Estados. Trata-se de uma instituição com estrutura relativamente simplificada, comparada com outras que possuem grande número de agências.

O Excel, absorvendo o Econômico, poderia ser transformado em sua natureza, porque passaria a ter justamente uma rede de agências muito significativa, o que poderia até ser saudável.

Mas gostaria pelo menos que o Banco Central chegasse a uma conclusão e não ficasse com

evasivas sobre essa apuração, sobre operações de grande responsabilidade, que eram, salvo engano, deresponsabilidade da própria direção do Excel.

Ora, o Banco Central sabe separar a instituição do diretor que eventualmente tenha cometido algum engano. Existem normas para advertir, suspender ou inviabilizar um diretor que tenha agido contrariamente às normas estabelecidas pelo referido Banco.

Porém, gostaria que o Banco Central informasse ao Congresso Nacional, especialmente ao Senado Federal, sobre sua conclusão a respeito desses fatos que está apurando, sem adia-los.

Perguntei aos técnicos do Banco sobre a apuração dos problemas aqui referidos, da CC-5, que normalmente seria concluída em seis meses. Nesse caso, já se passaram cinco anos e eles ainda não chegaram a uma conclusão, havendo o agravante de que o responsável para examinar o problema, à época, era justamente o Diretor de Câmbio, o Sr. Gilberto de Almeida Nobre, hoje Vice-Presidente do Excel.

O Sr. José Fogaça - Permite-me V. Ex^a um outro aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. José Fogaça - Nobre Senador, veja V. Ex^a que não estou, em hipótese alguma, contestando a validade do trabalho que V. Ex^a está fazendo. É preciso denunciar. Por outro lado, não vejo como o Banco Central, desde logo, possa optar por uma conclusão a respeito de uma sindicância que está em São Paulo, afeta à Diretoria do Banco Central, à Regional do Banco Central em São Paulo. É evidente que, para uma instituição que está operando no mercado e que depende de fideducias, de confiança para operar, qualquer pronunciamento conclusório, anterior à sindicância, seria um absurdo, Senador Eduardo Supply. V. Ex^a, então, está correto em denunciar, mas o Presidente do Banco Central também está correto em não julgar antecipadamente um processo que está em andamento. Parece-me que a matéria poderia ser decidida - aí, sim, politicamente - pelo Ministro da Fazenda, pelo Presidente do Banco Central e pelo Presidente da República, até para não atingir o Banco Excel, que ainda é uma instituição viva, **operandi** - e, portanto, enquanto nada ficar comprovado, não há nenhuma razão para destruí-la. Por pequenas que sejam, algumas boas economias de uma grande quantidade de brasileiros estão ali depositadas. Então, a decisão que estou

querendo formular junto a V. Ex^a é que qualquer banco que esteja sob investigação, seja nessa ou naquela agência, na diretoria ou numa agência setorializada, fica excluído, desde logo, da possibilidade de comprar ativos. Aí sim, poderemos ter uma decisão definitiva, conclusiva e terminativa. Fora isso, não é plausível exigir do Banco Central que se antecipe e diga que o banco "x" não pode, porque, a meu ver, essa conclusão será ruim. Portanto, generaliza-se, para não afetar o mercado, e todos aqueles que estiverem eventualmente de forma mais ou menos grave sob sindicância serão excluídos. O que me leva à conclusão de que o Banco Econômico não terá saída, porque creio que não há nenhuma instituição financeira que não tenha, aqui ou ali, uma operação que esteja sendo objeto de investigação. Assim, assumirmos, desde logo, esse grande custo para o País, que é a quebra e a intervenção do Banco Econômico.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Acredito que a proposição de V. Ex^a faz sentido, na medida em que algumas instituições estão sendo objeto de averiguação a respeito de irregularidades graves e talvez deveriam ser impedidas; ou então o Banco Central deveria - essa é a minha recomendação - fazer um esforço para concluir a apuração de fatos que se referem a 91, 92 e, talvez, a anos mais recentes. Já haveria tempo suficiente para a conclusão.

Acredito que, tomando esse cuidado, a Diretoria do Banco Central e os responsáveis pela fiscalização e pelo câmbio estarão agindo com a prudência necessária. Inclusive pedem que nós, no Senado, façamos o mesmo com relação à estabilidade das instituições financeiras do País.

Sr. Presidente, permita-me apenas referir-me a um comentário que houve hoje. Eu gostaria de dizer que resolvi abrir mão do automóvel fornecido pela Casa, o que não significa que eu queira impor o meu ponto de vista aos meus Colegas no Senado. Gostaria até de ressaltar que se eu não tivesse saúde e idade satisfatórias para dirigir o meu próprio automóvel, talvez tivesse tomado outra decisão.

Vou apenas registrar que se trata de uma evolução com respeito ao que aconteceu comigo desde que fui Deputado na Assembléia Legislativa de São Paulo. Naquela época, havia automóveis oficiais e eu os utilizava. Posteriormente, na Câmara dos Deputados, não havia automóveis.

Na Câmara Municipal de São Paulo, quando fui Presidente, ocorreu enorme polêmica junto à opinião

pública sobre os carros oficiais, e a população adotou uma postura crítica a esse respeito. Então, na oportunidade, abri mão dos mesmos. Embora fosse Presidente da Câmara Municipal, resolvi guiar o meu próprio carro.

Quando aqui cheguei, colocaram um carro à minha disposição, mas resolvi não aceitá-lo e devolvi as chaves. Da mesma maneira agi quando surgiu a possibilidade de ter um novo carro.

Considero, portanto, que cada um, no Senado, pode tomar a sua decisão a esse respeito.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Com muita honra, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Nobre Senador Eduardo Supply, sou daqueles que não fiz nenhum registro a esse respeito. Portanto, nem sequer teria razão de lhe indagar. Mas, quando cheguei aqui, como Constituinte, encontrei um Senador que também não usava carro oficial e dirigia o seu próprio, um Fiat. Esse Senador, ao ser por mim indagado da razão que o levava a não utilizar o carro do Senado - naquela altura, nós, Deputados Federais, como até hoje, não dispúnhamos de automóvel -, disse-me que era por problema pessoal. Esse Senador chama-se José Fogaça e eu só o estou citando porque ele está presente. Consequentemente, quero lhe fazer uma indagação, e aí a mim, porque me diz respeito. E nada tem a ver com os de mais idade ou menos idade. Eu uso o carro do Senado. Quero que V. Ex^a me responda se por eu usar tenho menos autoridade moral ou menos dignidade que V. Ex^a, que não usa. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Absolutamente.

O Sr. Bernardo Cabral - Estou satisfeito.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. Ex^a sabe do apreço que tenho por V. Ex^a e por todos os meus companheiros. Por isso, nunca fiz da minha opção de dirigir meu próprio automóvel algo que fosse colocado como imposição aos meus Colegas do Senado.

Muito obrigado.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO:*



BANCO CENTRAL DO BRASILSECRE/SUPAR-94/ 00527
Pt.9300255423

Brasília (DF), 25 de janeiro de 1994.

Exmo. Sr. Deputado,

Reporto-me à matéria veiculada no Jornal do Brasil, na edição do dia 11.09.93, sob o título "CPI ACUSA CHEFE DO BC DE OMITIR INFORMAÇÕES", por meio da qual informou-se que a CPI da TV Jovem Pan decidiu investigar a atuação do Chefe do Departamento de Câmbio deste Banco Central, Dr. ALCINDO FERREIRA, por ser acusado pelos integrantes daquela Comissão de omitir informações solicitadas pelo Congresso Nacional, referentes às constatações de irregularidades cometidas pelo Banco Excel.

2. A propósito, cumpre-me informar a V. Exa. que foi efetuada auditoria na documentação do Processo de nº9200055293, que originou-se do Relatório de Verificação Especial realizada pela Delegacia Regional de São Paulo - DESPA, nas operações praticadas pela SPREAD DTVM, no Mercado de Taxas Flutuantes. Ressalto que a iniciativa para a apuração dos fatos partiu do próprio chefe do DECAM e que cópia de inteiro teor do referido processo foi remetida à CPI da TV Jovem Pan e à Procuradoria da República do Distrito Federal, por meio dos Ofícios discriminados a seguir:

- PRESI-93/01609, de 19.07.93;
- PRESI-93/01968, de 24.08.93;
- PRESI-93/02504, de 21.10.93;
- PRESI-93/02968, de 24.11.93;
- PRESI-93/03116, de 01.12.93.

3. A auditoria teve como escopo os seguintes procedimentos:

- a) análise das principais peças que compõem os volumes do processo de que se trata, tais como: relatórios, pareceres e despachos;
- b) consistência das informações e dados constantes do mesmo; e

A Sua Excelência o Senhor
Deputado AUGUSTO CARVALHO
Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gab. 216

- c) levantamento de outras ocorrências sobre a matéria, com o intuito de verificar o tratamento global a elas dispensado.

4. O relatório objeto da Verificação Especial citada no item "02" apontava irregularidades que se alicerçavam em quatro pontos:

- 1 - utilização do mercado para captação de recursos financeiros ou de poupança;
- 2 - identificação insuficiente de depositantes de recursos em conta de não residentes;
- 3 - falta de identificação da origem dos recursos depositados em conta de não residentes; e
- 4 - compras de câmbio na categoria não identificada na compra de ordens de pagamento provenientes do exterior, onde o beneficiário é a própria instituição.

5. Em face de tais evidências, os signatários do relatório propuseram:

- a - encaminhar cópia do processo à Delegacia Regional de São Paulo, setor de fiscalização, DESPA/REFIS, para efetuar o rastreamento das contas dos bancos envolvidos;
- b - que o Departamento de Câmbio - DECAM, instaurasse Processo Administrativo contra a SPREAD e que descredenciasse os Bancos EXCEL e BANFORT, para operar no segmento do Mercado de Taxas Flutuantes, até que fossem suficientemente apuradas as suas responsabilidades.

6. Conforme despacho datado de 30.07.91, o Chefe de Divisão de Câmbio daquela Delegacia procedeu aos devidos procedimentos sugeridos, sendo o resultado do trabalho solicitado à DESPA/REFIS encaminhado ao DECAM em 25.02 e 09.03.92.

7. Em março de 1992, foi solicitado pelo DECAM novo levantamento das operações relacionadas com compras de câmbio de "não identificados" realizadas pela SPREAD, tendo sido elaborado, em 29.05.92, pela DESPA/RECAM, o relatório desse trabalho.

8. Em 03.07.92, foi elaborado o Parecer DECAM/DILIC/SULIC-92/038, que praticamente transcreve o Relatório de Verificação Especial, bem como suas conclusões, quais sejam:

- a) descredenciar os Bancos "EXCEL" e "BANFORT", para operar no mercado de taxas flutuantes;
- b) recomendar à DESPA/RECAM a proceder à verificação específica na SULTOUR TURISMO e CÂMBIO LTDA; e

- c) solicitar ao Departamento de Controle de Processos Administrativos e de Regimes Especiais - DEPAD, que comunicasse à Receita Federal os nomes das pessoas físicas e jurídicas envolvidas nas operações com a SPREAD.

9. As irregularidades apresentadas no Relatório de Verificação Especial e no Parecer citado, foram contestadas por meio da Cota DECAM/DILIC/SULIC-I-92/044, de 25.09.92. Apresento-lhe, a seguir, os esclarecimentos prestados pelo DECAM quanto aos 4 aspectos citados no item "2" deste expediente, sob o ponto de vista cambial:

1 - UTILIZAÇÃO DO MERCADO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS OU DE POUPANÇA:

1.1 - No caso da SPREAD DTVM:

Segundo a análise do DECAM, o fato de a SPREAD adquirir ouro na BM&F, realizar operações de arbitragem desse ouro com o Banco Central e que a moeda estrangeira resultante dessa arbitragem seja vendida a instituições bancárias credenciadas, não feriu, em princípio, qualquer norma cambial.

Essas operações encontram pleno respaldo regulamentar, particularmente na Resolução nº 1.552, de 22.12.88 e na Circular nº 1.402, de 29.12.88, que instituiu o mercado de taxas flutuantes.

1.2 - No caso do BANFORT e EXCEL:

Da mesma forma, registra o DECAM que, de acordo com a regulamentação do mercado de taxas flutuantes, um banco no País pode vender a sua posição de câmbio a instituições financeiras no exterior.

Pelas disposições da Circular nº 1.500, atualizada pelas Circulares nº 2.172 e nº 2.202, nesse mercado é expressamente permitida a venda de câmbio para instituição financeira do exterior, independentemente de ingressos pretéritos.

Ingressos pretéritos somente são exigidos para lastrear retornos de saldos em ME ao exterior, quando a operação é feita em conta de não residente de entidades não financeiras do exterior, aqui sim, com base na antiga CC-5.

Este entendimento está explícito e aprovado pela Diretoria deste Banco Central, no Voto BCB nº 120/92, de 19.02.92, que deu origem à Cartá-Circular nº 2.259.

Ressalta ainda o parecer, que a própria filosofia da regulamentação sobre a matéria procura buscar a possibilidade de livre comunicação do segmento do mercado de taxas flutuantes com o exterior, e, bem assim, atingir o objetivo primordial da medida, ou seja, a transferência e o registro contábil das remessas

da espécie, buscando eliminar da ilegalidade as operações que eram feitas no chamado mercado informal.

Discorda também o DECAM do parecer, no sentido de que as operações tenham desvirtuado "os objetivos do mercado de câmbio de taxas flutuantes e utilização de venda de câmbio como instrumento de captação de recursos financeiros ou de poupança".

Segundo o parecer, as operações seriam idênticas às ocorridas no passado, onde instituições financeiras lançaram produtos do tipo "poupança verde". Os agentes desse mercado ofereciam formas engenhosas de aberturas de contas em moeda estrangeira junto a bancos no País. O objetivo, neste caso, era o de captar cruzeiros contra poupança dolarizada, o que, conforme demonstrado, não foi o caso das operações relatadas.

Finalmente, concluiu o Departamento de Câmbio deste Órgão ter inexistido irregularidade na área de câmbio e que essas operações se enquadram nas faculdades e propósitos do segmento flutuante que, por sua vez, representa uma etapa importante da liberalização cambial progressiva.

Esta conclusão, inclusive, encontra perfeita consonância com a recente edição da Resolução nº 1.946 e da Circular nº 2.208, ambas de 29.07.92, ao regulamentar a remessa de cruzeiros para o exterior, no contexto de que há liquidez para a moeda nacional nos mercados vizinhos, em particular nos países integrantes do MERCOSUL.

2 - IDENTIFICAÇÃO INSUFICIENTE DE DEPOSITANTES DE RECURSOS EM CONTAS DE NÃO RESIDENTES.

Segundo o parecer, a identificação não é suficiente, limitando-se o banco, no caso o EXCEL, a anotar o número dos cheques e o nome do banco sacado. Trata-se, ainda, de cheques administrativos, o que, também, permite a perfeita identificação do tomador no banco emissor.

Por outro lado, diz o relatório que o banco emissor informou ser a própria instituição beneficiária do depósito, a tomadora dos cheques. Ou seja, à falta de instruções padronizadas para identificação, a anotação do número do cheque e do banco sacado é uma forma de fazê-lo, no banco depositário.

Assim, do ponto de vista da instituição acolhedora do depósito, o depositante está identificado. Portanto, não é aqui que pode haver alguma irregularidade, mas eventualmente no fato de se apurar a origem dos recursos que permitiram o depositante efetuar esse depósito.

3 - FALTA DE IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS:

Quanto a esse aspecto, esclarece o DECAM, em seu parecer, que cabe às instituições financeiras identificar os depositantes, mas não a origem dos recursos, primeiro por não ser sua função, segundo por ser impraticável para os bancos.

Esta conclusão está expressamente admitida na recente Resolução nº 1.946 e na Circular nº 2.207, que instituiu a obrigatoriedade da identificação de quaisquer pagamentos ou recebimentos realizados por intermédio de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, para valores superiores a Cr\$ 45 milhões, se em moeda nacional e, a US\$ 10 mil, se em moeda estrangeira.

Ademais, no preenchimento do formulário anexo à Circular nº 2.207, instituído para essa finalidade, fica caracterizada o origem dos recursos, o que representa um reconhecimento de que não cabe às instituições financeiras a identificação. Não obstante, passou a ser, a partir daí, obrigatória a correta identificação do depositante ou do recebedor dos recursos superiores aos valores acima citados.

Assim, caberá aos depositantes declarar às autoridades alfandegárias a origem dos recursos ou os tomadores de cheques administrativos.

4 - COMPRAS DE CÂMBIO NÃO IDENTIFICADOS:

Foi apontada como irregularidade cometida pela SPREAD o registro de compra não identificada de ordens de pagamento provenientes do exterior tendo a própria empresa como beneficiária. Do ponto de vista meramente formal e administrativo, é verdade que em se tratando de venda feita por pessoa jurídica o registro deveria ter sido feito como identificado. Entretanto, como o beneficiário da ordem era o próprio comprador, está clara essa identificação.

Assim, como se trata de aspecto formal, onde a compra não identificada não teria prejudicado a própria identificação, poderia se advertir a SPREAD a respeito. Entretanto, como a mesma se encontra em liquidação extrajudicial, tal medida torna-se inócua.

A afirmação de que o EXCELBANCO não identificou corretamente a origem dos recursos depositados em conta de não residente, também parece de pouca relevância, uma vez que o banco, ao anotar o número do banco sacado e dos próprios cheques, passou a deter elementos capazes de possibilitar a identificação do depositante.

Ademais, somam-se a este entendimento, uma vez mais, os dispositivos da Resolução nº 1.946/92.

Ante o exposto, o parecer DECAM/DILIC/SULIC-I-92/044 diz ainda, em suas explanações, que a proposta de descredenciamento dos Bancos envolvidos é inaplicável, até que as apurações sejam concluídas.

Para adoção da medida indicada haveria que, em princípio, conceder-se um prazo para que as instituições apresentassem defesa, de cujo exame resultaria decisão final do Banco Central.

10. O parecer que contesta os argumentos apresentados pelo Relatório, termina com as seguintes conclusões:

- as operações em questão basearam-se nos instrumentos legais e regulamentares, previstos basicamente no regulamento que instituiu o mercado de taxas flutuantes;
- não há o que se falar em evasão de divisas, uma vez que, do ponto de vista cambial, as vendas de câmbio para o exterior, na forma como conduzidas, foram previstas no Regulamento vigente à época e atual do Mercado de Taxas Flutuantes, que prevê a possibilidade de comunicação entre esse mercado com o exterior, tendo como objetivo final introduzir um mecanismo legal que permita o livre fluxo de recursos do e para o exterior;
- não houve, portanto, pelas razões expostas, desvirtuamento dos propósitos do mercado;
- relativamente aos aspectos formais de identificação do depositante, poder-se-ia recomendar maior zelo por parte das instituições nominadas. Isto, entretanto, já está automaticamente coberto pelos dispositivos da Resolução nº 1.946/92 e Circular nº 2.207/92, comentadas anteriormente.
- quanto à origem dos recursos, também não cabe responsabilidade às instituições financeiras. Apurar a capacidade financeira do cliente é assunto que extrapola, em princípio, a ação dos bancos e, bem assim, desta Autarquia, situando-se a matéria no âmbito da Secretaria da Receita Federal;
- por último, de esclarecer ainda que os depósitos feitos por residentes em contas de instituições financeiras de não residentes, não configuram remessa para o exterior. Por outro lado, a utilização desses recursos como lastro para que a instituição financeira do exterior compre câmbio no exterior, é compatível com os propósitos do regulamento do mercado flutuante.

11. O Relatório da Auditoria apresentou as seguintes considerações:

- a) no Relatório de Verificação Especial, datado de 16.07.91, que na realidade deu origem ao Pt.9200055293, verificamos a necessidade de, antes da emissão do relatório, esgotar todos os levantamentos necessários à caracterização das irregularidades cometidas, a fim de dar ao detentor de competência maior respaldo na adoção das sanções propostas. Tal afirmativa está evidenciada no próprio parecer ao indicar:

- "15. Contudo, para melhor caracterização das irregularidades, julgamos necessária a verificação da origem real dos depósitos efetuados, já que existe uma possibilidade (que não deve ser descartada), de que tenha havido ingressos de moeda em outros bancos que não os depositários

dos recursos em moeda nacional dos domiciliados no exterior, porém, fato que não invalida o procedimento irregular do BANFORT e EXCEL BANCO - ITEM 11."

- b) para a adoção da proposta - descredenciamento dos bancos - seria necessária, em princípio, enquadrar perfeitamente a infringência cometida no que dispõe a Lei 4131/62, art. 26, que diz: "No caso de infrações repetidas, o Inspetor-Geral de Bancos solicitará ao Diretor-Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito (4), o cancelamento da autorização para operar em câmbio do estabelecimento bancário por elas responsável, cabendo a decisão final ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (1)."

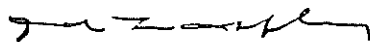
12. Tal pressuposto está suportado na análise das peças que compõem o processo, visto que o pedido inicial de descredenciamento dos bancos em questão foi baseado "em aparente" infringência à Carta Circular nº 5, em decorrência de "casamento" de operações, buscando formas de captação de recursos, posicionamento esse modificado no decorrer dos diversos levantamentos procedidos e pelos pareceres do Jurídico, passando a ser a identificação de depositantes de recursos, de beneficiários dos saques o elemento passível de infringência da citada norma.

13. A Equipe de Auditoria chegou às seguintes conclusões:

- a) não há evidências nos pareceres e despachos que leve a afirmar categoricamente que houve retardamento proposital na tomada de decisão, por quem de direito, no sentido de imputar as penalidades sugeridas no processo 9200055293;
- b) com relação aos bancos EXCEL e BANFORT, até a data do encerramento dos trabalhos na DESPA/RECAM, em 24.09.93, não estava ainda plenamente caracterizada a infringência às normas pelos envolvidos; e
- c) os ilícitos praticados pela SPREAD estavam sendo tratados separadamente, em face do regime de liquidação extrajudicial.

14. Finalmente, tendo em vista que as conclusões da auditoria demonstraram a lisura do comportamento do funcionário ALCINDO FERREIRA, foi considerada desnecessária a instauração de comissão de sindicância. Ademais, comunico que este Banco Central aguarda os resultados conclusivos das investigações, a fim de que possa adotar as medidas legais cabíveis, com relação aos procedimentos dos bancos em questão.

Respeitosamente,



Pedro Sampaio Malan
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião) - Ainda há dois oradores inscritos.

A Mesa quer esclarecer que o Senador Eduardo Suplicy está em boa companhia: também não utilizam automóveis oficiais os Senadores Gerson Camata e José Fogaça. O ex-Senador José Eduardo de Andrade Vieira também recusou o automóvel oficial. Portanto, Senador Eduardo Suplicy, sem sombra de dúvida, V. Ex^a está em boa companhia, e talvez os motivos dos quatro sejam os mesmos.

Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria fazer um breve registro: tenho em mãos o pedido de exoneração do advogado Antonio Jurandy Porto Rosa, que ocupava a função de Defensor Público-Geral da União.

Tive a feliz oportunidade de conhecer o dr. Jurandy Porto Rosa numa visita que fez ao meu gabinete para mostrar o quão era importante a instalação da Defensoria Pública da União, para prestar serviços aos menos favorecidos vítimas de arbitrariedades cometidas pela União.

Naquela oportunidade, ele disse-me que não contava com nenhum apoio do Ministério da Justiça para a efetiva implantação da Defensoria Pública da União e que o próprio Ministro da Justiça parecia discordar da instalação desse órgão tão importante para se fazer justiça no Brasil. No seu entendimento, sem que haja todos os mecanismos para possibilitar a justiça, não é possível a existência da democracia.

Tenho em minhas mãos a carta dirigida ao Presidente da República, na qual o dr. Antonio Jurandy pede a sua exoneração, em caráter irrevogável, em virtude dos motivos que resumidamente acabei de relatar.

Ele envia também um ofício ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, elencando as razões pelas quais se afasta da função ao mesmo tempo em que agradece a todos os Srs. Senadores que aprovaram a indicação do seu nome para o cargo de Defensor Público-Geral da União.

Faço questão de registrar também, Sr. Presidente, que, na minha opinião, esta é uma grande perda para a Justiça brasileira e para os segmentos menos favorecidos que ficam sem possibilidade de defesa no âmbito da Federação.

Tive a felicidade de receber a contribuição do dr. Jurandy Porto na feitura de três projetos de lei que apresentei para facilitar a reforma agrária. Tais projetos visam modificar o Código Civil e o Código

Penal, criando mecanismos para adequá-los às inovações da Constituição de 1988 no que diz respeito à função social da terra. Entendo que não haveria por que assegurar direito ou providenciar mecanismos de defesa àqueles que têm uma propriedade que não cumpre sua função social.

O Dr. Jurandy Porto - repito - ajudou-me na elaboração desses projetos, que considero de grande alcance social, pois facilitam o processo de desapropriação e reforma agrária, bem como ajudam a evitar a violência que vem sendo cometida contra trabalhadores rurais em função de atitudes muitas vezes impensadas de determinados juizes em determinadas regiões do País, principalmente em pequenas cidades.

Lamento profundamente que o Ministério da Justiça tenha perdido um funcionário do quilate do dr. Jurandy, pois, como ele mesmo teve oportunidade de me relatar, não estava nessa função por desejar um emprego, já que possuía bem-sucedida banca de advocacia no Estado do Ceará. Aceitou esse desafio única e exclusivamente por entender que, por meio da Defensoria Pública da União, poderia prestar serviço aos que não têm acesso à Justiça em função das condições de penúria a que são submetidos.

Faço este registro como reconhecimento do potencial de trabalho que teria o dr. Jurandy, caso o Ministério da Justiça tivesse acolhido a sua contribuição, oferecendo-lhe toda a estrutura necessária para implementar a Defensoria Pública da União.

Devo dizer que o Ministério da Justiça, em alguns momentos, acaba favorecendo a não-justiça por negar as condições necessárias para que a justiça aconteça.

Ao encerrar este registro, quero agradecer aqueles que me ouvem nesta sessão de pré-feriado do Senado Federal.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Roberto Requião, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Bonifácio, que pela primeira vez usará da tribuna do Senado.

Seja bem-vindo, nobre Senador!

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO (PPB-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus conterrâneos e amigos que aqui se encontram, pela primeira

vez um cidadão da minha centenária cidade, Tocantinópolis, chega a esta Casa.

Tenho a honra de ser o primeiro senador da história de Tocantinópolis, representando Tocantins, o mais novo Estado da Federação.

O meu currículo não é muito grande. Filho de uma cidade de pouco mais de trinta mil habitantes, onde fui vereador e prefeito, servidor público federal, passei 11 anos na Polícia Federal e mais onze como Procurador do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Depois de todo esse tempo de labuta, sinto-me orgulhoso de ver hoje, aqui na minha posse, a representação do Sindicato dos Funcionários da Polícia Federal e da Associação Nacional dos Procuradores da Previdência Social.

Aqui está, embora ainda jovem, minha família, meus filhos e dois netinhos, que ainda não entendem nada, mas que, pelo fato histórico, estão presentes para sair na fotografia e algum dia lembrarem do avô como Senador da República. Estão também presentes meus primos, Dr. Natal, engenheiro da Emater do Distrito Federal, e meus amigos. Está presente o líder maior de nossa família, que já trilhava o Parlamento na Câmara dos Deputados, o ex-Deputado Federal Alziro Gomes, componente da primeira legislatura do Estado do Tocantins, o homem que passou para a História como um Deputado da primeira hora do primeiro mandato do Tocantins.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sei que todos já estão com vontade de ir embora. Eu também, para estar junto aos meus amigos e familiares e festejar esta tão sonhada posse, este encanto de política, talvez o auge da minha carreira política. Merecemos brindar e brincar com os amigos e parentes.

O Sr. Bernardo Cabral - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO - Concedo o aparte ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Nobre Senador, talvez esta seja para V. Ex^a uma sessão inaugural, mas não uma estréia de sentimento. V. Ex^a chega a esta Casa às vésperas da Páscoa. Ainda que eventualmente não esteja o Senado lotado, como seria bom para quem chega, V. Ex^a tem o privilégio de ter a família e amigos na tribuna de honra. É uma longa caminhada. Os chineses criaram a frase "uma longa caminhada começa com o primeiro passo". Tive a audácia de corrigi-la: uma longa caminhada começa com a decisão que antecede o primeiro passo. E V. Ex^a tomou uma decisão forte, firme, de estreitar a tribuna do Senado. Não é fácil, porque não vem V. Ex^a de uma prática no exercício de uma deputação fede-

ral ou estadual. Ao que fui informado pelo Governador Siqueira Campos, V. Ex^a começou sua carreira como vereador. Mas vejo com muita alegria, no seu currículo, ter passado V. Ex^a pela Polícia Federal, órgão que tanto estimo, e agora na Procuradoria do INSS; portanto, um colega de profissão. Aqui há tantos que são advogados militantes. Não quero saudá-lo. Já o fiz ontem sem o conhecer, quando lamentava a saída do nosso Senador Leomar Quintanilha, ainda que a suplência seria enriquecida por um companheiro da sua categoria. Mas, chegue-se a nós. Essa humildade é muito boa para quem vem ao Senado imbuído de bons propósitos. Tocantins é um Estado novo, para o qual tive a honra de contribuir com o meu modesto trabalho como Relator da Assembléia Nacional Constituinte, ao lado de tantos, tendo à frente o então constituinte Siqueira Campos. Quero dizer-lhe que, nesta tarde, a sua chegada não só é alegria para os seus familiares. Também o é para os seus companheiros de Senado. Seja bem-vindo!

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO - Agradeço ao nobre Senador Bernardo Cabral o aparte, que me enobrece e enriquece, portador que é de uma grande cultura jurídica, por mim reconhecida pelos jornais e pela **Voz do Brasil**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus parentes, estou aqui no Senado cumprindo uma missão e me pergunto qual é ela. E a resposta que me vem é a de trabalhar para o Brasil, para contribuir no sentido de que esta Nação se levante do caos, talvez até do mar de lama em que se encontra.

Quero trabalhar para o Brasil também trabalhando para o Estado de Tocantins. É preciso que esta Nação enxergue o Estado de Tocantins, seu filho mais novo, porém enfeitado, largado ao léu e que tenta sobreviver dos seus próprios esforços.

A Constituição de 88 destinou, até o décimo ano da criação do Estado do Tocantins, uma verba anual de US\$100 milhões, da qual o Governo do Estado não recebeu sequer um dólar. E já estamos no oitavo ano da criação do Estado.

O Estado do Tocantins é formado praticamente pela migração do povo nordestino. Sou tocanthinense, mas oriundo do Maranhão. Meu tio, o ex-deputado Alziro Gomes, e meu pai eram maranhenses, da terra do Senador José Sarney. Estamos lá, formando um Estado como retirantes; o próprio Governador do Estado é um piauiense que foi para lá lutar e implantar esse Estado. Precisamos ter voz e vez neste Brasil que está mais voltado para o Sul e o Sudeste.

Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a representa um Estado do Norte, Estado imenso e pouco povoado. O Senador Coutinho Jorge representa o Estado do Pará, outro Estado onde cabem muitos países da Europa. Também somos da região Norte e, tal qual o Pará e o Amazonas, vivemos das sobras que escapam do Sul e do Sudeste do País.

Não tenho a intenção de polemizar ou de dizer que o Poder Executivo é isto ou aquilo, mas tenho o firme propósito de, como tocaninense, nortista e nordestino, elevar a minha voz para que o Tocantins e a região Norte tenham vez e voz no nosso imenso Brasil.

A Sr^a Marina Silva - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO - Com muito prazer, ouço V. Ex^a

A Sr^a Marina Silva - Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, gostaria de cumprimentar V. Ex^a, desejar que tenha êxito em seus propósitos aqui, no Senado da República e, também, dividir com V. Ex^a e seus familiares este momento de desafio. Tanto o seu Estado quanto o meu, e os demais Estados da região Norte, da Amazônia, têm um desafio muito grande, que é o de mostrar para o Brasil que esta sua outra metade não é um problema, é uma solução. O problema é que até hoje a outra parte do Brasil não soube fazer o que deveria ser feito com esta sua rica metade e nós também, durante muito tempo, ficamos calados sem dizer o que queríamos. Creio que a presença de V. Ex^a na tribuna da Casa, fazendo estas colocações, assumindo este desafio, é um bom sinal de que a nossa região, além de levantar problemas, também é capaz de apresentar soluções. Parabenizo V. Ex^a e - não poderia dizer outras palavras - seja bem-vindo!

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO - Obrigado, Senadora Marina Silva.

Obrigado, Sr^s e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Não há mais oradores inscritos.

Convido o Sr. Senador José Bonifácio, a quem reitero o desejo de boas-vindas, a fazer a leitura do Expediente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Bonifácio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 311, DE 1996

Senhor Presidente,

Réqueiro a V. Ex^a, nos termos do Art. 172-I do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia do Senado, do Projeto de Lei do Senado 138/95, de mi-

nha autoria, que cria área de livre comércio no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1996. - Senador Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente, após a manifestação do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 255 do Regimento Interno.

Desejamos uma feliz Páscoa a todas as Sr^s e Srs. Senadores, a todos que trabalham no Senado e a todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - O Sr. Senador Guilherme Palmeira enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nesta Casa, venho registrando datas que engrandecem a história, a política e a cultura do meu Estado de Alagoas, com repercussão na vida nacional. São nomes que orgulham gerações; as que viveram, as que, hoje, fazem minha terra, e que merecem ser preservados e lembrados para o orgulho das gerações que advirão. São inúmeros os que gravaram a vida da minha Província, nestes quase quinhentos anos de existência, muitos deles, inclusive, esquecidos. Mas, o que me permitem o tempo e o espaço da minha vida pública, tenho lembrado alguns deles.

A relação não seria monótona pela qualidade dos nomes a relacionar, porém se tornaria cansativa pela quantidade a recitar, pelos mais diversos campos do saber e das atividades profissionais.

Concedam-me, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, trazer, hoje, para o registro nos Anais desta Casa, o evento que os alagoanos, no momento, comemoram. Lembro o centenário de um homem que nasceu a 22 de março de 1896, no vilarejo de Campos Frios, na divisa dos Estados de Alagoas e Pernambuco, e que viveu sua primeira infância nos Engenheiros Ouro Preto e Santa Teresa, de propriedade de seu avô, pois ficara órfão aos cinco anos de idade.

Desde jovem, o professor Mário Marroquim precisou trabalhar, sendo administrador rural, vendedor de madeira, inclusive tentando a vida como pianista de cinema na cidade do Rio de Janeiro, no início da década de 20.

Mas retornou a Alagoas, e aí desenvolveu suas inúmeras atividades como professor de Língua Por-

tuguesa da Escola Normal, de Latim, e, no ensino superior, sendo catedrático de Direito Romano da Faculdade de Direito de Alagoas. Vemo-lo, ainda, como advogado, lingüista, musicista, arqueólogo, jornalista na imprensa alagoana e pernambucana, Secretário de Estado, Vereador na cidade de Macaíó, membro da Academia Alagoana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e radiologista, pioneiro da radiodifusão alagoana, ajudando a fundar, em 1925, a Rádio Club de Alagoas, com pequena existência, e um dos fundadores e primeiro diretor-geral da Rádio Difusora de Alagoas, em 1948, até hoje nos ares alagoanos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imagem que o eminente homenageado perpetuou foi a do homem de vasta cultura, de exemplar dedicação a todas as ações que desenvolveu e de espírito público invulgar.

Em certa ocasião, o professor Mário Marroquim, como advogado de determinada causa junto ao Supremo Tribunal Federal, obteve amplos elogios do então Ministro Carvalho Santos, considerando o Memorial, elaborado pelo ilustre homenageado como "magistral peça" e "magnífico arrazoado" onde o "brilhante advogado fez obra completa, com maestria invulgar, de demonstração convincente, valendo-se, para tanto, de uma dialética impecável, conjugada e uma erudição manifestada na justa medida que se fazia mister, para documentação do acerto das conclusões alcançadas".

Se em todos os setores onde atuou, Dr. Mário Marroquim se destacou na Província, foi como filólogo que contribuiu, de forma proeminente, para a cultura nacional, ao publicar uma de suas obras de fôlego, intitulada *A Língua do Nordeste*, editada em 1934, pela Editora Nacional, e incluída na Coleção Brasileira.

No conceito do festejado sociólogo brasileiro, Dr. Gilberto Freyre, aquela obra é "uma autêntica pesquisa de campo; ... um livro de quem estudou a língua portuguesa, não apenas nas páginas dos livros eruditos e dos tratados acadêmicos, mas entre os homens. Entre os próprios analfabetos. Entre praiheiros, matutos, brejeiros, sertanejos do Nordeste do Brasil".

Gilberto Freyre, ainda em seu prefácio àquela obra, escrito em 1943, salienta: "Aqui está um livro que, sendo de filólogo, não se perde em bisantinismo de gramatiquice, esquecendo o sentido humano, a significação psicológica, o interesse histórico dos problemas oferecidos ou sugeridos pelas particularidades regionais de um idioma. O autor, partindo da

observação de tais particularidades, procura fazer obra honesta de história social e cultural brasileira; seu estudo é dos que mais inteligentemente contribuem para o esclarecimento do nosso passado e para a definição do caráter do nosso povo."

A referida obra não se limitou aos quadrantes alagoanos e nordestinos. Ela percorreu mundo, e, até hoje, é referencial.

Repercutiu em outros países, com comentários na imprensa sul-americana, e registro pelo prof. J. C. Nelson, do Senior High School, de Salem, Oregon, Estados Unidos, quando, em correspondência de abril de 1935, afirmava não exagerar ser aquele trabalho "uma contribuição muito valiosa para a literatura filológica, mostrando a perfeição e o sólido conhecimento" que habilitavam o Dr. Marroquim "a figurar entre os especialistas no campo da lingüística."

Mais recentemente, em 1984, o antropólogo Manuel Diégues Júnior, sobre a mesma obra, registrava ser a mesma, até então, "não apenas contribuição pioneira," mas alongava-se "a uma contribuição fundamental para estudar e interpretar o falar regional, ou seja, o de nossa gente nordestina."

Para os estudiosos de hoje, principalmente aqueles que lideram as comemorações deste centenário e se aprofundam na vida e na obra do homenageado, vê-se a relevância da obra sobre a língua nordestina. Para eles, "a linguagem, da forma como Mário Marroquim a analisa, fornece não só o saber, mas o sentir que a língua é um organismo vivo, ágil, palpitante e que jamais se fixará em limites, enriquecendo-se e rejuvenescendo-se perpetuamente. Nas vozes do índio e do negro, o português ganhou novas notas ignoradas na música da linguagem e orquestração do pensamento luso."

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além de sua contribuição cultural, Dr. Mário Marroquim gerou, para a terra das Alagoas, uma prole de mestres e profissionais que orgulham a família alagoana. Por tudo isto é que as instituições culturais e governamentais de Alagoas se uniram na comemoração de vários eventos que enriquecem a paisagem social do povo alagoano, neste ano de 1996. E estão conscientes de que, comemorando o centenário de nascimento do Dr. Mário Marroquim, "procêde-se apenas a uma primeira leitura da vida e da contribuição por ele legada à cultura Alagoana e Nordestina, com a função mais de chamada do que de obra acabada, a fim de que outros profissionais com a função mais de chamada do que de obra acabada, a fim de que outros profissionais dêem prosseguimento a uma análise mais aprofundada, valendo-se do patrimônio

construído por Mário Marroquim e agora disponível à curiosidade própria dos aficionados da ciência."

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h52min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, Realizada em 28 De Março de 1996, às 10:30horas.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de março de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda e com a presença dos Senadores Carlos Bezerra, Ramez Tebet, José Fogaça, Antonio Carlos Magalhães, Vilson Kleinübing, Bello Parga, Carlos Patrocínio, Beni Veras, Jefferson Peres, Pedro Piva, Geraldo Melo, Osmar Dias, Esperidião Amin, Lauro Campos, Eduardo Suplicy, Júnia Marise, Pedro Simon, Joel de Hollanda, Elcio Alvares, Lúcio Alcântara, Coutinho Jorge e Epitácio Cafeteira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges Onofre Quinan, Fernando Bezerra, Jonas Pinheiro, Freitas Neto, João Rocha, Leomar Quintanilha, Arlindo Porto e Valmir Campelo. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida diz que a presente reunião tem como finalidade ouvir as exposições dos Senhores Luiz Antonio Fleury Filho, acerca do Banespa e Marco Aurélio Maciel, Sócio da KPMG - Auditores, acerca dos procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional; e passa a palavra ao Senador Osmar Dias que discorre sobre os Requerimentos Nº 08 e 09-CAE/1996, de sua autoria apresentados na reunião anterior da Comissão. Usam da Palavra os Senadores Jefferson Peres e Eduardo Suplicy. A seguir o Senador Pedro Piva que apresenta uma Questão de Ordem acerca da apreciação dos Requerimentos Nº 08 e 09-CAE/96, na 9ª Reunião da CAE. Em seguida o Senhor Presidente responde à questão levantada pelo Senador Pedro Piva. Usam da palavra, para debater os Senadores Carlos Bezerra, Elcio Alvares, Epitácio Cafeteira, Esperidião Amin, Carlos Patrocínio, Pedro Simon e Sérgio Machado. Prosse-

guindo os trabalhos a Presidência passa a palavra ao Senhor Luiz Antonio Fleury Filho para proceda a sua exposição. A seguir iniciam-se os debates com a participação dos Senadores Pedro Simon., Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Magalhães, Carlos Patrocínio, José Fogaça e Romeu Tuma; encerrados os debates o senhor Presidente agradece a presença do Senhor Luiz Antonio Fleury Filho, e passa a palavra ao senhor Marco Aurélio Maciel, Sócio da KPMG - Auditores, para que proceda sua exposição acerca dos procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional. Em virtude do adiantado da hora a Presidência comunica que as inquirições dirigidas ao Senhor Marco Aurélio Maciel serão feitas na Reunião marcada para o dia nove de abril de 1996, às dez horas. Dando prosseguimento aos trabalhos a Presidência submete à votação nominal o Requerimento e autoria do Senador Pedro Piva que retifica o Requerimento Nº 08-CAE/96, estabelecendo como data limite para as diligências junto ao interventor do Banespa o dia nove de abril de 1996, bem como a imediata designação do relator para o Ofício S nº 14/96, que versa sobre o acordo do Banespa. Não havendo quorum para deliberação o Senhor Presidente encerra a presente reunião, com o compromisso de dar a maior brevidade possível à tramitação do Ofício S nº 14/96. Nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, às quatorze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. - Senador Gilberto Miranda Batista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Está aberta a 10ª Reunião da 2ª Sessão Legislativa.

A primeira parte da reunião será a exposição do Sr. Luiz Antônio Fleury Filho, ex-Governador de São Paulo, acerca do Banespa, no período de sua administração.

Na segunda parte, teremos uma exposição do Sr. Marco Aurélio Maciel, da KPMG, auditor, acerca dos procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional.

Pediria ao Senador Pedro Piva que introduzisse o ex-Governador de São Paulo na sala de reuniões. (Pausa.)

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Antes de passar a palavra para o Senador Osmar Dias, quero informar que recebi, no dia 27, a resposta à consulta feita à Assessoria do Senado, com relação

à questão levantada pelo Senador Eduardo Suplicy, na última reunião acerca de, se aprovado um Diretor do Banco Central, este poderia ou não mudar de cargo sem uma nova aprovação do Senado. A Assessoria informou-nos que, aprovado o seu nome, ele pode, efetivamente, ser mudado para qualquer outro cargo sem consulta ao Senado.

A consulta está à disposição na Secretaria para os Srs. Senadores.

Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Governador, meu pronunciamento neste momento é para fazer referência aos dois requerimentos aprovados ontem por esta Comissão.

A imprensa divulgou hoje de forma a parecer que os meus requerimentos têm objetivos diferentes do que na verdade têm e que vão retardar a decisão sobre o Banespa, quando, na verdade, vão urgenciar. Aproveitando o recesso branco, que teremos na semana que vem, quando não votaremos nenhuma matéria, nem na Comissão nem no Plenário, apresentei um requerimento que foi protocolado anteontem nesta Comissão. O referido requerimento objetiva que se constitua um grupo de trabalho temporário, destinado a avaliar *in loco*, juntamente com o interventor do Banespa, a situação contábil, financeira, bem como dos empréstimos do Banco do Estado de São Paulo S.A. devendo, até que seja apresentada as suas conclusões, sobrestar-a se apresentação do Ofício nº 14, do Senado, de 1996.

Uma justificativa: esse requerimento foi apresentado com o compromisso do Presidente da Comissão de levantarmos a situação na semana que vem e trazermos à reunião deliberativa, da outra terça-feira, as conclusões. Não vejo como o meu requerimento possa retardar em uma hora ou em um minuto sequer a decisão pelo Banespa. Muito pelo contrário, prevendo que chegaríamos aqui na terça-feira próxima, na semana seguinte à Páscoa, sem nenhum elemento técnico, sem nenhuma informação jurídica, simplesmente fiz um requerimento que vai auxiliar os Senadores a julgarem com elementos, base técnica e jurídica e tomarem uma decisão, que seja a mais ética e moral possível.

Não fiz o requerimento para retaliar o PSDB, como está na imprensa, porque não tenho nenhuma razão para isso, e, se tiver, o faço internamente, não usando meu mandato como instrumento de retaliação e nem de vingança; jamais farei isso. Talvez por ser novo aqui não me conheçam com profundidade para saberem que não faço isso. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é a de que não fiz nenhuma retaliação a respeito de ter sido eliminado desta Comissão, porque só fiz o requerimento por estar aqui; portanto, não fui eliminado da mesma.

Justifico que esse requerimento foi apresentado, e o faria novamente, porque o seu objetivo é muito claro: o de trazer à próxima reunião deliberativa da Comissão elementos técnicos, jurídicos, para que os Senadores não permaneçam na dúvida em que se encontram. Estou acostumado a ver decisões serem tomadas aqui sem elementos que as baseiem. Muitos tomam uma decisão e votam, voltando para a casa em dúvida, como já fiz muitas vezes; votei aqui sem ter certeza do que estava votando. Desta vez o valor envolvido é de R\$7,5 bilhões e não se decide irresponsavelmente, ou sem elementos técnicos sobre um valor desses. Portanto, o meu compromisso, Sr. Presidente, é de estar no Banespa, na segunda-feira, conforme a convocação de V. Ex^a. Lá permaneceremos até que seja necessário concluirmos o relatório e trazermos para a reunião da Comissão na próxima terça-feira.

Não estou fazendo nada para atrasar, porque se leram o requerimento encaminhado ao Presidente desta Comissão, que pede diligências ao Tribunal de Contas da União, vão verificar que este não faz nenhuma alusão a sobrestar a apreciação do ofício; portanto, não vai retardar. Poderemos, inclusive, aprovar ou deixar de aprovar, se for decisão desta Comissão, e o Tribunal de Contas da União vai simplesmente analisar os termos do acordo entre o Governo Federal e o Banespa para, exatamente, solucionar esse problema. Não significa que esse requerimento meu atrase em um minuto sequer a votação. Portanto, o que saiu na imprensa hoje... Tenho pelo Senador Pedro Piva não só apreço, mas admiração e até um sentimento - desculpem-me - mais que fraternal. Gosto muito de S. Ex^a e entendo a defesa que faz do seu Estado e do Banco do seu Estado. Só que como a imprensa divulgou não ficou bem. Essa história de tudo que se faz agora é inspiração ou de "Marimbondos de Fogo" ou inspiração de Gilberto Miranda, vão dizer que o Senadores Gilberto Miranda é o culpado de der a seleção de Gana perder o jogo de 8X2 ontem da seleção brasileira; assim não dá. Então, penso simplesmente que todo Senador aqui dentro foi eleito e, portanto, tem direito a ter iniciativas como a que eu tive. Conversei antes com o Senador Pedro Piva, só que, analisando, posteriormente, vi que eu estava colaborando e não prejudicando a análise desse processo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, vamos deixar questões subjetivas de lado. Nada quanto às intenções do Senador Osmar Dias. Eu o conheço o suficiente para saber que S. Ex^a é uma pessoa séria e incapaz de ser movido por motivos subalternos. E isto não é confete; é o que realmente penso do Senador Osmar Dias. Trata-se de uma questão importante: saber se o requerimento do Senador Osmar Dias, aprovado, vai atrasar ou não a questão Banespa - S. Ex^a acha que não, outros podem entender que sim. No mérito, não questiono. Inclino-me a votar a favor do requerimento. Agora, o que me importa é a questão da legitimidade da votação do requerimento. Esse requerimento precisa ser aprovado pela maioria dos membros desta Comissão.

A pergunta que lhe faço é se no momento em que foi aprovado o requerimento estava presente a maioria da Comissão? Se assim o foi, eu me encontrava ausente porque estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O problema é meu. Não questiono o fato de não estar aqui. Eu gostaria de saber se a decisão foi tomada por maioria. Se foi, nada a questionar; se não foi, eu faria um apelo a V. Ex^a para que, logo após a reunião, esse requerimento fosse discutido e votado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Para esclarecer a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, a matéria foi apresentada na Comissão no dia anterior e estava à disposição na Comissão. Não li a matéria no início da sessão, já havendo número para ser feita, porque o Senador Pedro Piva não havia chegado às 9h30min, quando foi o horário da reunião. Não estavam presentes os Senadores Pedro Piva e Eduardo Suplicy. Ele já estava na mesa, encaminhado pelo Sr. Secretário para ser submetido à votação. Conseqüentemente.... Só para concluir, Senador, estou prestando uma informação ao Senador Jefferson Péres.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas eu estava na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Suplicy, V. Ex^a chegou à reunião trinta ou quarenta minutos depois que a mesma havia começado. Eu pedi para a Assessoria ligar para seu gabinete várias vezes, onde informaram que V. Ex^a estava a caminho. Pedi para a Assessoria ligar várias vezes para o Senador Pedro Piva, e disseram que o Senador Pedro Piva estava a caminho. A reunião começou às 9h30min, e eu não li os requerimentos por isso. Segurei o requerimento.

Começou a reunião dos Diretores do Banco Central, houve toda a exposição, no final pedi ao Senador Pedro Piva que acompanhasse - só acompanhasse - até a sala ao lado o Diretor e os 2 gerentes. V. Ex^a sabe que sempre pedimos para que um Senador traga à sala de reunião e leve depois até à sala na hora de ir embora.

Fiz isso aí, li os dois requerimentos, e depois de lê-los e submetê-los à aprovação, li no requerimento erroneamente o nome do autor como se fosse o Senador Roberto Requião, que estava presente e que hoje é membro da Comissão. O Senador Osmar Dias reclamou e disse que os requerimentos eram dele, e eu novamente li o requerimento.

Nesse momento, estava aqui até na frente o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador Eduardo Suplicy aqui em pé. V. Ex^a ouviu a leitura novamente na segunda fase. O Senador Sérgio Machado disse-me que está de posse da fita, e que a fita não registrou essa leitura. Não creio que cabe ao Presidente da Mesa ouvir fita ou tomar conta da gravação. No entanto, V. Ex^a ouviu a segunda leitura, estava aqui em pé, perguntou-me e respondi a V. Ex^a.

Também pedi ao Dr. Cláudio Mauch para que não atrasasse em nada as averiguações, e também lhe pedi para que entrasse em contato com o Presidente-Interventor do Banespa. Ele entrou em contato, e, quando cheguei em meu gabinete, já havia uma ligação do Presidente-Interventor do banco. Já marcamos para segunda-feira, às 15h, essa reunião. A idéia é de segunda a quinta-feira colhermos todos os subsídios, tendo em vista que não há sessão deliberativa do Senado na próxima semana. Conseqüentemente, para essa matéria, que é uma matéria polêmica, algum Senador deverá pedir vista, e dessa forma ela não seria votada.

Então, nada, absolutamente nada, creio, atrapalha; pelo contrário, só ajuda o requerimento do Senador Osmar Dias.

E para concluir a explicação a V. Ex^a, a verdade é uma só, Senador Jefferson Péres: o que fizeram no caso Banespa, em termos de documentação, para a Comissão do Senado e para os Srs. Senadores, foi uma documentação relativamente frágil para análise. O que veio aqui para ser analisado, de um financiamento de R\$7,5 bilhões, foi isso daqui que o Governo mandou e, na verdade, a análise financeira é uma folha, Senador. Não acredito que nenhum Sr. Senador resolve R\$7,5 bilhões com uma folha.

Fiz gestão junto ao Senador Mário Covas, fui a São Paulo junto com o Senador Pedro Piva, tivemos uma reunião de 2 horas com o Senador Mário Co-

vas, na qual ele nos entregou conjuntamente uma série de documentos. Mandei passar uma cópia a mão para cada um dos senhores, e, para não ficarmos com uma só versão, recebemos um ofício do ex-Governador Antônio Fleury, pedindo para vir a esta Comissão.

Então, temos um Governador que recebeu a dívida e já há intervenção; e temos um ex-Governador que naquele momento era Governador do Estado e tinha o Presidente indicado o Presidente do banco. Conseqüentemente, temos uma versão oficial do Governo - 10 folhas, com 1 folha de análise financeira; temos a versão do Senador Mário Covas, e ouviremos a versão do Governador Fleury. Não penso que atrapalha.

Por outro lado, essa história de que isso é segundo tempo de CPI, que isso é retaliação, se quiséssemos, ficaríamos com esse processo para relatar 6 meses, fazendo diligências, pedindo, perguntando, e a única coisa que levaria esse projeto à apreciação pela força seria a urgência urgentíssima, que eu não acredito que os Srs. Líderes dariam para R\$7,5 bilhões.

Tenho sido procurado pela maioria dos Senadores da Comissão - e os que estão aqui presentes sabem, muitos fazem parte dessa maioria -, pedindo que sejam feitas mais averiguações, que é muito pouco o que foi feito e que eles não se sentem confortáveis para ser analisado.

Portanto, essa é a explicação que eu queria dar a V. Ex^a. Não sei porque fazer uma tremenda tempestade. Acho que a coisa é bem mais simples do que parece. Vamos ouvir o ex-Governador Fleury, vamos ter uma segunda versão do fato no início da semana. Estaremos em São Paulo até quinta-feira para concluir os dados. Na terça-feira, o que vier de documentação - porque o próprio Senador Suplicy perguntou ao Senador Mário Covas: o senhor poderia nos explicar como estão sendo feitas as tentativas de recebimento do setor privado? E as notas taquigráficas são bem claras, disse o Governador Mário Covas: Não tenho nenhuma informação, porque não indiquei nenhum dos membros e não tenho dados do que acontece hoje no Banespa.

Agora, se o Senado vai aprovar US\$7,5 bilhões para o Banespa, ele tem que saber o que acontece hoje. O que não pode é aprovar isso e daqui dois meses o Banespa quebrar por outro motivo. Temos que saber, sim, o que está acontecendo com a diferença de US\$9 bilhões para US\$15 bilhões, como vai ser recebido e como não vai. O Senador Suplicy queria essas informações e acredito que vai ter

oportunidade de tê-las. S. Ex^a já disse que não pode no dia 1^o e falei que marcaria uma data com o presidente do banco para que ele vá, e nós o acompanharemos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Pedro Piva, depois ao Senador Carlos Bezerra e depois a V. Ex^a.

O SR. PEDRO PIVA - Sr. Presidente, ouvi sua exposição e, absolutamente, não quero entrar no mérito da questão. Não discuto o mérito. Não estou discutindo nesse momento o Banespa, nem a dívida, como vai ser, como não vai ser. Não tenho uma bola de cristal como o Presidente da Comissão, Senador Gilberto Miranda, que diz que diversos Senadores vão pedir vista, diversos Senadores são contra. Deixo isso para o momento aprazado, quando for discutido o assunto Banespa. Tenho que me ater aos fatos.

Não sou contra, absolutamente, a qualquer investigação sobre o Banespa. Mesmo porque é uma dívida que vem de longe, não sei nem se veio do Governador Fleury. Ele vai explicar isso hoje. Não estou discutindo a dívida como vai ser paga, como não vai. Discuto a maneira com que foi feito o requerimento ontem. A questão substantiva, a questão da dívida do Banespa, veremos depois.

Não posso concordar, e temos precedentes na Casa, com a maneira como foi votado esse requerimento. Em nenhum momento o Governador Mário Covas se furtou a vir a esta Comissão e prestar esclarecimentos. Portanto, os esclarecimentos serão prestados aqui, no Banco do Estado, em São Paulo, no Palácio do Governo. O Governador Mário Covas atendeu ao pedido do Senador Gilberto Miranda no mesmo dia em que ele pediu uma reunião, foi ao palácio, recebeu - no dizer do próprio Senador Gilberto Miranda - cinco quilos de material, está nos jornais, trouxe a esta Comissão e passou a todos os Senadores. Não importa, poderia até, se tivesse aqui no momento, ter votado, o compromisso do Presidente e do Senador Osmar Dias - a quem agradeço as referências e retribuo porque é recíproco, Senador Osmar Dias, o respeito, a admiração e a amizade que tenho por V. Ex^a, e V. Ex^a sabe disso. Agora, a maneira como foi feita, eu não posso concordar. Posso até votar hoje aqui, podemos colocar em votação, com a promessa que o Senador Gilberto Miranda fez ao Governador, que em quinze dias estaríamos pelo menos com o processo na mão, para estudar o tempo que fosse.

Realmente temos que estudar esse assunto com profundidade, não é brincadeira, são US\$7,5 bilhões e todos temos interesse de que seja votado da

maneira mais clara e límpida possível. Não posso concordar com a maneira que foi votado esse requerimento ontem. E vou aos fatos:

Sr. Presidente, com fundamento no art. 413 do Regimento Interno, volto a dizer: depois de votarmos a anulação do requerimento de ontem, temos que votar um outro hoje, com a promessa do Presidente de votar nesta Casa em quinze dias.

V. Ex^a está achando graça, Sr. Presidente? Eu não acho graça.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não estou achando graça. Promessa só faço a Deus.

O SR. PEDRO PIVA - Eu não faço promessa nem a Deus; eu rezo a Deus.

Sr. Presidente, com fundamento no art. 413 do Regimento Interno, que estabelece que a transgressão a qualquer princípio do processo legislativo poderá ser denunciado mediante questão de ordem, nos termos do disposto no art. 404, passo a expor os fundamentos de fato e de direito para, afinal, formular a seguinte questão de ordem: "A Comissão de Assuntos Econômicos reuniu-se dia no 26 do corrente, às 10h30min, especificamente para audiência pública com exposição do Dr. Cláudio Mauch, Diretor de Normas do Bacen, e outros servidores daquela autarquia; no dia 27, 9h30min, a Comissão deu seguimento à reunião, extraordinariamente, com previsão ainda de exposição do Sr. Clarimundo Santanna acerca dos procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional, tudo conforme pauta antecipadamente distribuída aos membros da Comissão; ao encerrar-se a exposição do Sr. Cláudio Mauch, fui designado pelo Sr. Presidente Gilberto Miranda para acompanhar os expositores até a Sala de Imprensa do Senado. Sendo notório o não comparecimento do Sr. Clarimundo para sua exposição, e conseqüentemente esgotada a finalidade precípua da reunião cumpro a designação do Sr. Presidente acompanhando aquela comitiva; nesse ínterim, a Comissão deliberou sobre dois requerimentos apresentados pelo Senador Osmar Dias solicitando diligência sobre o Ofício S-14/96, sendo ambos aprovados em momento em que sequer havia **quorum** na sala da Comissão; ao retornar dessa missão, aproximadamente 5 minutos depois de ausentar-me do plenário, fui surpreendido com a notícia de que a reunião havia sido encerrada e que os dois requerimentos que dizem respeito à negociação da dívida haviam sido apresentados e votados com a presença de apenas quatro membros da Comissão em plenário além do Presidente.

Como é do conhecimento dos membros desta Casa, acompanhei com o maior interesse a renego-

ciação da dívida do Banespa, natural por ser eu do Estado de São Paulo, sendo que jamais me ausentaria do plenário caso tivesse conhecimento de que esses requerimentos que diziam respeito a tal matéria seriam votados extrapauta.

Ressalte-se que aquelas decisões foram adotadas ao arrepio dos seguintes dispositivos regimentais: art. 107, alínea "b", que determina que as reuniões extraordinárias das comissões devem ser realizadas mediante convocação especial para dia, horário e fins indicados, repito, Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, que a reunião extraordinária devia restringir-se à finalidade específica, não admitindo, portanto, a inclusão de matéria estranha à convocação.

O parágrafo único do art. 108 impõe seja a pauta dos trabalhos seja distribuída com antecedência mínima de dois dias da reunião de comissão, ressalvada a hipótese de urgência, o que não se observa, já que a matéria encontra-se dentro dos prazos regimentais de tramitação normal.

O art. 108 determina que as comissões só podem reunir-se com a presença absoluta de seus membros. Também foi violado o art. 47 da Constituição Federal, que determina que as deliberações da Casa serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria dos seus membros.

A atitude do Sr. Presidente violou princípios gerais do Processo Legislativo insculpidos no art. 412 do Regimento Interno que reza:

Art. 412. A legitimidade na elaboração da norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

I - a participação plena e igualitária dos Senadores em todas as atividades legislativas, respeitados os limites regimentais,

II -

III -

IV - nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental;

V -

X - impossibilidade de tomada de decisões sem a observância do **quorum** regimental estabelecido;

XI - pauta de decisões feita com antecedência tal que possibilite a todos os Senadores seu devido conhecimento;

Dessa forma, considero inquestionável que o art. 412 do Regimento desta Casa não foi obedecido e que os princípios básicos da legitimidade da norma legal não foram observados. Com base no dis-

posto no art. 412 do Regimento Interno, venho requerer a anulação da deliberação adotada na parte final da reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada no dia 27, às 9h30min, quando foram apresentados e votados requerimentos de 8 e 9, de autoria do Senador Osmar Dias.

Informo ainda, Sr. Presidente, que já existe um precedente de deferimento a requerimento semelhante ao ora apresentado nesta mesma Comissão, no dia 11.03.95, V. Ex^a, acolhendo a sugestão da maioria de membros da Comissão, reviu a tramitação 51/1955 por haver ocorrido situação semelhante à ora relatada."

Srs. Senadores, não há problema nenhum em votar de novo esse requerimento. Diante do compromisso do Senador Osmar Dias e do Senador Gilberto Miranda, dei a velocidade necessária ao cumprimento do acordo celebrado entre o Governo e o Banespa. Não há problema algum. Poderíamos votar depois. Não aceito a votação de ontem; quero que seja anulada e que o requerimento seja votado novamente aqui. Estou inteiramente de acordo que se vote. O Banco do Estado, o Governo do Estado e eu estamos dispostos a dar qualquer esclarecimento, desde que eu esteja presente para defender meu Estado numa situação de todos conhecida. Não admito o que ocorreu. Quero que se revogue o ato de ontem e votemos de novo o requerimento hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Vou dar um esclarecimento com relação às duas ponderações do Senador Pedro Piva. Lamento muito que o Senador Pedro Piva faça a afirmação - não vou polemizar, é para encerrar - de que não havia **quorum**.

Primeiro, qualquer membro poderia ter pedido verificação de **quorum**, o que não ocorreu. Segundo, todos os requerimentos votados aqui na Comissão não entram em pauta. Requerimento pode ser feito na hora e colocado em votação em seguida. Requerimento nunca entrou em pauta. Essa é a prática da Comissão.

Queria esclarecer esses dois pontos. Não vou colocar em votação agora, mas o farei tão logo haja **quorum**, o requerimento feito pelo Senador Pedro Piva. No momento não há **quorum** na Comissão.

Pela ordem, passo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. PEDRO PIVA Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

Existe uma determinação de V. Ex^a em caso idêntico.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a não entendeu, Senador Pedro Piva. Não vou submeter à votação agora o requerimento de V. Ex^a porque não há **quorum** para deliberar. Já contei, Senador. (Pausa.)

Como V. Ex^a está insistindo, se V. Ex^a quiser, eu o colocarei em votação sem **quorum**, e ele cairá.

O SR. CARLOS BEZERRA - Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA - Sr. Presidente, entendo que o problema de São Paulo tem de ser resolvido como o de outros Estados brasileiros também. Porém, os Estados pobres estão, desde o ano passado, procurando uma solução para a sua ingovernabilidade. No ano passado, esta Comissão me designou relator dessa matéria. No final do ano, chegamos a uma solução pífia, solução que não resolveu o problema dos Estados; muito pelo contrário, piorou a situação deles.

Não é justo, Sr. Presidente, que esta Comissão dê um tratamento **vip** a São Paulo, quando os problemas dos outros Estados estão aí estacionados. Entendo que essa questão de São Paulo tem de entrar em quarentena nesta Comissão, até que o Governo encontre uma solução não apenas para São Paulo, mas para todos os Estados brasileiros, para Alagoas, para Rondônia, para Mato Grosso, para o Espírito Santo, para todos os Estados que estão em situação de total intolerabilidade.

Então, Sr. Presidente, vou requerer isso. Vou aprofundar-me nessa matéria. Não concordo que esta Comissão aprecie esta matéria sem uma resolução final para todos os Estados brasileiros. Vou requerer, Sr. Presidente, que a Comissão aprecie essa matéria.

Tenho conversado diariamente com os Senadores, que estão desesperados porque não se resolve a situação dos seus Estados. A quantia necessária para esses Estados dá menos da metade do **quantum** que se está negociando para o Banespa, muito menos da metade. É uma quantia ínfima. Essa questão já poderia ter sido resolvida, mas não o foi, apesar de percebermos que o Presidente da República deseja resolvê-la. Nas conversas que tivemos, Sua Excelência foi bem claro, ao dizer que quer resolver isso. Porém, a equipe econômica que ele designou para encaminhar a matéria, quando veio com a solução, esta não era satisfatória, e o problema continua pendente: contas trancadas, estados inviabilizados, calamidade pública. E nós vamos aqui, a

toque de caixa, apreciar uma autorização de R\$ 7,5 bilhões.

O SR. BELLO PARGA - E nós votamos a Resolução do Senado para aliviar a situação dos Estados.

O SR. CARLOS BEZERRA - Exatamente. Mas não resolveu.

O SR. BELLO PARGA - Não resolveu.

O SR. CARLOS BEZERRA - Mas foi uma imposição do setor econômico do Governo.

O SR. BELLO PARGA - Nos termos ditado pela equipe econômica.

O SR. CARLOS BEZERRA - Exatamente. Então, não é justo, Sr. Presidente. E vou requerer nesse sentido. Enquanto não se resolver a situação dos Estados mais pobres, vou lutar como um leão, com o que eu puder, contra essa matéria. Já disse isso ao Senador Elcio Alvares, Líder do Governo. Não é mais possível. Vamos usar todos os recursos regimentais aqui, lá no plenário, porque não é possível que se aprove a toque de caixa.. se aprovar o do Banespa aí é que os Estados pobres não vão resolver definitivamente as suas questões. Se passar isto aqui, e a questão dos Estados mais pobres ficar para trás, aí acabou, nunca mais.

Então, era essa colocação, Sr. Presidente, que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu queria convidar o ex-Senador, hoje Governador, Divaldo Suruagy, para sentar à mesa, que também tem nos procurado a respeito do assunto.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes colegas, na qualidade de Líder do Governo, quero fazer alguns esclarecimentos e convocar todos a uma reflexão. Tenho insistido, em vários momentos, na defesa do Governo de que estamos vivendo um momento profundamente importante da vida brasileira. Os Senadores da República, principalmente da Comissão de Assuntos Econômicos, conhecem muito bem o que aconteceu o que está acontecendo no País.

O condicionamento não é adequado no caso. Temos em espécie um assunto que é da mais palpitante oportunidade, que é o caso do Banespa. Evidentemente que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso está acompanhando **pari passu** a situação dos Estados. E até, neste momento, dirijo-me ao Governador Divaldo Suruagy, a quem tenho estima fraterna e que participou conosco não só de lances aqui no Senado, mas de toda uma vida pública - coincidentemente, pela primeira vez, fomos

governadores juntos - para exatamente afirmar isto: o Presidente Fernando Henrique, no caso específico de Alagoas - quero prestar esse depoimento e acredito que o ex-Senador Divaldo Suruagy, com seus nobres Senadores que aqui estão presentes também, tem um empenho total. Evidentemente que a solução econômica em determinados momentos - coloco isso com muita realidade - não vem com a velocidade necessária, mas não falta de parte do Governo. E a equipe econômica está realizando um trabalho que, às vezes, por falta de recurso, não pode dar resposta imediata.

Mas se imputar à equipe econômica o gesto deliberado de prejudicar os Estados seria absurdo. Vamos tentar resolver. O Presidente Fernando Henrique está permanentemente aberto ao diálogo. E nesse ponto eu faço um registro, para dizer, com a máxima vênia, ao Senador Carlos Bezerra que o caso do Banespa é um caso, o caso dos Estados é muito importante, estou empenhado nele, inclusive hoje irei com os Senadores Carlos Bezerra e Renan Calheiros ao Ministro Pedro Malan, porque entendo que esse problema transcende o âmbito estadual e alcança realmente a nossa responsabilidade.

Agora, Sr. Presidente, independentemente desse comentário, que quero deixar claro, o Governo, em nenhum momento, está obscurecendo o seu empenho em resolver uma situação econômica, que é global. Ela não pertence somente ao Município e ao Estado, pertence ao próprio País. E está sendo feito um esforço sério, correto, honesto e honrado. O caso do Banespa é um caso que tem que ser discutido. E em nenhum momento o Governo vai se furtar à discussão, porque tem sido norma de comportamento do Presidente Fernando Henrique discutir as coisas à exaustão, com inteira transparência, para que não perdue dúvida a respeito do propósito do Governo.

Quero apenas pedir, Sr. Presidente, com muita vênia a V. Ex^a também, uma retificação: quando V. Ex^a falou a respeito da mensagem que veio para esta Comissão - e aí também sou solidário dentro dessa mensagem, porque sou Líder do Governo - V. Ex^a falou que era uma brincadeira do Governo. Quero dizer a V. Ex^a, com o maior carinho e com o maior apreço, que essa expressão não fica bem num caso como o do Banespa. Se o governo brincasse com um assunto de R\$7bilhões, se o governo não desse, de maneira alguma, a esta Comissão a consideração necessária, o Governo estaria desmerecendo, inclusive, o comportamento de seu próprio Líder.

V. Ex^a sabe melhor do que ninguém que o Relator da matéria tem um leque muito amplo, tem um universo infinito de questões a examinar. O Relator pode requerer tudo. E seria um absurdo se o governo mandasse todos os papéis referentes ao Banespa. Acredito, pelo volume da crise, que encheríamos esta sala e não estaríamos atendendo a todas essas convocações, nem estudando todos os documentos.

O governo fez uma súmula, evidentemente. Fez com a maior honestidade e está inteiramente aberto ao assunto. Quero fazer este registro: o governador Mário Covas, em uma reunião preliminar que teve conosco e com vários Senadores, e em uma reunião nesta Comissão foi de uma sinceridade absoluta, falou inclusive sobre seus propósitos. Quem o conhece, como nós o conhecemos, bem como vários colegas que com ele tiveram a oportunidade de exercitar em conjunto o mandato, sabem muito bem que S. Ex^a não iria patrocinar, de maneira alguma, uma solução que não fosse pautada no rigor ético necessário ao exercício da própria governadoria.

Senador Gilberto Miranda, o governo não quer brincar. O governo está tratando de um assunto que envolve o interesse nacional de um Estado importante como São Paulo. O governo tem o maior apreço pelos Estados e estima sinceramente que possamos, na solidariedade dos gestos, oferecer a governadores do porte de Divaldo Suruagy a solução que lhes dê a tranqüilidade necessária para corresponder à confiança que lhe depositou o povo.

Senador Gilberto Miranda, às vezes, pode haver críticas. Se V. Ex^a realmente for o Relator, melhor do que ninguém vai diligenciar para que sejam supridas algumas omissões; mas V. Ex^a não vai deixar, de maneira alguma, de fazer uma investigação e análise profundas para trazer a esta Comissão, num debate muito amplo, um estuário imenso dos pontos positivos e negativos com uma solução que seja a que desejamos.

Faço esse registro em defesa do comportamento do governo, não-só em relação à política dos Estados, mas, principalmente, com a seriedade que a equipe econômica tem dado a uma mensagem como essa que diz respeito a um dos assuntos mais palpitantes da sociedade brasileira.

Peço toda a consideração de V. Ex^a pelo mesmo apreço que lhe dedico. Sei que V. Ex^a tem sido, no exercício dessa Presidência, um elemento inteiramente identificado com o comportamento ético irrepreensível.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Peço à Taguigrafia, atendendo à solicitação de V. Ex^a, que retire a palavra "brincadeira" e que coloque a expressão "documentação relativamente frágil para análise".

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, gostaria de, antes de mais nada, fazer algumas colocações.

Esse é um assunto que, pelas colocações, há dúvidas sobre quem será o Relator, chegando mesmo o nobre Senador Elcio Alvares a aventar a hipótese de V. Ex^a o ser.

Diria que o precedente não é, na realidade, de deixar a Comissão tranqüila porque V. Ex^a foi Presidente no caso do Sivam.

Entendo que o normal seria que um Senador de São Paulo relatasse a matéria. Seja ele de oposição ao governador ou de apoio ao governador, mas para trazer - se for de apoio ao governador - dados ainda mais substanciais. O Vice-Presidente desta Comissão é de São Paulo, Senador Pedro Piva. Nada mais normal do que S. Ex^a, pelo trato que tem com o governador do Estado, relatar a matéria e nos trazer tudo o que se solicita. A demora em se escolher o relator permitiu que o Senador Osmar Dias entrasse com dois requerimentos na hora em que a Comissão pediu ao Senador Pedro Piva que se ausentasse. Esse requerimento seria normal se feito pelo relator, mas não há relator.

Este é o primeiro problema, que considero sério, e eu gostaria que V. Ex^a examinasse, com a rapidez que o caso requer, a designação do relator.

Em segundo lugar, a Ata da reunião ainda não foi aprovada, de forma que o requerimento do Senador Pedro Piva, além de procedente, tem amparo no fato de não estar encerrado o assunto - porque a Ata não foi aprovada.

V. Ex^a diz que ninguém pediu verificação de votação. Mas, veja V. Ex^a, eu já vi matéria passar, no Senado, em situação na qual, com a presença de 4 Srs. Senadores, um não pôde pedir verificação, porque seria necessário os outros 3 apoiarem o pedido de verificação de votação. Antigamente, o Líder de um partido podia pedir verificação de votação, e o assunto estava encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Agora mudou.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Mudou para pior. Lembro-me do Senador Dirceu Cardoso, que, sozinho, criou, no Plenário do Senado, uma situação de defesa deste País na questão do endividamento. E ele, sozinho, pediu verificação. E valeu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Naquele tempo não tinha quorum.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Não era exigido o quorum. Agora, exige-se quorum, e há ocasiões em que só é aceito o pedido de verificação de votação se todos os presentes o apoiarem.

Por último, quero dizer que vi o Senador Carlos Bezerra tratar o assunto dos Estados endividados, e que há necessidade de o Governo também fazê-lo. Mas eu queria, como bancário, dizer uma coisa: a situação do banco do Estado, hoje, precisa ser olhada de outra maneira. Primeiro, se o Banco Central quiser privatizá-lo, não haverá quem o compre, pelo débito que há do Estado e das estatais com ele, com o Banespa. Então, ele é um banco inegociável pela própria natureza.

O que está pretendendo o Governador de São Paulo, na minha maneira de ver, é entregar pelo menos metade da dívida em patrimônio do Estado. Ele está querendo ser um bom pagador. Ele está querendo honrar dívidas que não são do seu Governo, que vieram de outros governos. Pela transparência do Senador Mário Covas, que conheci antes ainda da Revolução, companheiro de partido que fui de S. Ex^a, estou vendo nele uma atitude digna, correta, que não pode ser encarada como a busca de dinheiro para o Estado de São Paulo. Pelo contrário, trata-se da entrega de patrimônio do Estado de São Paulo para solucionar dívidas de governos anteriores.

Sr. Presidente, feitas estas colocações, eu pediria a V. Ex^a que desse uma solução ao requerimento do Senador Pedro Piva, reconhecendo que a própria direção dos trabalhos, ao indicá-lo para ir tratar de um assunto e levar pessoas, possibilitou que se aprovasse um requerimento sem que ele pudesse estar aqui para reclamar. Não se trataria de votação na Comissão, porque, pelo que estou notando, os ânimos estão voltados até com uma certa animosidade contra São Paulo, como se São Paulo fosse botar a mão nesse dinheiro. Na realidade, é o Governo que vai botar a mão no patrimônio de São Paulo.

Assim, Sr. Presidente, eu só pediria a V. Ex^a, com a maneira correta como sempre se houve, que, sem precisar ouvir o Plenário, desse provimento ao recurso do Senador Pedro Piva, até porque, se a vontade desta Comissão é realmente aprovar requere-

mentos da espécie, não há a menor dúvida de que, após apresentados, eles serão aprovados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, gostaria de formular uma questão a V. Ex^a, porque me parece que essa matéria ainda não foi colocada formalmente para discussão nesta Comissão. Ela não constou da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, porque também tenho requerimento para encaminhar a essa Mesa. Penso que o Exm^o Sr. Governador Mário Covas e o Ex-Governador Luiz Antônio Fleury Filho, que esteve aqui e está aqui hoje espontaneamente, não foram convidados nem convocados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Foram convidados.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Eu tinha conhecimento de que eles tinham se apresentado espontaneamente. Então, gostaria de ter esta questão dirimida por V. Ex^a: esse assunto já foi colocado em pauta? Ou estamos apenas, previamente, discutindo essa matéria - Banespa, Estado de São Paulo e União? Parece-me que não há nem relator ainda.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Carlos Patrocínio, por enquanto têm sido levantadas questões. Há vários inscritos, e peço que sejam todos o mais breves possível, para que possamos ouvir o Ex-Governador Luiz Antônio Fleury Filho. Colocarei em votação o requerimento do Senador Pedro Piva no final da reunião.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Mas eu gostaria de saber de V. Ex^a se essa matéria já está colocada na pauta dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não, Senador, não se coloca requerimento em pauta. Requerimento vem à discussão quando submetido.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Estou falando da matéria concernente à negociação da dívida do Estado de São Paulo com o Banespa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não, isso está em discussão na Comissão.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Então, oficialmente, já está em pauta?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Está.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Não constou de pauta alguma dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não, já está em pauta. Faz tempo que está na Comissão, e estamos colhendo documentação para enviar a V.

Ex^{as}, e temos enviado. Enviamos à assessoria de V. Ex^a um calhamaço...

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sim, isso eu recebi, mas não participei, então, da reunião que colocou a matéria em discussão oficialmente. E tenho vindo a todas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A matéria ainda não foi relatada. A Comissão simplesmente está ouvindo as pessoas que estão envolvidas e mais nada.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, os Srs. Senadores Sérgio Machado e V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Por favor, Sr. Presidente. Perdoe-me, mas acho que estamos cometendo uma indelicadeza com o Sr. Luiz Antônio Fleury Filho. Vamos discutir depois o que temos para discutir. Mas S. S^a está aqui há uma hora ouvindo questões que são internas. Acho que é um desrespeito.

Faço um apelo aos colegas: vamos ouvir o Ex-Governador para, depois, discutirmos as questões internas. É uma indelicadeza que vai quase à beira da grosseria.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Acho que V. Ex^a tem toda razão e coloco em votação a sugestão do Senador Pedro Simon: que passemos a ouvir primeiro o Sr. Luiz Antônio Fleury Filho para, no final, darmos sequência a esta discussão.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, a respeito da questão levantada pelo Senador Pedro Simon, acho que poderíamos marcar uma reunião, em uma data certa - não hoje -, para discutir especificamente esse assunto. E o Governador Fleury poderia fazer sua palestra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Atendo a sugestão de V. Ex^a. Fica marcada para a próxima terça-feira, no início da reunião, a discussão dessa matéria. E continua mantido o grupo para ir ao Banespa, independente, como convite da Comissão.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Af, não, Sr. Presidente. Não seria adequado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Vou passar a palavra ao Ex-Governador Luiz Antônio Fleury Filho, para que seja ouvido.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Quando o Governador Fleury terminar, poderemos voltar ao assunto. Mas agora vamos ouvir S. S^a. No final voltaremos ao assunto. Com a palavra o Ex-Governador Fleury Filho.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Sr. Senador Gilberto Miranda, Sr. Senador Pedro Piva, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores, eu gostaria inicialmente de dizer que, com muita satisfação, compareço a esta reunião, pela oportunidade que temos, quando se discute a tramitação da autorização do empréstimo a ser contraído pelo Estado de São Paulo para solução do problema do Banespa, de trazer a público, e principalmente para esclarecer os Srs. Senadores, a questão do Banespa, a intervenção que foi feita, algumas consequências dessa intervenção, do que podemos ter acesso relacionado a ela e, principalmente, da extrema necessidade de que a proposta que está em discussão seja apreciada e, se possível - acredito que o será -, aprovada pelos Srs. Senadores, porque é de crucial importância para o Banespa e para o Estado de São Paulo.

Gostaria, Srs. Senadores, até porque o Senado é o órgão constitucionalmente responsável pela questão do controle do endividamento dos Estados, de aproveitar inicialmente a oportunidade e, antes mesmo de entrar no assunto que é a pauta dessa reunião, que é o Banespa, fazer uma pequena exposição a respeito da dívida do Estado de São Paulo, de como foi encontrada por mim quando assumi e como ficou ao final da minha administração.

Se os Srs. verificarem, quando assumimos o Governo do Estado, tomando como base 31 de dezembro de 1990-, tínhamos basicamente estas dívidas contraídas pelo Estado de São Paulo: a dívida externa, as dívidas decorrentes do Aviso MF-030 (Ministério da Fazenda 030), dívidas decorrentes da Resolução nº 63, dívida interna, antecipações de receita e dívida mobiliária.

Aqui temos um gráfico que mostra a evolução de algumas dívidas e a involução de outras. Isso faço questão de deixar claro aos Srs. Senadores, porque se verificarmos, por exemplo, a dívida externa, que era de US\$ 3,847 bilhões, ela foi elevada única e exclusivamente em razão de empréstimos que conseguimos para o Rio Tietê e, junto ao Banco Mundial, para a reestruturação da educação na Grande São Paulo.

Se os Srs. verificarem as dívidas do Aviso MF 030, verificarão que a dívida que era de 4,400 bilhões foi reduzida - e os números finais são de agosto de 94 - para 2,812 bilhões. As dívidas decorrentes da Resolução nº 63, que eram de 723 milhões, foram reduzidas para 142 milhões. A dívida interna - entre as quais se encontram as dívidas contratuais, inclusive a dívida do Estado para com o Banespa -

se elevou de 5 para 16 bilhões. A dívida de antecipação de receitas, que era de 630 milhões, foi reduzida para 12 milhões em agosto. Quero esclarecer que entreguei o Governo sem nenhuma dívida com relação às antecipações de receitas feitas quer com o Banespa, quer com outros bancos.

Gostaria de mostrar aos senhores também que a dívida mobiliária decorrente da emissão de títulos se elevou de 2 bilhões para 9,2 bilhões. E isto eu gostaria de chamar a atenção: de todas as dívidas apresentadas, apenas duas cresceram, que foram a dívida mobiliária e a dívida interna. E por que cresceram essas dívidas? Única e exclusivamente em razão das taxas de juros praticadas.

Fizemos um pequeno exercício, Srs. Senadores, a respeito do estoque da dívida contratual e da dívida mobiliária do Estado de São Paulo. No dia 15 de março de 1991, esse estoque era de US\$ 18,8 bilhões. No final do meu Governo, atingiu o valor de US\$ 34,1 bilhões a dívida contratual e a dívida mobiliária.

Se pegarmos apenas e tão-somente os juros praticados no interbancário, no CDI, que são esses números, em 1991, 92, 93 e 94, essas são as taxas de juros praticadas no período, deflacionadas pelo IGP-DI, teríamos um cálculo que a dívida de US\$ 18,8 bilhões, só com a aplicação dos juros, teria atingido US\$ 42,9 bilhões. E por que não atingiu esse valor? Por uma razão muito simples: porque no meu Governo paguei dívidas, não contrai novas dívidas; a não ser as dívidas referentes aos financiamentos internacionais do Tietê e o financiamento internacional relativo à educação na Grande São Paulo.

E vejam os senhores que tivemos um Governo numa contingência absolutamente desfavorável sob o ponto de vista de arrecadação, em razão - é bom lembrar aos Srs. - de que no nosso Governo tivemos dois Presidentes da República, cinco Presidentes do Banco Central, oito Ministros da Fazenda, duas mudanças de moeda e três planos econômicos, tudo num período de quatro anos.

Vejam os Srs. que a arrecadação de São Paulo, que no ano de 1990 tinha atingido US\$ 1,068 bilhão, cai - essa é a arrecadação mensal - bruscamente em 1991 para US\$ 844 milhões, continua caindo para US\$ 714 milhões, atinge seu número mais baixo em 1993, com US\$ 708 milhões, sendo que, no mês de fevereiro, chegamos a uma arrecadação de US\$ 470 milhões, e somente começa a sua recuperação a partir de 1994, com a entrada em vigor do Plano Real, em que salta, aí sim, e atinge a média de US\$ 971 milhões. E, em 1995, a sua mé-

dia já é de US\$ 1,455 bilhão mensais e, nos dois primeiros meses de 1996, já atinge US\$ 1,4 bilhão como média de arrecadação do Estado.

Apesar dessa queda de arrecadação, de todas essas implicações, conseguimos cumprir os acordos feitos e, como disse, pagar parte da dívida do Estado e não contrair novas dívidas durante o período.

Abro a minha exposição, Srs. Senadores, com esta satisfação que devo, como ex-Governador, a esta Casa, que é responsável exatamente pelo controle do endividamento dos Estados, para mostrar que, na realidade, o que fez com que a dívida contratual e a dívida mobiliária atingissem os valores apontados foi única e exclusivamente o que chamo de "juroduto", a prática de uma política de juros em que estes saem diretamente dos cofres públicos para os bancos privados, com taxas elevadíssimas. Hoje, para comprovar isto que estou dizendo, temos uma situação em que o **Jornal do Brasil** retrata a dívida dos Estados; só para darmos um pequeno exemplo, a dívida de São Paulo que era, em dezembro de 1994, de US\$9 bilhões, cresceu 16,80% em apenas 4 meses no atual Governo.

Então, se V. Ex^{as} verificarem - volto a insistir nesse ponto -, tivemos o aumento dessas dívidas, única e exclusivamente, em razão da taxa de juros praticada.

O endividamento dos Estados - que está sendo objeto inclusive também de apreciação por V. Ex^{as} - sempre foi utilizado como forma de pressão do Governo Federal em relação às unidades federadas. Sempre. Essa é uma realidade, e encontramos uma situação extremamente adversa ao assumirmos o Estado com dívidas que não estavam consolidadas.

Se hoje muita gente aponta o meu Governo, como um Governo que fez dívidas, observo que, na realidade, fizemos foi a consolidação das dívidas que estavam esparsas, como veremos em seguida. Essa consolidação permitiu que, com todas as dificuldades de queda de arrecadação, pagássemos boa parte da dívida em contrato.

É importante salientar que, em 1994, foi feito o acordo da rolagem da dívida dos Estados com o Governo Federal. Esse acordo foi feito, todavia, antes da entrada em vigor do Plano Real, e, portanto, em condições que com certeza hoje não mais subsistem e que talvez exijam uma nova apreciação, porque é importante que tenhamos a estabilidade da moeda, mas é fundamental que possamos assegurar a sobrevivência dos Estados e dos Municípios.

Quanto à questão da dívida do Banespa, ao assumir o Governo de São Paulo, encontramos uma

dívida em torno de US\$4 bilhões do Estado de São Paulo com o Banespa. O problema que se discute a respeito do Banespa não é um problema do banco, o banco é absolutamente saudável. O problema é da dívida do Estado em relação ao banco e da concentração dessa dívida ao longo do tempo. Encontramos uma dívida de US\$ 4 bilhões - para arredondar, como eu disse - que se transformou no final do Governo em US\$9,3 bilhões, embora, no decorrer do meu Governo, de maio de 1992 até dezembro de 1994, tenhamos pago US\$1,3 bilhão em decorrência do acordo feito em 1992.

Acho que o mais importante, neste momento,...

O SR. PEDRO SIMON - O resto é juros?

O SR. ANTÔNIO FLEURY FILHO - Foi só juros...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - O Governo não aumentou a dívida? Era só rolagem.

O SR. ANTÔNIO FLEURY FILHO - Não, não, é só rolagem. Não fizemos nenhuma dívida nova durante o meu Governo, pagamos US\$1,3 bilhão, e, mesmo assim, a dívida foi de US\$4 bilhões para US\$9,3 bilhões. Agora vamos, antes de mais nada...

O SR. PEDRO SIMON - Só para saber: qual a dívida hoje?

O SR. ANTÔNIO FLEURY FILHO - Hoje é em torno de US\$17 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Do Banespa.

O SR. ANTÔNIO FLEURY FILHO - Do Banespa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Do Estado é 50.

O SR. PEDRO SIMON - Você deixou São Paulo com quanto de dívida?

O SR. ANTÔNIO FLEURY FILHO - A dívida total do Estado é de US\$34 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A dívida do Estado com o Banespa?

O SR. ANTÔNIO FLEURY FILHO - A dívida do Estado com o Banespa é de US\$9,3 bilhões, e já está em US\$17 bilhões, cresce US\$20 milhões ao dia.

O SR. PEDRO SIMON - A dívida do Estado como fica?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Em US\$34 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Dá quanto hoje?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Mais de US\$52 bilhões, aproximadamente, única e exclusivamente pela taxa de juros.

Eu gostaria de chamar a atenção para o seguinte: só pela taxa de juros do CDI Mercado Interbancário, a mais baixa praticada, a dívida que en-

contrei de US\$18,8 bilhões teria ido a US\$42,9 bilhões se não fossem os pagamentos efetuados. A dívida total que deixei foi de US\$34 bilhões. Só para reforçar.

Agora muito se fala sobre a origem da dívida do Banespa. Lerei para V. Ex^{as} um trecho que se encontra no livro "Banespa, 60 anos", editado pelo Governo Montoro. Esse livro trata de fatos relacionados ao banco, mas acho que é importante mostrar que o endividamento do Estado com o Banespa começou em 1974. E em determinado trecho, o livro diz o seguinte:

"A crise do petróleo começou um ano antes, em 1973, organização do cartel petrolífero formado pelos países árabes. Houve um pesado impacto sobre os países importadores de petróleo, até então habituados a pagar preços baixos pelo produto. Para o Brasil, a elevação dos preços do petróleo teve extrema influência nas relações de troca.

Outro fator que trouxe dificuldade à economia brasileira foi a inflação importada - trazida pela crise. Os preços de importação se elevaram bruscamente de 25%, em 1973, para 54%, em 1974, trazendo problemas ao setor industrial. Além disso, a diminuição das exportações levou o País a aumentar o endividamento externo, facilitado pela liquidez internacional, criada pela reciclagem dos petrodólares."

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para esse trecho:

"Nessa conjuntura, uma das tarefas fundamentais do Banespa foi facilitar o acesso da economia paulista e do Poder Público estadual e suas empresas estatais ao mercado financeiro internacional. Por seu intermédio, foram realizados empréstimos de vulto às estatais paulistas de grande porte, como Cesp, Fepasa, Dersa, Vasp e Metrô."

Então, nesta conjuntura, em que havia um grande acesso e uma grande facilidade da obtenção de empréstimos internacionais, o Banespa, a partir de 1974, começou a avaliar os empréstimos feitos pelo Governo do Estado e pelas suas estatais.

Continuando no mesmo livro "Banespa, 60 anos", exatamente editado no Governo Franco Montoro:

"Em setembro de 1982, a crise financeira internacional gerada pela moratória do México faz com que os bancos internacionais cortem as linhas de crédito, fundamentalmente de curto prazo, aos bancos brasi-

leiros no exterior. Esgota-se aí, abruptamente, o esquema de rolagem da dívida externa brasileira, via mecanismo de créditos no mercado financeiro internacional.

Entre setembro e dezembro, o Brasil paga a sua dívida unicamente se valendo de suas reservas, que diminuem rapidamente. O Governo brasileiro vai ao FMI e, sob o seu monitoramento, traça um programa de ajuste baseado no estímulo às exportações, na redução das importações e na forte contração do consumo interno.

O ano de 1983 se inicia com uma máxidesvalorização cambial que visa o ajustamento do cruzeiro em relação ao dólar."

Chamo atenção a V. Ex^{as} para o seguinte trecho:

"O Banespa, inserido nesse quadro conjuntural, modifica a sua postura, visando auxiliar o programa de ajustamento da economia."

Chamo a atenção para essa frase:

"Assim vai em socorro às grandes estatais. Assim, vai em socorro às grandes estatais. Tais empresas, na década de 70, foram obrigadas a contrair empréstimos em dólares para auxiliar o Governo Federal na gestão da balança comercial. Porém, com a mudança dos rumos econômicos, viram-se totalmente impossibilitadas de rolar os empréstimos que começaram a vencer.

Cabe ao Banespa, a partir de 1983, bancar junto ao Banco Central o pagamento da contrapartida, em cruzeiros, dos débitos vencidos, promovendo o próprio Banespa a rolagem interna da dívida originalmente contraída no exterior. Com isso, o banco colaborou decisivamente para a viabilidade do sistema econômico estatal.

Agora, vamos apresentar um gráfico que demonstra a origem dos débitos do Estado com o Banespa.

Esses dados são relativos à renegociação de 1992. Os senhores podem verificar que 0,7% da dívida foi contraída no governo Paulo Egydio; 15,3%, no governo Paulo Maluf - em obras de infra-estrutura tanto em um governo quanto no outro -; 46,5% no governo Montoro, explicável porque, em 1983, com a moratória, com a crise internacional, o governo do Estado e as estatais não honraram os seus empréstimos, e o Banespa, como acionista, passou a honrar essas operações. Isso explica os 46,5% da dívida do Banespa no governo Montoro. Não que tenha

sido feita dívida nova, mas foram assumidas as dívidas feitas pelas estatais.

No governo Quérucia, 37,5%, em razão das antecipações de receitas orçamentárias que foram feitas em 1990, num total de US\$660 milhões. No meu governo, não fizemos dívida nenhuma. Somente pagamos dívida do Banespa.

O total da dívida, em março de 1991: US\$4 bilhões. A dívida acumulada de 91 a 94, em razão dos juros: US\$9,3 bilhões. Pagamento da dívida entre 91 e 94: US\$1,300 bilhão e, hoje, a dívida acumulada até fevereiro de 1996 já atinge US\$17 bilhões. Acho que essas explicações são importantes, meus senhores, e desmentem toda e qualquer informação de que, no meu governo, tenha sido feita qualquer dívida junto ao Banespa. Quero salientar que essas informações são oriundas da CPI do Banespa e são confirmadas pelo livro *Banespa 60 anos*, como resaltei anteriormente, editado no governo Montoro.

Ao assumir o governo do Estado, no dia 16 de março de 1991, estávamos aqui em Brasília, discutindo com a então Ministra Zélia Cardoso de Melo e com o ex-Presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, exatamente a questão do Banespa, já que as antecipações de receitas feitas haviam causado uma crise de liquidez no banco. Naquele momento, assinamos um memorando de entendimento com o Banco Central. Todavia, esse memorando de entendimento previa uma *side letter*, ou seja, um compromisso à parte do memorando com um aporte de US\$600 milhões, um empréstimo que seria feito ao Governo de São Paulo, que, com esse aporte, pagaria as AROs que estavam pendentes. Isso daria ao Banespa a liquidez necessária.

No dia da assinatura desse documento, infelizmente, o Governo Federal não permitiu que esse empréstimo fosse feito. O resultado é que continuamos discutindo a questão do Banespa. Mas aí temos um dado extremamente importante. Quando assumi o Governo, no dia 15 de março, e até o dia 15 de abril, o Banespa estava no redesconto em razão da sua falta de liquidez. Mas, a partir de 15 de abril de 1991, graças a medidas que adotamos em relação a ele, conseguimos tirar o Banespa do redesconto e ele somente voltou a se utilizar do redesconto no dia 13 de setembro de 1994, já em vigor o Plano Real. Portanto, de 15 de abril de 1991 a 13 de setembro de 1994, o Banespa não foi ao redesconto. Depois de muita discussão, de mais de um ano de discussão, em 1992, assinamos um documento que permitiu a rolagem da dívida do Banespa, o acordo celebrado com o Governo Federal.

Mas, antes, Srs. Senadores, de falar desse acordo, eu gostaria de lembrar um fato da maior importância. Até 1991, a dívida mobiliária do Estado de São Paulo, que é a dívida de títulos, era rodada pela Divesp - Distribuidora de Valores do Estado de São Paulo -, órgão semelhante ao que existia no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Em 1991, por erro de algum gênio da equipe econômica de então, extingui-se a Divesp e a dívida mobiliária passou a ser rodada pelo Banespa, que, portanto, tinha que ir ao mercado duas vezes para captar recursos: uma para a rolagem da dívida mobiliária e outra para a rolagem da própria dívida do Estado.

Em 1992, houve uma consolidação de todas as dívidas do Estado e das suas estatais com o Banespa, com um prazo de pagamento de doze anos. E eu gostaria de dizer a V. Ex^{as} que esse acordo às vezes é criticado, porque apresentaria valores, dispêndios muito altos para o Governo do Estado, a partir de determinada fase. Mas eu lembraria também que esse acordo foi feito em um momento de inflação muito alta, em que os bancos, com a taxa de juros, tinham condição de alavancar os seus recursos.

V. Ex^{as} sabem, alguns que foram governadores na mesma época que eu, que o efeito da inflação nas finanças públicas - e isso aconteceu com São Paulo - às vezes chega a ser benéfico e até chega a haver um ganho de caixa em relação a isso. Não que se pregue a inflação, mas esse efeito, embora falso, criava uma sensação de que era possível levar adiante o acordo feito. E levamos o acordo feito religiosamente até o último dia do meu Governo.

Era um acordo para pagamento em parcelas mensais e pagamos US\$1,3 bilhão. A única parcela que não foi paga foi a de 15 de dezembro de 1994, no valor de US\$32 milhões. Em todas as parcelas anteriores cumprimos rigorosamente o acordo celebrado com o Banco Central e com o Governo Federal.

Surge aí a questão do Plano Real. Com a entrada em vigor do Plano Real, V. Ex^{as} sabem que os depósitos compulsórios dos bancos foram aumentados de forma altamente expressiva. A partir da entrada em vigor daquele Plano, realmente o problema de liquidez do Banespa surge novamente.

Nós poderíamos resumir a V. Ex^{as} as causas dos problemas de liquidez do Banespa da seguinte forma: em primeiro lugar, tivemos a implementação, pela autoridade monetária, de uma política monetária rigorosamente restritiva, para evitar a expansão de demanda na economia, após a mudança da moeda.

Essa política não apenas diminuiu os recursos em poder do banco, tolhendo a possibilidade de captação no mercado interno junto a poupadores e depositantes, mas, acima de tudo, no mercado interbancário. Ela foi criadora de enorme arrocho monetário, que veio a afetar a liquidez do banco. Tanto isso é verdade que, em 1995, houve uma liberação parcial dos compulsórios, para atender à questão da falta de liquidez do sistema bancário em geral.

Em segundo lugar, uma superficialidade na interpretação de informações sobre o Banespa, abalando a sua credibilidade junto ao sistema financeiro e ao público em geral, promovendo evasão de recursos e dificuldade de novas captações. Banco, como V. Ex^{as} sabem, é fidedúcia, é confiança. E o trato inadequado destrói a confiança dos agentes econômicos na instituição. Vejam o que está acontecendo com o Banco do Brasil: pela forma equivocada, na minha opinião, como o assunto está sendo tratado, suas ações despencaram na Bolsa de Valores em 41%, em apenas 2 dias, porque banco é confiança.

Mesmo assim, ficamos com 33% de queda. Por que nós nos referimos a isso? Porque a partir do 2º semestre de 1994 a boataria sobre o Banespa ganhou proporções inimagináveis. Não havia um dia em que não houvesse uma notícia em relação ao banco. Evidentemente, isso trouxe prejuízos para o banco, como vamos verificar pelos valores da perda que teve o Banespa, a partir da entrada do Plano Real, e as causas dessa perda:

- valores adicionais de recolhimentos compulsórios feitos pelo Banespa junto ao Banco Central: tivemos US\$1,4 bilhão, a partir da entrada em vigor do Plano Real;

- perda de recursos aplicados em CDB, RDB e poupança, fruto de quebra de credibilidade, gerada pelo vazamento sistemático de informações nem sempre verdadeiras: tivemos US\$830 milhões de perda nesse item;

- descompasso estrutural acarretado pela rolagem das dívidas do Estado, por valor inferior ao seu custo de carregamento - as prestações eram menores do que o próprio valor dos juros: isso acarretou um desnível de US\$320 milhões;

- amortização do Estado por meio de ações da Cesp e da CPFL: US\$757 milhões;

- dívida mobiliária estadual "cetipada", que era administrada, não foi objeto de troca e não encontrava financiador, como a Divesp havia sido extinta, e a dívida mobiliária era rodada pelo Banespa, isso causou ao banco um prejuízo de 1 bilhão e 34 milhões de dólares;

– dívida mobiliária do município de São Paulo: na mesma situação, causou um prejuízo de US\$445 milhões;

– e o custo do carregamento dos recursos captados em CDI* para sustentar créditos e títulos do Governo que não encontravam financiamento atingiu 266 milhões de dólares.

Total: 5 bilhões e 52 milhões de dólares foi o impacto que nas finanças do banco a partir da entrada do Plano Real até o momento em que o Banespa, como vamos ver, voltou a recorrer ao redesconto e aos empréstimos de liquidez.

Nós não ficamos parados. Quando o problema surgiu, procuramos o Banco Central e, depois de longa discussão, chegamos a um projeto de reestruturação do Banespa, que foi feito a quatro mãos. Como Governador, estive várias vezes com o Presidente da República, com o Ministro da Fazenda e com o Presidente do Banco Central. Também o Presidente do Banespa, Dr. Carlos Augusto Memberg, esteve permanentemente em contato com o Banco Central. O Dr. Memberg, desde já, Sr. Presidente, fica à disposição desta Comissão para qualquer informação e também para, se entender necessário, encaminhar os documentos que V. Ex^a necessitar e os Srs. Senadores quiserem a respeito da intervenção do Banespa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Eu pediria a V. Ex^a que ele fornecesse toda a documentação que tem disponível, para que pudesse ser feita na gráfica e passada aos Srs. Senadores para análise.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Trouxemos cópia dos principais documentos, e os outros estarão à disposição de V. Ex^a

Discutimos longamente com o Banco Central e preparamos um projeto que dava uma solução estrutural ao Banespa, por meio de um Programa Estadual de Privatização – PEP, que foi objeto de um projeto de lei encaminhado por mim à Assembléia Legislativa de São Paulo, em regime de urgência, no dia 13 de outubro de 1994.

Esse projeto, basicamente, previa a criação de um fundo de privatização, utilizando como lastro os ativos do Estado, as ações do Estado junto às suas empresas, as suas propriedades. Esse fundo emitiria títulos que valeriam para o Programa de Privatização do Estado de São Paulo. Além disso, seria feita uma chamada de aumento de capital do Banespa. Com essa chamada de aumento de capital, o Estado reduziria sua participação, então de 66%, e isso alavancaria os recursos necessários à liquidez do próprio banco.

O SR. PEDRO SIMON – Não é mais o mesmo que o Governo quer fazer agora?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – O caminho é diferente. O que o Governo do Estado quer agora é se desfazer de alguns ativos, enquanto que, de acordo com nosso projeto, era um fundo que tinha como garantia esses ativos. O Estado não iria desfazer-se de seus ativos.

Temos e vamos encaminhar aos Srs. Senadores uma comparação entre o projeto que fizemos e o acordo que está em discussão. Aproveito para dizer a V. Ex^{as} o seguinte: hoje o problema agravou-se de tal maneira, que me parece que a solução proposta pelo Governo do Estado, juntamente com o Governo Federal, deva ser implementada o mais rapidamente possível.

Agora, se o Banco Central, se o Governo Federal, naquele momento, tivesse aceito esse projeto – aliás havia aceitado – e desse o devido encaminhamento a ele, nós não teríamos hoje o problema do Banespa.

O SR. PEDRO SIMON – De quanto era a dívida?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – A dívida era de US\$8 bilhões.

O SR. PEDRO SIMON – Em que ano?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – No final de 1994. O Ministro da Fazenda era o Sr. Ciro Gomes e o Presidente do Banco Central era o Dr. Pedro Malam.

Mas, agora, Srs. Senadores, vou fazer uma afirmação, com a responsabilidade que tenho como ex-governador e baseado na documentação que vou encaminhar a V. Ex^{as} em que digo, afirmo e reafirmo que a intervenção no Banespa foi montada, foi planejada para ser executada no último dia útil do meu Governo.

O SR. (Não Identificado) – Com o apoio do atual Governo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Não tenho essa informação, Senador, não posso fazer uma afirmação, mas vou afirmar quem participou dessa montagem e vou dar os nomes de quem participou dessa montagem. Gostaria de chamar a atenção de V. Ex^{as} pois esse é um documento elaborado pela CPI sobre o Banespa na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Vou ler um trecho desse documento:

"O Banespa sofreu vários constrangimentos de liquidez decorrentes de sua concentração de operações com o próprio Estado e suas empresas dependentes, em confronto com a política monetária contracionis-

ta implantada pelo Banco Central por ocasião do Plano Real.

Esses constrangimentos ocorreram no curso do ano de 1994 e, a partir de setembro, verifica-se que se agravou quando – chamo a atenção de V. Ex^{as} para isso – em um único movimento, no dia 13 de setembro, os bancos privados que financiavam o Banespa no mercado interbancário paralisaram o financiamento dos títulos estaduais em poder do Banespa, bem como o fornecimento de recursos para financiar o Banco através do CDI."

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Esses bancos privados sugavam muito o Banco Central e a Nação porque cobravam de ágio... (inaudível).

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Sem dúvida alguma, Senador. Eu disse, pouco antes de V. Ex^a, e concordo plenamente e tenho dito que se estabeleceu neste País um "juroduto".

O SR. PEDRO SIMON – Mas parou de um dia para outro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Exatamente. No dia 13 de setembro, abruptamente, sem qualquer razão aparente, sem aviso prévio, os bancos deixaram de financiar o Banespa. Depois vamos explicar, na nossa opinião, porque isso aconteceu.

"A partir desse momento, o Banco acelerou as trocas com o Banco Central dos títulos estaduais por federais, com maior liquidez, e passou a receber recursos do CDI por intermédio do Gerof do Banco do Brasil. Com o agravamento da crise de liquidez, os recursos doados pelo Gerof deixaram de ser suficientes obrigando o Banespa a pegar empréstimo..."

O SR. PEDRO SIMON – Diariamente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Diariamente, exatamente.

Com o agravamento da crise, portanto, os recursos doados pelo Gerof deixaram de ser suficientes, obrigando o Banespa a pegar empréstimos de liquidez junto ao Banco Central. No dia 29 de dezembro a captação de recursos via CDI caiu para apenas R\$400 milhões, o que obrigou o Banespa a ir ao redesconto, solicitando recursos em valores supe-

riores ao que vinha regularmente fazendo – 29 de dezembro, o dia da intervenção; último dia útil do meu Governo.

O SR. PEDRO SIMON - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Treze de setembro. É importante guardar as datas, Senador, porque logo em seguida vamos à explicação.

O SR. (Não Identificado) – Quando começou ir ao redesconto.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Exato. Voltou ao redesconto depois de três anos.

O SR. PEDRO SIMON - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – O Presidente do Banespa esclarece que de 13 de setembro a 29 de outubro houve um período em que os bancos voltaram a financiar, via Gerof. Em 29 de outubro voltaram a diminuir, e aí o Banco foi ao redesconto até o dia 29 de dezembro. Muito bem. O Banespa ofereceu, no dia 29 de dezembro, garantias extras como títulos públicos de emissão do Estado e Município, que não foram aceitas, como também garantias ofertadas pela Nossa Caixa, Nosso Banco. Por exclusivo critério do Banco Central, as garantias ofertadas não foram aceitas, não houve empréstimo de liquidez levando o Banespa a infringir as normas referentes à conta Reserva Bancária, mantida no Banco Central do Brasil, que veio a justificar a intervenção.

O que se estranha, Srs. Senadores, é que a captação de recursos por meio do CDI era feita pelo Gerof, quando da autoridade monetária e do Ministério da Fazenda. Os recursos captados pelo CDI e os empréstimos de liquidez foram suficientes por muitos dias, menos no dia 29 de dezembro, último dia útil do ano para efeito bancário e penúltimo dia útil do meu Governo, véspera de feriados.

O que se estranha também é que o Presidente do Banco Central, já indicado pelo novo Governo, o Sr. Pêrsio Arida, já vinha se declarando doutrinariamente contrário a bancos estaduais.

Chamo a atenção de V. Ex^{as}, porque é de fundamental importância, para esse dado fornecido pelo Dr. Yoshiaki Nakano, Secretário da Fazenda do atual Governo do Estado, que na sua declaração disse que uma semana antes – isso está na CPI que foi feita em fevereiro e março deste ano na Assembleia Legislativa de São Paulo –, ele admitiu que uma semana antes o Banco Central propôs a formação de uma administração compartilhada ao Banespa e ao Banerj. Chamo a atenção de V. Ex^{as} para o

seguinte: quem era o Sr. Yoshiaki Nakano para negociar em nome do Governo de São Paulo uma semana antes do dia 29 de dezembro? Ninguém do meu Governo, nem eu, nem o meu Secretário da Fazenda, nem o Presidente do Banespa fomos chamados a discutir esse assunto. Agora vejam, uma semana antes da intervenção foi proposta uma administração compartilhada, e, ao propor a formação de uma administração compartilhada, o Banco Central citou o Decreto-Lei 2.321, que diz que, se o empréstimo de liquidez ultrapassou todos os limites de garantia, o Banco Central tem que intervir – e aí vamos fazer isso – foi afirmado pelo Banco Central. Srs. Senadores, como uma semana antes o Banco Central poderia dizer que na noite de 29 para 30 de dezembro o Banespa ficaria descoberto na conta de reserva bancária? Uma semana antes, como poderiam prever? É simples. É que a captação era feita por intermédio do Gerof, e bastou "fechar a torneira" para criar as condições de se fazer, politicamente, a intervenção no último dia do meu Governo. Portanto, a conclusão é de que estava tudo previamente arquitetado.

Há um dado fundamental que eu gostaria de lhes trazer. O primeiro Presidente e interventor do Banespa, Dr. Altino Cunha, no seu depoimento, disse que os bancos privados passaram a fornecer recursos, através do CDI, imediatamente após a decretação do regime de administração especial temporária no Banespa, ao contrário do que ocorria desde o dia 13 de setembro de 1994.

Então, por que houve a intervenção no dia 29 de dezembro, que está custando aos cofres de São Paulo uma importância brutal e está levando esta Comissão a examinar, com muita acuidade, todos os detalhes? A intervenção foi arquitetada, planejada, preparada, induzida e realizada. Essa é a grande verdade que vamos demonstrar a partir de agora.

Em entrevista publicada no **Jornal da Tarde** do dia 17 de maio de 1994, o então Governador do Ceará, Ciro Gomes, afirmou: "O Banespa está quebrado". Em razão dessa entrevista, a Diretoria do Banespa adotou providências judiciais e processou o então Governador, depois Ministro, Ciro Gomes.

Ciro Gomes tomou posse como Ministro no dia 8 de setembro de 1994. No dia 13 de setembro, os bancos deixaram de financiar o Banespa.

Aqui, há um trecho da entrevista dada pelo ex-Ministro Ciro Gomes ao programa Roda Viva, em 25 de setembro de 1995. Perguntado sobre o Banespa, Ciro Gomes disse que, ao assumir o Ministério da Fazenda, determinou que se fizesse a intervenção

naquela banco. Os jornalistas lhe perguntaram: "Por que essa intervenção só foi feita no último dia do ano?" Ele disse: "Apenas foi possível fazer-se a intervenção no último dia do ano, porque o Banco Central desacatou aquilo que eu havia mandado fazer." Disse o jornalista: "Já havia esse quadro". Responde o ex-Ministro: "O Banco Central não o fez quando eu mandei". Perguntou-lhe o jornalista: "Mas quando o senhor mandou fazer?" Ele disse: "Na primeira semana em que entrei."

Vejam a coincidência de datas: no dia 8 de setembro, assumiu o Ministro Ciro Gomes; no dia 13 de setembro, os bancos deixaram de financiar o Banespa. Na entrevista, ele admitiu que, na primeira semana em que assumiu o cargo de Ministro, determinou que se fizesse a intervenção do banco. A entrevista termina da seguinte forma: "Por que a demora?" E respondeu o Ministro: "Disseram para mim que a intervenção só se deu no último dia do ano, porque havia uma crise muito séria no Banespa e porque estavam preparando a intervenção".

Agora, cito uma outra notícia publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, no dia 31 de dezembro de 1994, em que, perguntado sobre a intervenção, logo depois de a mesma ter ocorrido, o Ministro Ciro Gomes disse o seguinte: "Não é uma deliberação do Presidente, nem minha. É uma imposição legal". Quando mentiu o Ministro? No programa Roda Viva ou no jornal **Folha de S.Paulo**? Mentiu ao dizer que não se tratava de uma determinação dele ou ao dizer que mandou preparar a intervenção na primeira semana em que assumiu o Ministério da Fazenda?

Portanto, Srs. Senadores, essa intervenção era absolutamente desnecessária, mas foi preparada. Gostaria de lhes dizer que, na noite da intervenção, o Presidente do Banespa me avisou que a mesma iria ocorrer. Liguei para o então Presidente do Banco Central, Ministro Pedro Malan, que me disse que a Diretoria estava reunida para decidir se iria ou não fazer a intervenção e que faltavam recursos adicionais. Oferecemos esses recursos do nosso caixa, que cobriam as necessidades do Banespa. Esses recursos não foram aceitos, e, mesmo assim, deu-se a intervenção no Banespa. Então, essa intervenção foi política, está custando muito caro a São Paulo e vai custar o empréstimo a ser feito para viabilizar o próprio banco.

Mas eu gostaria de conversar um pouco com V. Ex^{as} sobre o que aconteceu com a intervenção. Agora, mais de um ano depois de feita a intervenção no Banespa, o que aconteceu com esse banco? Nenhum de seus problemas estruturais foi resolvido. O

pouco que foi feito seguiu estritamente as recomendações contidas na reforma estrutural do Banespa, que apresentamos em setembro ao Banco Central.

Iremos encaminhar a V. Ex^{as} esse volume, que contém todas as providências necessárias à reestruturação do Banespa. As poucas medidas que foram adotadas pelo Banco Central estão consubstanciadas nessa documentação. Não foi adotada nenhuma novidade por parte do Banco Central.

Mas eu gostaria de me referir a um dos fatos que considero dos mais graves ocorridos durante a intervenção junto ao Banespa. Como é do conhecimento de V. Ex^{as}, feita a intervenção, há um prazo de 120 dias, prorrogável por mais 120 dias, para que seja feito o inquérito a respeito do banco que sofreu a intervenção.

Há uma questão que precisa ser encarada, que é a questão do balanço do Banespa de 1994, que até hoje ainda não foi publicado em razão de ação judicial.

O que aconteceu com a intervenção? Como V. Ex^{as} se recordam, a mesma foi feita no dia 29 de dezembro de 1994. Como eu disse, do acordo celebrado em 1992, havia apenas e tão-somente uma parcela em atraso, vencida no dia 15 de dezembro de 1994. V. Ex^{as} sabem também que, de acordo com as normas bancárias, só se pode considerar inadimplente um cliente transcorridos 60 dias da data do vencimento da obrigação.

Muito bem. O Presidente da Comissão de Inquérito do Banespa, no dia 29 de maio de 1995, envia um documento ao Subprocurador-Geral do Banco Central do Brasil. Nesse documento, que se encontra às fls. 165 do inquérito, ele diz, textualmente, o seguinte:

"Em 30 de dezembro de 1994, o cliente Estado de São Paulo não tinha parcela da dívida renegociada em atraso, objetivamente possível de inscrição em créditos e liquidação."

Naquela data, o último vencimento situava-se em 15 de dezembro de 1994.

"Esta parcela veio a ser liquidada nas rolagens da dívida mobiliária realizadas em 2 de março, 15 de março e 30 de março de 1995, já no Governo Mário Covas.

A parcela vencida em 15 de janeiro de 1995 foi saldada nas rolagens de 3 de abril, 17 de abril, 2 de maio e 17 de maio, esta última cobrindo também uma parte da prestação vencível em 15 de fevereiro de 1995."

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para esta parte:

"Permanecem em atraso parte das parcelas vencidas em 15 de janeiro, 15 de fevereiro e a totalidade das vencidas em 15 de março, 15 de abril e 15 de maio de 1995.

Objetivamente, tal inadimplimento tornaria factível a inscrição das parcelas em crédito em liquidação, desde que considerados como créditos de difícil liquidação, que possam ser efetivamente comprovados pela instituição financeira perante o Banco Central."

E indaga o Presidente da Comissão como deve proceder a respeito disso.

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para o seguinte:

"De acordo com a legislação bancária, em 29 de dezembro, o Estado de São Paulo não era inadimplente tecnicamente, porque haviam passado apenas 14 dias da data do vencimento. O Estado de São Paulo se torna inadimplente no primeiro semestre de 1995, com o não-pagamento das parcelas."

Ressalta o próprio oficiante:

"Todavia, o Sr. Secretário da Fazenda pede a renegociação dos débitos baseado exatamente numa resolução do Conselho Monetário Nacional, do final de 1994, que autorizou a renegociação pelo prazo de 20 anos."

Essa consulta foi feita em maio, por quê? Um outro dado importante...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Governador, essa consulta foi feita por quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Pelo Presidente da Comissão de Inquérito ao Subprocurador-Geral do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Quem é o Presidente? Qual o seu nome?

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO – O seu nome é Antônio Carlos Verzola.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – É o atual interventor do banco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Não. É o Feitosa.

O Carlos Augusto é o último Presidente civil do Banespa, antes da intervenção.

O SR. (Não Identificado) – Civil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Sim, porque a violência que foi praticada em relação ao banco só encontra similar no regime autoritário.

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para o seguinte: o Banespa foi obrigado pelo Banco Central a lançar,

no seu balanço de 1994, US\$200 milhões para provimento para pagamento do complemento de pensões e aposentadorias do fundo existente no banco. US\$200 milhões!

A Caixa Econômica Federal, hoje apontada com modelo, foi dispensada de fazer essa provisão, de acordo com o voto do Bacen Difis 275/95. Além disso, o Banespa foi obrigado a lançar os títulos da dívida externa que possui, no valor de US\$1,1 bilhão aproximadamente, com um deságio de 40%, sem que tivesse negociado no mercado. E o Banco do Brasil foi autorizado, na mesma ocasião, a lançar os seus títulos da dívida externa pelo valor de face, sem deságio, quando a situação era absolutamente idêntica.

Essas duas providências fizeram com que, no balanço de 1994, US\$500 milhões fossem lançados a título de débito junto ao Banespa. Mas até o dia 4 de agosto de 1995, uma sexta-feira, o relatório da Comissão de Inquérito do Banco Central apresentava um estudo do balanço de 1994, que mostrava a existência de um patrimônio líquido positivo no banco, da ordem de US\$1,7 bilhão, o que levava a Comissão de Inquérito às seguintes conclusões: primeiro, inexistência de passivo a descoberto, porque o grande cliente do banco estava em dia, não era inadimplente tecnicamente; segundo, havendo patrimônio líquido positivo, o processo deveria ser arquivado pela inexistência de passivo a descoberto, conforme determina a Lei nº 6.024.

Houve uma reunião, realizada no dia 7 de agosto de 1995, em que os membros da Comissão de Inquérito expuseram essas conclusões a dois Diretores do Banco Central, os Drs. Cláudio Mauch* e Alkimar Moura*. Esses senhores enviaram o seguinte ofício, que vou fazer chegar às mãos de V. Exs:

Referimo-nos à sua correspondência, na qual V. S^a noticia o provisionamento do passivo atuarial e o provisionamento total do deságio dos títulos da dívida externa e solicita orientação sobre quais os procedimentos contábeis que devem ser adotados relativamente aos créditos contra o setor público estadual.

Em razão da decisão da Diretoria deste Banco Central, entendemos como adequada a transferência para créditos em liquidação de tais créditos, com a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente de prazo, mesmo porque" – chamo a atenção para isso – "decorridos mais de seis meses do início do

processo de administração especial temporária, os pagamentos ocorridos de parte do setor público foram insignificantes e decorrentes apenas da troca de títulos estaduais por títulos federais.

Nesse sentido, as provisões se limitariam a esses créditos. O que foi feito com base nesse ofício? Na verdade, a partir do primeiro semestre de 1995, realmente o Estado de São Paulo estava inadimplente; não estava pagando, porque estava negociando.

Tecnicamente, o lançamento total da dívida só poderia ser feito em 30 de junho de 1995 e, com esse ofício, retroagiu-se o prejuízo – o lançamento dos débitos totais do Estado de São Paulo com o Banespa – para 31 de dezembro de 1994, criminosamente. Criminosamente!

Esse ofício mostra que isso foi feito para justificar a intervenção e para simplesmente afastar a responsabilidade do Banco Central, que, durante o Regime Especial de Administração Temporária, deixou que o banco ficasse com o patrimônio líquido a descoberto.

Graças a este documento, que está aqui, assinado pelo Dr. Cláudio Mauch e Dr. Alkimar Ribeiro Moura, foi elaborado, às pressas, o balanço de 31 de dezembro de 1994, dando o Banespa com o patrimônio líquido negativo para justificar a intervenção e para não dizer que aquele banco ficou a descoberto durante a intervenção do Banco Central. Só que, para azar desses cidadãos, não viajei na semana da pátria no ano passado e li as onze mil e setecentas páginas do inquérito feito pelo Banco Central.

Pasmem, os Srs. Senadores. Na conclusão, existe um balanço que aponta o Banespa com um patrimônio líquido negativo, seguindo as ordens desses senhores. Mas se esqueceram do corpo do inquérito. Estou encaminhando aos senhores cópia das páginas nºs 412 a 433, onde está o balanço de 1994 com patrimônio positivo de US\$1,700 bilhão. Trocaram o relatório final, porém, esqueceram-se de que estava no corpo do inquérito a prova de que foi fraudado o balanço do Banespa de 31 de dezembro de 1994.

Esses documentos até hoje não foram publicados em razão de ação judicial. Essa fraude, evidentemente, o Poder Judiciário haverá de revelar. Quais os efeitos da intervenção sobre o banco? O resultado da intervenção e a demora do Estado em reassumi-lo, o Banespa perdeu mais de quinhentos mil correntistas e só resiste a essa desastrosa administração do Banco Central graças ao seu dedicado corpo de funcionários.

Entre os que mais perderam está a agricultura de São Paulo. Nos quatro anos do meu Governo, o crédito agrícola do Banespa realizou mais de cem mil contratos, colocando à disposição desse setor US\$900 milhões, a imensa maioria para pequenos, médios e microprodutores rurais.

Os recursos para o setor agrícola liberados pelo Banespa representavam, na minha gestão, mais de 50% da quantidade de contratos celebrados no Estado de São Paulo, maior do que a soma dos contratos celebrados pelos bancos privados e pelo Banco do Brasil no Estado de São Paulo.

O que observamos no ano passado? O Banespa imobilizado, amarrado, e sem poder financiar a agricultura. E o relatório da intervenção de onze mil páginas, que deveria ser absolutamente técnico, transformou-se num documento político com esta intervenção indevida, fazendo retroagir um prejuízo, absolutamente contrariando todos os princípios da regra bancária.

Dado esse retrato do que aconteceu e tendo em vista o que está se passando, gostaria de salientar que o próprio relatório, às vezes, refere-se a alguns empréstimos do setor privado, os quais totalizavam US\$2,2 bilhões, dentre eles há alguns apontados como empréstimos, pelo relatório, inadequados ou irregulares. Todos esses empréstimos, sem exceção, que são apontados no relatório como irregulares estavam devidamente providos. O banco já havia feito a provisão legal, colocando esses empréstimos como de liquidação duvidosa, e estava executando todos aqueles que não estavam pagando regularmente o empréstimo feito.

Portanto, o que houve foi uma violência praticada, armada, arquitetada politicamente contra o principal banco estadual do País. Isso foi feito, como demonstramos, pela conjugação de interesses políticos a uma linha do Banco Central que defende a inexistência de bancos estaduais. Mas isso é passado. O que hoje os senhores ouvem é falar-se sobre o acordo proposto pelo Governo do Estado e pelo Banco Central para a solução do problema do Banespa.

Srs. Senadores, neste momento, como cidadão, faço um apelo a V. Ex^{as} para que esse acordo tramite o mais rapidamente possível e encontre a aprovação por parte dos senhores. Não é privilégio para São Paulo, ao contrário do que se enfoca. São Paulo quer pagar, e irá fazê-lo, a metade da dívida. O restante é financiado. Notem que a dívida passou de US\$9,3 bilhões para US\$17 bilhões em apenas um ano: cresceu mais em um ano, por causa da

taxa de juros, do que nos quatro anos do meu Governo. Esse é um dado muito importante. E a dívida cresce a uma base de US\$20 milhões por dia única e exclusivamente por causa da taxa de juros.

O SR. PEDRO SIMON - Não entendo uma coisa: a taxa de juros não baixou?

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO - Não. A taxa de juros real continua. Não caiu.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Pedro Simon, V. Ex^a está inscrito.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO - Para concluir: trata-se de empréstimo. Não é dinheiro a fundo perdido. São Paulo quer pagar e, acredito, terá condições de fazê-lo. Pergunta-se: Por que não privatizar o Banespa? Não há condições de privatizar Banespa, porque as vantagens desse banco decorrem exatamente de ser um banco público. Como disse, o problema não é o Banespa, é a dívida do Estado com o banco. O jeito pelo qual caminhou a intervenção e todo esse trabalho é absolutamente diferente do tratamento que está-se dando a outros bancos. Por exemplo, o Nacional em relação ao qual o Tesouro irá assumir o risco do prejuízo. É diferente do tratamento ao Banco do Brasil que só não está sob intervenção porque a lei não permite, mas que apresenta um rombo de US\$8 bilhões. E não se comenta, ninguém sabe de onde veio, quais foram os créditos que o levaram a esse "rombo".

O ano passado o Banco Central teve um prejuízo de US\$2,5 bilhões. Também não se explicou de onde veio isso. Sou favorável à existência de bancos de fomento e entendo que esse empréstimo poderá fazer com que o Banespa retorne às mãos de onde não deveria ter saído, porque por esta arquitetura que se fez já se pagou muito caro e, a cada dia que passa, mais caro se pagará. Era o que tinha a dizer. Coloco-me à disposição de todos para qualquer esclarecimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Agradeço ao ex-Governador Luiz Antonio Fleury pelas palavras.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO - Sr. Presidente, passo às mãos de V. Ex^a cópia dos documentos que exhibi.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Gostaria que V. Ex^a esclarecesse à Comissão. Disse V. Ex^a que existe um relatório. Esse documento é do Banco Central sobre o Banespa e possui onze mil páginas.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY – Onze mil e setecentas páginas é o inquérito feito a respeito do Banespa. Estou apresentando à parte.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – A pergunta que faço a V. S^a é: os Srs. Senadores deveriam conhecer esse relatório por inteiro, através de uma cópia, já que aí está tudo o que aconteceu.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Creio que há um resumo, Sr. Presidente, que poderia ajudar, inclusive poderemos fornecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Vou tentar, na segunda-feira, junto ao Presidente e o interventor, conseguir o jogo completo de 11.700 páginas para V. Ex^{as}.

O SR. (Não Identificado) - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON – Era exatamente isso o que eu queria saber. V. Ex^a falou de improviso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Sim.

O SR. PEDRO SIMON – Considero muito importante o pronunciamento de V. Ex^a. Agora o improviso, na hora de traduzir...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO – Coloco-me à disposição desta Comissão para rever tudo que foi dito.

O SR. PEDRO SIMON – Quero fazer um acordo com V. Ex^a, porque, daqui a pouco pode ocorrer um zero a mais ou um a menos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Gostaria, Sr. Presidente, que me fosse fornecida uma cópia para fazer as devidas observações.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Peço à Secretaria que providencie cópia para o ex-Governador de São Paulo para as devidas observações, antes da redação final.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, em passant, se me permite uma sugestão, que seja convidado o ex-Ministro da Fazenda, Ciro Gomes, para dar a sua versão a respeito dos fatos. Talvez seja útil o seu depoimento nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – V. Ex^a faz o requerimento para que eu o submeto à apreciação.

O SR. JEFFERSON PÉRES – V. Ex^a é quem decide.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Peço à Secretaria que prepare o requerimento, sugerido pelo Senador Jefferson Péres, convocando o ex-Ministro Ciro Gomes.

O SR. JEFFERSON PÉRES – V. S^a, em seu depoimento, aponta três vilões para o problema do

Banespa: a política monetária – juros –, as informações distorcidas, que abalaram a credibilidade do banco e a inelasticidade da carteira de empréstimo. Mas, Governador Luiz Fleury, serão apenas esses os vilões? Nós só temos vilões de um lado? Todos os governantes de São Paulo, todos os administradores e gestores do Banespa estarão inocentes? Foram todos sempre competentes nisso? São Paulo não tem nenhuma culpa? Toda culpa é do Governo Federal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Entendo a pergunta de V. Ex^a. Acredito que o endividamento se deveu ao modelo que foi adotado, o qual permitia o acesso fácil ao crédito, porque o aval do Banespa era válido e tinha credibilidade. E, a partir de 1983, a crise fez com que o Banespa honrasse esses avais.

Realmente, o banco precisa de uma mudança estrutural. Reconhecemos e propusemos isso por mais de uma vez e, infelizmente, não encontramos eco – posso falar por mim.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Se bem entendi e ouvi, V. S^a disse que uma parte da dívida do Estado de São Paulo, além das dívidas das estatais que assumiu, foram operações de ARO no período imediatamente anterior ao seu. Ao que parece, os governos anteriores quase não fizeram ARO, ou só o governo que o antecedeu?

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO – O governo que me antecedeu fez duas AROs no valor de US\$660 milhões.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Com juros reais estratosféricos, hoje estará em alguns bilhões.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO – Exato.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Os juros são culpados. Mas, sem essas operações, o endividamento teria sido – nem sei se foram feitas realmente por má gestão financeira, não sei – mas não haveria os juros, obviamente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Sem dúvida.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Governador Fleury, mais uma pergunta: quando V. Ex^a estabeleceu negociações com o Banco Central, época em que a situação era bem melhor do que a de hoje, V. Ex^a propôs a criação daquele fundo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Sim.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Tanto quanto entendi, seria um fundo em que o Governo Federal entraria com ativos em garantia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO – Não. O Governo Estadual.

O SR. JEFFERSON PÉRES - O Governo Estadual entraria com os ativos de garantia e recursos do fundo seriam todos do Banco Central e do Tesouro Nacional.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Não, não. Os recursos viriam da emissão de títulos que valeriam para o programa de concessões e privatizações do Governo do Estado.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Títulos da dívida pública estadual ou federal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Títulos estaduais, não da dívida mobiliária, mas títulos estaduais com a finalidade de utilização no programa, que aliás está sendo desenvolvido com outro nome pelo Governador Mário Covas - ao invés de Programa Estadual de Privatização, que era nossa proposta - que agora chama-se Programa Estadual de Desestatização. Mas os projetos são os mesmos.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Uma última pergunta apenas. V. Ex^a diz que a intervenção agravou o problema do banco. V. Ex^a admite antes que, já no ano de 1994, as desinformações e informações distorcidas já vinham abalando a credibilidade do banco. Eu lhe pergunto: o Governo Federal não aceitou sua proposta? Muito bem, não discutamos por que não aceitou. A credibilidade do banco já vinha sendo minada. Eu lhe pergunto: se a intervenção não tivesse sido feita, qual seria a situação do Banespa? Não seria pior?

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO - Olha, Senador, não posso lhe afirmar porque é um exercício de futurologia. Mas tenho aqui um dado que eu gostaria de fornecer a V. Ex^a, baseado em dados do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, já que ninguém teve acesso aos balanços do Banespa. Esses dados mostram que no mês de dezembro de 94 os depósitos a prazo do Banespa correspondiam a 7,5% de todo o sistema financeiro. Em dezembro de 95 isso caiu para 6,3%. A poupança do Banespa, que era um produto novo, em dezembro de 94 era de 4,2% a participação do Banespa no sistema. Caiu para 2,9%. E, o que é mais grave, o Banespa, em maio, junho, julho, novembro e dezembro de 95 e janeiro de 96, continua indo ao Interbancário e ao Redesconto, sob a intervenção.

Então esses dados mostram que, se continuasse com o Estado, se as reformas estruturais não fossem feitas, eu tenho certeza de que o Governo do Estado as faria. Nós deixamos tudo equacionado para que fosse feito. A situação não poderia ser pior do que a causada pela intervenção.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Com a palavra o Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA - Sr. Governador, fiquei satisfeito com sua exposição a respeito do Banespa e mais satisfeito ainda com a sua determinação de defender o Estado de que foi Governador. Não esperava outra coisa de V. Ex^a, independente de cor partidária ou de tendência eleitoreira. Não só do Estado de São Paulo mas de todos os estados brasileiros, uma vez que nesta Comissão, Sr. Governador, tenho defendido esta solução para todos os Estados.

E acho, inclusive, que uma solução para o Banespa abriria caminho para uma solução para todos os Estados brasileiros. Portanto, propugno e defendo essa solução global, porque é absolutamente impossível os Estados pagarem essa dívida.

No dia em que o ex-Senador e hoje Governador Mário Covas esteve presente a esta Comissão, eu disse que S. Ex^a havia sido até um pouco leniente na defesa do Estado de São Paulo quanto a esses juros. Se Governador eu fosse nesse momento, eu começaria por discutir os juros do Estado, como faria em todos os Estados brasileiros.

Por quê? Todos os devedores, os particulares, o Governo do Estado de São Paulo, quando vão negociar com o Banco do Brasil e a ele emprestam dinheiro dão uma caixa muito inferior àquela que é cobrada em operações semelhantes ao contrário. É um absurdo. Essa dívida é impagável está hoje em 17 bilhões, após dois meses de discussões nesta Casa.

Eu defendo uma solução para o Banespa, qualquer que seja, o mais rapidamente possível. Vejo que é a linha de V. S^a e fico satisfeito. E quero dizer a todos os Srs. Senadores, do Norte, Sul, Nordeste, Centro Oeste, que não é uma solução que procuro só para o Estado de São Paulo, é para todos os Estados brasileiros. Penso que dentro dessa solução para São Paulo abrimos caminho, volto a dizer, para uma solução global, de todos os Estados. Não vamos conseguir salvar os Estados e Municípios dentro desse quadro. Precisamos da reforma administrativa, para que consigamos dar o mínimo de governabilidade a todos os Governos.

Obrigado por esse depoimento, Governador, que atendeu prontamente, a exemplo do Governador

dor Mário Covas, a esse pedido da Comissão. Ao contrário do que temos assistido nesta Comissão, onde as faltas de certos funcionários são freqüentes a pedidos dessa ordem, V. S^a prontamente atendeu e veio aqui prestar os esclarecimentos.

Obrigado, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Governador Luiz Antônio Fleury Filho, na sua exposição, em determinado momento, V. Ex^a mencionou que, ao final do seu Governo, não havia praticamente operações ARO.

Nos dados aqui encaminhados sobre o Banespa, o saldo devedor, em 31-12-94, apresentava um número semelhante ao que V. Ex^a mencionou, de R\$9,380 bilhões, como parte do saldo devedor, sendo parte disso R\$2,804 bilhões, Tesouro ARO, 1990. Eu gostaria de ter melhores esclarecimentos sobre este ponto.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Pois não.

Esta dívida, Senador, as ARO, foi incluída na renegociação de 1992. Eu me referi a outras operações ARO, não a esta do Banespa, que foi incluída nessa negociação. Não a considero mais como uma antecipação de receita, e sim como integrante da dívida total do Estado com o banco, já que houve uma novação da dívida em 1992, com o acordo que foi feito.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Há algumas matérias publicadas na *Gazeta Mercantil* que vou citar, para ouvir a análise que V. Ex^a possa ter a respeito. Uma delas, publicada em 4 de setembro de 1995, chama-se "Zelo com os Bancos Privados". Ela mostra justamente um quadro de operações ARO, de 1990 a 1994, com um texto breve, que passo a ler:

Uma das referências mais chocantes no inquérito do Banco Central é a diferença de tratamento dispensado pelo governo paulista ao seu próprio banco, Banespa, pelo qual teoricamente deveria zelar e aos bancos privados.

Na mesma época em que não honrou as mega-antecipações de receita orçamentária - ARO do final do Governo Quéricia, destruindo o patrimônio líquido do Banespa, caso os princípios contábeis rígidos fossem usados nas demonstrações financeiras, o Estado de São Paulo honrou religiosamente uma série de operações idênticas. A única diferença é que esses últimos créditos foram concedidos por instituições financeiras priva-

das, como na tabela mostrada abaixo. Curiosamente, a soma total dessas operações, de 1990 a 1994, foi de US\$603 milhões. Esse valor é apenas um pouco menor do que os US\$644 milhões das ARO inadimplentes de Quéricia, que lançaram o Banespa no suplício financeiro, só interrompido com a intervenção de dezembro de 1994.

Vou citar e passar às mãos de V. Ex^a os três itens, para que V. Ex^a possa comentar, uma vez que se trata de um dos jornais de finanças mais especializados.

Também em matéria de 4 de setembro, fala do acerto com o Banco Central em 1992, denominando-o como o último vôo cego do banco. A certa altura, menciona - não vou ler inteiro, só esse trecho - que a aproximação foi de iniciativa de São Paulo, articulada pelo Governador Luiz Antônio Fleury Filho e seu Secretário da Fazenda, Frederico Mazzucchelli, em 15 de maio. Mazzucchelli enviou ao Ministro da Economia Márcio Marques Moreira a proposta de alongar as dívidas do Estado e suas estatais. Ou seja, em síntese, este artigo mostra o acerto feito em 1992 entre o Governo do Estado e o Bacen, Banco Central, que estabeleceu pagamentos que por vezes mal cobriam o *spread* do banco na rolagem do estoque da dívida.

O outro item refere-se à forma como o Banespa pagava suas dívidas, muitas vezes com ações. Em 1994, o Estado de São Paulo pagou, em dinheiro, apenas cerca de US\$16 milhões, ou 0,14% da dívida, que chegaria ao final do ano a US\$11 bilhões.

Para os restantes US\$345 milhões pagos, foi utilizado expediente de dação em pagamento de ações da Cesp e da CPFL. A esmagadora maioria dos pagamentos foi com ações da Cesp.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Suplicy, eu pediria a compreensão de V. Ex^a. Temos ainda o representante da KPMG. Portanto, não dá para ser igual às reuniões que tivemos com o Banco Central. Peço a V. Ex^a que utilize três minutos para perguntar e que o Governador seja bem sucinto nas respostas.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Eu gostaria que V. Ex^a também comentasse sobre a questão da inadimplência de diversos segmentos privados junto ao Banespa, decorrente, segundo a Comissão de Inquérito que a Assembléia Legislativa examinou e a imprensa muitas vezes divulgou, de uma certa falta de cuidado da direção do Banespa que, muitas vezes sob orientação política, acabava concedendo empréstimos a devedores que depois tornaram-se

inadimplentes. Se V. Ex^a puder, fazer um diagnóstico deste aspecto.

Finalmente, V. Ex^a mencionou a condução tão autoritária com que foi realizada a intervenção do Banespa. Pergunto se V. Ex^a teve diálogo direto com o então Presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, que estava para assumir, sobre o episódio da intervenção do banco. Seja pouco antes, seja logo depois. Foi público que o Governador Mário Covas sentiu a intervenção também como uma inadequação. Ele foi surpreendido por ela. A autoridade federal também surpreendeu V. Ex^a, que era o então Governador? Pergunto: o Presidente eleito e que iria tomar posse no dia 1º, junto a ele teve V. Ex^a oportunidade de dialogar sobre o episódio da intervenção do Banespa? Qual foi o conteúdo desse diálogo?

Vou passar as perguntas a V. Ex^a

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Não há necessidade, Senador. Responderei brevemente.

Primeiro, sobre a questão das antecipações de receita. Como eu disse, no dia 16 de março de 1991, comecei o diálogo com o Governo Federal a respeito das antecipações de receitas relativas ao Banespa. Se naquele momento a solução proposta tivesse sido feita, o problema do Banespa teria sido devidamente equacionado.

Depois, essas negociações continuaram e foram incluídas na renegociação de 1992. Por isso, não houve desprezo em relação às áreas do Banespa em detrimento dos bancos privados. O que houve foi uma negociação com os bancos privados e uma negociação com o Governo Federal, a respeito das dívidas do Banespa. Mesmo porque não eram apenas as ARO, era todo um conjunto de dívidas, como eu tive oportunidade de demonstrar, que estava sendo objeto de negociação. Resolver apenas o problema da ARO não resolveria o problema do Banespa.

Sobre a questão dos pagamentos não cobrirem sequer o **spread**, o acordo feito para 12 anos foi o possível na época, Senador. Foi um acordo feito numa época em que o Governo Federal era francamente adverso ao Governo do Estado, por razões políticas. Fizemos o acordo, nós o honramos, e nem por um momento deixamos de tentar uma nova negociação até o último dia, quando se deu a intervenção.

Com relação à inadimplência do setor privado, como frisei, todos os empréstimos que o relatório apresenta como "irregulares" já haviam sido objeto de provisão por parte do banco, e os devedores estavam sendo executados pelo banco. Então como falar em interferência política, se se manda executar? Não havia. Essa história de interferência política

está absolutamente demonstrado que não houve, e inclusive no próprio relatório do Banco Central, o senhor vai encontrar referências a interferências políticas em apenas três casos. Um deles, uma campanha chamada Bota Nota, destinada a ampliar a arrecadação de ICM, e, conseqüentemente, os depósitos do Banespa, já que o dinheiro do Estado fica depositado no Banespa. Nós estamos vendo aí o Banco do Brasil e o Banco Central fazendo campanha do Plano Real, e ninguém fala nada. É a mesma coisa. Houve interferência política do Presidente Fernando Henrique para que essa campanha fosse feita? A outra foi um anúncio que foi feito de um espetáculo, dentro do Programa de Patrocínios Culturais do Banespa, de um anúncio do artista Juca Chaves. E noticiou-se como se o Banespa houvesse financiado a compra do local onde o **show** seria realizado. Se o senhor abrir o jornal de hoje, vai encontrar inúmeros anúncios de **shows** de artistas com o patrocínio cultural de instituições financeiras privadas e públicas, inclusive o Banco do Brasil e a própria Caixa Econômica Federal. E foi um patrocínio, Senador, se não me falha a memória, em torno de R\$8 mil, para publicação do anúncio, e o Banespa teve oportunidade de financiar inúmeros outros patrocínios. Acho que é algum preconceito em relação ao Juca Chaves ou ao local, porque é um local, em São Paulo, que hoje é uma casa de **shows** e que, anteriormente, era muito conhecida na noite, que era o La Licorne. Era uma casa famosa em São Paulo, na época.

Outra coisa, Senador: o relatório do Banco Central, obrigatoriamente, tem que nominar os responsáveis pelas operações. E esse relatório do Banco Central é um título executório, portanto é responsável quem estiver apontado naquele relatório. E em várias operações

(Não há casamento entre as fitas.)

... que comprou um laboratório, denominada Paraquímica, está claro no relatório do Banco Central a responsabilidade, em nível gerencial, que não fez chegar sequer à diretoria do banco as informações sobre a ficha cadastral do cliente.

Outra operação que está apontada como irregular, embora eu não seja citado como quem esteja interferindo politicamente, só para dar um exemplo, é a Cooperativa Agrícola de Cotia. Oitenta e nove bancos a estavam financiando, inclusive o Banco do Brasil. No entanto, só se fala na questão do Banespa.

Acho que o relatório é claro - e eu até gostaria de um relatório desses, Senador, sobre o rombo do Banco do Brasil.

O relatório comete alguns equívocos graves. Por exemplo: o diretor representante do Banespa, que é indicado pelos funcionários e não tem direito a voto no comitê de crédito, foi responsabilizado por algumas operações da Cooperativa Agrícola de Cotia, por exemplo, sem que ele tivesse direito a voto. E, no Banespa, há três ex-diretores que foram demitidos por justa causa durante a intervenção, sem direito de defesa. Por isso, chamo a intervenção de autoritária e entendo que essa intervenção só está causando prejuízo.

Com relação ao Presidente Fernando Henrique, antes da intervenção, no dia 29, tentei me comunicar com o Ministro Ciro Gomes, com o Presidente Fernando Henrique, com o Presidente Itamar e com o então Presidente do Banco Central, Pedro Malan. Só consegui falar com o Dr. Pedro Malan, que me disse que retornaria a ligação se fosse decretada a intervenção. Estou esperando até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Passamos ao próximo orador, Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, Dr. Luiz Antônio Fleury, sem maiores comentários, eu gostaria de cumprimentá-lo pela exposição altamente didática e de muita importância para esta Comissão.

Basicamente, Sr. Presidente, as perguntas que eu teria que fazer dizem respeito às operações de aro, mas já foram respondidas ao Senador Eduardo Suplicy, porque os números do ex-Governador não coincidem exatamente com os apresentados pelo Governador atual, Mário Covas.

Mas eu gostaria de perguntar se V. S^a tem conhecimento se essas operações foram autorizadas pelo Senado Federal.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Eu não tenho conhecimento.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Mas ela foi renegociada no bojo de várias outras renegociações.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Mas foi Conselho Monetário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não cabe ao Senado Federal essa análise.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Pois bem, o Presidente do Banespa me informa que houve uma autorização, uma pré-autorização para que todos fossem feitos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Foi negociada também uma operação de socorro ao Banespa, por ocasião, parece-me, do Governo de V. S^a. À época, até convocamos a então Ministra Zélia Cardoso de Mello. Que operação teria sido essa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Foi o primeiro acordo feito; foi um memorando de entendimento e, neste, como eu disse, constava uma *side letter*, uma portaria, cerca de U\$600 milhões em títulos federais.

Mas isso não foi concretizado, e o memorando de entendimento perdeu completamente a sua utilidade.

Somente efetivamente a partir do acordo de 92, aí sim, começamos a resolver o problema da dívida do banco.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Eu gostaria de fazer uma outra pergunta, se V. S^a tem conhecimento da inadimplência pelo menos do setor agrícola do Estado, já que V. S^a afirmou que o Banespa emprestou muito mais do que todos os outros bancos juntos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Eu não tenho os números agora, depois da intervenção.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Mas foi grande?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY - Mas posso garantir que - e me orgulho disso -, no meu Governo, implantamos, pela primeira vez no Brasil, o programa de pagamento por equivalência de produto.

O que tivemos foi uma inadimplência muito pequena por parte do setor rural, mesmo porque, quando assumi o Governo, o financiamento agrícola do Banespa, comparado com o financiamento do setor industrial, era de 30% e 70% a proporção. Quando deixei o Governo, era 60% da carteira para o setor rural e 40% para o setor industrial, voltados para micro e pequenos empresários.

Como havia, quando assumi, uma concentração em grandes contratos, fizemos o contrário, fizemos mais de 100 mil contratos com pequenos proprietários rurais. Inclusive, Senador - e disso muito me orgulho -, o Banespa fez e recebeu o financiamento de assentados na região do Pontal do Paranapanema, onde assentamos 947 famílias. Ficou comprovado que os pequenos pagam.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Perfeito.

Para finalizar, gostaria de perguntar se V. S^a afirma categoricamente que se não houvesse essa intervenção o Banespa estaria muito melhor posicionado hoje?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Depois de feitas as reformas estruturais de que o banco necessita, reformas essas que serão feitas em três grandes blocos, quer dizer, além do programa estadual de privatização, também faríamos uma reformulação, com a diminuição do número de diretores, diminuição do número de agências. Inclusive,

no meu Governo, fechamos várias agências do Banespa, é importante dizer isso. Estávamos fazendo um programa de aposentadoria voluntária: 1.500 funcionários já haviam se aposentado; já estava em curso todo um processo de reestruturação do banco. Penso que deveria se prosseguir, com a diminuição da participação do Estado no banco, mas mantendo a maioria, porque as vantagens comparativas do Banespa decorrem de ele ser um banco estadual.

Se o Banespa for privatizado, perde os depósitos do Estado e, com isso, se torna inviável. Então, se o programa continuasse, tenho absoluta convicção, o banco estaria numa situação muito melhor do que com a intervenção.

Não tenho dúvidas, inclusive pelo seguinte: o Banespa, depois do Banco do Brasil, era o banco que tinha maior captação externa, graças a sua credibilidade. Quando assumi, o Banespa era o terceiro maior banco; nós o elevamos ao segundo maior banco do Brasil. Mas sua credibilidade foi abalada. Tínhamos US\$2 bilhões, aproximadamente, captados do mercado em CDs e CDBs, principalmente no mercado de Nova Iorque e de Tóquio, e hoje essa importância deve estar abaixo de US\$500 milhões.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Perfeito. Só uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Pediria a V. Ex^a conclusões. Ainda temos três oradores.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Eu estou sendo rápido, nobre Presidente.

A Prefeitura de São Paulo também deposita no Banespa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Deposita.

Um dos erros básicos que levou o Banespa a essa situação foi a extinção da distribuidora de valores do Estado de São Paulo. O mesmo aconteceu no Rio Grande do Sul. Quem fazia a rolagem da dívida mobiliária estadual e municipal era exatamente a distribuidora de valores. Com a sua extinção, o que aconteceu? A rolagem passou a ser feita pelo Banespa e, no caso do Rio Grande do Sul se valendo, inclusive, de bancos privados que elevaram espantosamente a taxa de juros cobrada para a rolagem dessa dívida. Então, o Banespa tinha que ir duas vezes ao mercado e não uma vez só, e a dívida do Município era rolada pelo Banespa; e continua, que eu saiba, até hoje.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Parece que agora vai haver uma substituição de títulos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Muito obrigado. Obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Quero, sinceramente, felicitar V. Ex^a, porque achei que seu pronunciamento foi muito claro e preciso. A mim me surpreenderam muitos detalhes que não conhecia.

Na verdade, o que se sabe pela imprensa é que V. Ex^a quebrou o banco. Quer dizer, a imprensa vem demonstrando, permanentemente, que o Sr. Fleury quebrou o Banespa.

Os números que V. Ex^a apresentou são dados concretos; V. Ex^a não está dizendo fatos subjetivos, está apresentando números concretos. Quero dizer, a ser verdade o que V. Ex^a apresentou, está muito claro. Se não é verdade, que venha alguém que não recebeu os dados que estão à disposição e diga: "Não, isso aqui está equivocado". Eu fico feliz. Tenho muito carinho por V. Ex^a e fico contente, porque era uma imagem tão distorcida que se estava vendendo que, de repente, se vê que em toda essa análise quem menos tem responsabilidade é V. Ex^a.

Sinceramente, eu era Líder do Governo e não me lembro, naquele final de dezembro, de reunião do Sr. Itamar, pelo menos de que eu tenha tomado conhecimento, onde se decidiu a intervenção no Banco de São Paulo. Fiquei sabendo depois, não entendi, mas que houvesse reunião que o Presidente Itamar Franco tivesse chamado, discutido, analisado uma decisão de... Pode ser que tenha sido uma decisão que, para Líder do Governo, não tivesse nenhum significado. Eu praticamente convivia com o Presidente, tinha amizade com ele, mas duas decisões até hoje não entendo: essa da intervenção do Banco de São Paulo e a da votação do projeto da Amazônia - o Sivam. Fizemos um projeto de urgência urgentíssima, eu nem estava na sessão, não compareci porque não sabia de nada. A urgência urgentíssima para votar o Projeto Sivam foi pedida às 22h30m, com oito Senadores.

Penso que os números de que V. Ex^a dispõe devem ser publicados, até lhe aconselho, como amigo. Acho que V. Ex^a deve fazer uma espécie de um livro sobre a questão, quer dizer, o Banespa e o Governador Fleury. É importante a biografia de V. Ex^a. Deve ser feita uma impressão com os números e gráficos, porque pela imprensa - perdoo-me - V. Ex^a se saiu mal. Foi o que estava dizendo o Senador José Fogaça. Estávamos os dois aqui comentando que foi uma grata surpresa, ficamos muito contentes em ver os números apresentados por V. Ex^a.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Senador, fiz questão de espontaneamente me oferecer para comparecer a esta Comissão, para esclarecer os Srs. Senadores, e esperar que algo saia na imprensa. Cartas mandei - tenho cópias de todas elas - e nenhuma foi publicada até hoje.

O SR. PEDRO SIMON - Dá para pagar duas páginas do *Estado* e da *Folha de S. Paulo*. Em duas páginas, praticamente, V. Ex^a expõe o que está dizendo aqui.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Se os amigos me ajudarem, eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - O Senador Pedro Simon contribuirá com um mês de salário.

O SR. PEDRO SIMON - E, em segundo lugar, fazer a publicação do livro a que me referi.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Acho que a sugestão é oportuna.

O SR. PEDRO SIMON - Eu admiro a sua elegância. V. Ex^a não veio criar celeuma. Poderia, por mágoa. A rigor, subentendemos que - me perdoe a sinceridade - o Governo Tucano que assumia teria tomado essa decisão, quer dizer, Fernando Henrique, Mário Covas e outros. V. Ex^a não disse nada, não faz nenhuma acusação. Tem muita elegância no sentido de defender hoje o Banespa. Aquilo que não quiseram fazer para V. Ex^a, V. Ex^a agora defende que se faça para o seu sucessor. Considero esse um gesto muito bonito. V. Ex^a não criou nenhum problema ou dúvida. Poderia ter vindo aqui e exigir que se faça isso ou aquilo, mas não o fez.

Tenho muito carinho e admiração pelo Sr. Mário Covas e V. Ex^a sabe muito bem disso. Se dependesse de mim, ele seria o candidato à Presidência da República naquela eleição vencida pelo Sr. Collor. Defendi, intransigentemente, dentro do PMDB, que achava que ali era a vez dele. Não que o Dr. Ulysses não tivesse méritos, mas eleitoralmente não estava em condições." E o nome que tínhamos para fazer frente, naquele momento, era Mário Covas. Lamentavelmente, não se chegou a essa conclusão.

Eu, no lugar de Mário Covas - e é o caso de V. Ex^a, estou vendo até que de certa forma o Senador Eduardo Suplicy - porque é algo que admiro em São Paulo. Nunca me esqueço de que, em São Paulo, o PMDB se reunia nos momentos mais graves no 7º andar do anexo 2. O Dr. Ulysses tirava todos os telefones, fechava a porta e dizia: "Essa é uma reunião da qual só sairemos com uma decisão. Ninguém pode sair daqui." Daí a pouco vinha o secretário dele e botava um bilhete para ele, que dizia: "Temos que

suspender agora, porque os Deputados de São Paulo têm que votar." O Governador era Paulo Maluf, mas era projeto de interesse de São Paulo. Estavam Lula, o Dr. Ulysses e todos votavam.

Essa é uma questão que reconheço. Sinto que, inclusive, aqui há uma unanimidade no sentido de ajudar São Paulo, mas de qualquer maneira, mesmo com essa unanimidade, é algo meio estranho. Se tanto dinheiro vai ser dado para São Paulo, terá que ser dado também para todos.

E o segundo, não deixa de ser engraçado. O Governo privatizou a Rede Ferroviária (?) por 70 milhões e comprará a empresa dos senhores por 3,5 bilhões? São interrogações que temos que discutir. a hora da compra, vale 3,5 bilhões, e na hora da venda, 70 milhões? Há um mês vendeu uma por 70 milhões e, um mês depois, comprará outra por 3,5 bilhões? Quais são as moedas de troca? São questões a serem analisadas, além da outra, que é o problema de Congonhas. Nota 10 para o Sr. Covas. Eu, em seu lugar, faria o que S. Ex^a está fazendo. S. Ex^a está certo. Está na dele.

Eu estive em Alagoas, e o Governador de Alagoas quer financiar três obras. Há uma lagoa que é uma maravilha, bonita lagoa, em termos de turismo, é fantástica, é uma das coisas mais lindas que vi ali...E o Governador Suruagy já disse que vai federalizar para entregar a lagoa...mas é uma das coisas mais lindas que há. Acho que ali realmente é possível pegar uma empresa internacional de turismo... Não sei o que o Governo federal fará com Congonhas. Agora, ali naquela lagoa que o Suruagy quer entregar para o Governo federal...olha, ele pega hotéis de cinco estrelas, o negócio é afrodísíaco ali...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Uma nova Cancun.

O SR. PEDRO SIMON - Então, por isso, admiro V. Ex^a, que veio com espírito público, não levantou nenhuma interrogação, não levantou dúvida alguma. Agora, acho que os números que ele levantou são muito sérios, e as afirmativas que fez são muito sérias.

Também concordo com o nobre Senador do PSDB do Amazonas, Senador Jefferson Peres, quando S. Ex^a afirma que temos que convidar o Senador Ciro Gomes para vir aqui, até porque o Governador fez uma série de afirmativas e temos que ouvir o pensamento do Sr. Ciro Gomes. Quer dizer, não sou eu, é o PSDB, através do Senador Jefferson, que faz a proposta. Quero dizer que endosso. A proposta já foi feita, eu referendo a proposta do Senador Jefferson, ou seja, temos que convidar o ex-

Ministro da Fazenda, Ciro Gomes, mandando antes inclusive uma cópia da manifestação do ilustre Governador Fleury, para ver a posição do Sr. Ciro Gomes, até porque eu era Líder do Governo, na época, e sinto-me atingido pelo que foi dito por V. Ex^a, porque afinal é o Governo do Sr. Itamar Franco.

Volto a repetir: eu não soube de nada.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Tenho certeza disso.

O SR. PEDRO SIMON - Tomei conhecimento na imprensa e surpreendi-me, mas achei que era um entendimento final. Achei que o Governo, V. Ex^a e o Sr. Mário Covas haviam chegado a um entendimento e aquela teria sido a melhor solução. Estou sendo surpreendido agora pelo que diz V. Ex^a, que tomou conhecimento a posteriori e não sabia de nada.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - É verdade.

O SR. PEDRO SIMON - Estou sabendo neste momento e, com toda a sinceridade, faço questão de dizer: eu, Líder do Governo, em nenhum momento o ex-Presidente Itamar Franco... Pode ter tido a reunião, eu duvido que tenha feito uma reunião oficial e que eu não tivesse sido convidado... Agora, não tomei conhecimento de reunião. Quer dizer, uma reunião como essa para intervir no Banco de São Paulo não é intervir, é um fato, é um ato político e econômico da maior importância, mas ninguém me avisou, nem o Sr. Itamar, nem o Chefe da Casa Civil, a mim ninguém me avisou. Fiquei sabendo no dia seguinte e imaginava que era um entendimento de V. Ex^a com o Governador eleito. Estou sabendo agora que foi feito à sua revelia, que a sua proposta era inteiramente diferente. Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Senador, só a bem da verdade, três esclarecimentos.

Primeiro, em momento algum afirmel que tivesse havido qualquer reunião que participasse o então Presidente Itamar Franco, ao contrário, em todas as vezes que estive com o Presidente, S. Ex^a sempre nos deu todo apoio - e V. Ex^a esteve várias vezes comigo ...

O SR. PEDRO SIMON - Exato.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - ...no sentido de que se equacionasse a situação do Banespa.

Segundo lugar, as afirmações que dizem respeito ao Ministro Ciro Gomes, não sou eu quem as faz, foram feitas por ele: é uma transcrição do programa Roda Viva. As afirmações que faço são transcritas do programa Roda Viva. Quem disse que

mandou, a partir da primeira semana que assumiu, o Ministério da Fazenda preparar a intervenção do Banespa foi o próprio Ministro Ciro Gomes, está declarado no Roda Viva.

Terceiro, e permita-me esclarecer V. Ex^a a respeito da disparidade de valores. A questão da Rede Ferroviária Federal e da Fepasa é perfeitamente explicada.

O SR. PEDRO SIMON - Já está fazendo a defesa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Explico a V. Ex^a O trecho privatizado da Rede Ferroviária Federal foi de Corumbá a Bauru. Ou seja, na verdade, esse trecho não tem valor algum se não for complementado pela Fepasa, que vai de Bauru ao Porto de Santos.

Portanto, para o Governo Federal, a privatização da Fepasa é um alto negócio.

O SR. PEDRO SIMON - Então, concorda V. Ex^a que o Governo deveria primeiro privatizar a São Paulo para, depois, privatizar a Centro-Oeste. Aí passaria a valer 10 vezes mais.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO - Não há dúvida. Concordo com V. Ex^a nesse aspecto.

O que acontece, Senador, é o seguinte: há o trecho Corumbá/Bauru, da Rede Ferroviária Federal; depois, há o trecho Bauru-Santos, da Fepasa; e aí há um pequeno trecho, dentro do Porto de Santos, que volta a ser da Rede Ferroviária Federal.

Então, quando o Governo Federal se dispôs a aceitar a Fepasa é porque ele viabilizou um grande negócio. Vai viabilizar e poderá obter recursos com isso.

O SR. PEDRO SIMON - Paulista é paulista!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Antes de passar a palavra ao Senador José Fogaça, eu gostaria de deixar registrado para a Taquigrafia que discordo da afirmação do meu caro amigo e colega Senador Pedro Simon, quando S. Ex^a diz que havia 8 pessoas na reunião que aprovou o Sivam.

O SR. PEDRO SIMON - Quem disse isso foi o Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Mas como foi V. Ex^a quem falou, eu só queria dizer que não havia oito pessoas na Comissão.

O SR. PEDRO SIMON - Está certo. E quero esclarecer que eu não estava presente. A minha avaliação foi feita de acordo com o pronunciamento do Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A Secretaria vai convidar o Ex-Governador e Ministro Ciro Gomes para comparecer a esta Casa.

Gostaria de aproveitar a oportunidade, seguindo a sugestão do Senador Pedro Simon, para pedir ao nobre colega Sérgio Machado, que é do Estado do Governador, do mesmo Partido, que entrasse em contato telefônico com S. Ex^a para verificar a data em que S. Ex^a gostaria de vir aqui, a fim de que resolvêssemos rapidamente o caso Banespa.

Vou convidar também o Ex-Governador Orestes Quêrcia - porque acho que não é justo S. Ex^a ficar de fora.

Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, caro Ex-Governador, Dr. Luís Antônio Fleury, de fato, eu e o Senador Pedro Simon comentávamos aqui não a surpresa com a sua capacidade pessoal, mas a surpresa com os dados que nos eram trazidos. De certa forma, trata-se de uma espécie de autocrítica pela nossa desinformação e o quanto é importante haver uma reposição de memória política neste País.

O resgate da memória política faz parte da própria saúde mental dos políticos, da higiene política deste País. Veja, V. Ex^a: há ex-ministros da fazenda, recentes e outros mais antigos, que vão a programas de televisão, que dão declarações, serrando de cima, como se não tivessem nenhum comprometimento e nenhuma responsabilidade com o que está acontecendo neste País.

Há analistas econômicos, colunistas, tidos como sérios - e que da minha parte, a partir de agora, vou desconfiar dez vezes antes de ler seus artigos e de receber qualquer informação -, que geram essa dívida, dos 17 bilhões do Banespa como responsabilidade do Governo que imediatamente saiu, ou seja, são pessoas superficiais no colhimento de informações, preguiçosas na análise de dados, que exigem mais estudos. São profundamente preguiçosas porque não se dedicam com critério e, como me abona o Senador Pedro Simon, para não dizer quando há má-fé e má intenção deliberada, decidida previamente.

De modo que a manifestação, a exposição de V. Ex^a é uma das mais lapidares e mais reconfortantes que tive a oportunidade de ver nesta Comissão, em quase 10 anos de Senado, caro Governador. E digo isso com a isenção de quem até agora tinha uma visão talvez parecida com a do Senador Pedro Simon: a desinformação sobre os dados, sobre os elementos - e faço este reconhecimento e esta autocrítica.

A única coisa que não tive a irresponsabilidade de fazer é aquela que muitos políticos e outros analistas econômicos fizeram: acusações sem funda-

mento. No mínimo, se houver contestação a seus dados, há um contraditório que deve ser respeitado. Essas pessoas passam por cima disso, desprezam e jogam no superficialismo da manchete e da informação não fundamentada, não rigorosamente baseada em análises e num procedimento sério.

Fico, por exemplo, impressionado com a importância que tem, o enorme peso que tem a política monetária, que foi levada a efeito em 1993, o enorme peso que isso tem na dívida do Banespa, o quanto isso ponderavelmente influenciou no conjunto dessa dívida.

É possível que os governadores subsequentes não a tenham reduzido, mas eles foram muito pouco responsáveis no sentido de aumentá-la efetivamente, a não ser os 660 milhões do Governo Quêrcia nas ARO, que V. Ex^a mencionou. De resto, só houve uma política de juros, que, malditamente, destrói qualquer empresa ou instituição que tenha um endividamento desse porte.

De modo que me sinto, inclusive, agora, bastante mais fundamentado e até armado para começar a estranhar a forma extremamente fácil com que alguns setores de esquerda, desde a mais ortodoxa até aquela mais *light*, no Congresso Nacional, se alinham com uma rapidez impressionante ao Dr. Delfim Netto, por exemplo, para criticar a política econômica atual. Não que essa política não mereça críticas e não que ela não tenha os seus erros; tem e é preciso que se os critique.

Mas é impressionante como se despreza a memória, como se despreza o passado, se despreza a origem dessa situação caótica do Estado Brasileiro, que está, em alguns anos recentes, sob a responsabilidade de homens como o Dr. Delfim Netto, então Ministro da Fazenda, gerador da base que redundou na bola de neve dessa dívida, principalmente no caso do Banespa, que teve que assumir as estatais, obrigado pelo Banco Central, pelo Ministério da Fazenda de então, e que, por sua vez, se endividaram também por causa da tomada fácil e irresponsável de dólares no mercado internacional.

De modo que não vou me estender mais, mas vou fazer um registro até como testemunha isenta e não valorativa. Como Relator do Plano Real, pedi a convocação, aqui, do então Governador do Ceará, Ministro Ciro Gomes, para fazer uma avaliação sobre a questão do endividamento dos bancos estaduais e de como isso poderia refletir sobre o Plano Real. Esta convocação foi feita, o então Governador veio - porque, naquele momento, em junho de 1994, ele era Governador do Ceará - e fez um depoimento.

Nesse depoimento, há uma acusação contundente contra o Banespa ou uma atitude preconceituosa politicamente, ou uma atitude rigorosamente crítica que já denotava até um certo ressentimento. Entre as palavras de S. Ex^a: "Nós, do Ceará, fomos obrigados a enxugar o nosso banco, e o Banespa continua sendo esse fundo perdido, esse vazamento de recursos".

Já, ali, S. Ex^a denotava uma posição rigorosamente profunda, contundentemente contrária ao tratamento que o Banespa recebia no plano nacional. Isso também corrobora ou, de certa forma, adita o que V. Ex^a trouxe aqui como informação.

Por outro lado, precisamos também fazer uma reflexão depois do depoimento de V. Ex^a, porque, inclusive, há um discurso muito fácil, hoje em voga tanto aqui como no Congresso, que circula facilmente nas páginas de imprensa, não no noticiário, mas principalmente entre os detentores de opinião, ou seja, aqueles que podem emitir opinião, são colonistas, etc, que é a acusação fácil que se faz recair sobre os Governos Estaduais, partindo da pressuposição de que essas dívidas monumentais, que hoje os Governos Estaduais enfrentam - e o meu Governo Estadual não é diferente - são produto de uma grande incompetência dos governadores. Pelo histórico que V. Ex^a demonstra, é possível que tenha havido em algum momento ou um certo nível de omissão, ou, digamos, um certo nível de passividade. Mas o que se vê é que a política de juros levada a efeito no plano nacional e de responsabilidade das autoridades monetárias, portanto, autoridades nacionais, é a grande causadora deste montante, hoje insuportável, que é o endividamento dos Estados. De modo que isso que V. Ex^a traz abrande e muito, e qualquer pessoa que seja séria e responsável no julgamento que faz das coisas não pode mais jogar o seu discurso com a facilidade com que vinha jogando contra os atuais e contra os ex-governadores dos mais diversos Estados, incluindo os de São Paulo.

Portanto, além dessas observações, não tenho nenhuma pergunta a fazer. Também conclamará a V. Ex^a que publicasse de maneira sintética e objetiva, para que fosse entendido por boa parte da opinião pública - porque o depoimento de V. Ex^a é revelador, esclarecedor e, sobretudo, demonstra uma grande elegância política. V. Ex^a não joga responsabilidade pessoal sobre ninguém em particular, mas faz um traçado da imensa irresponsabilidade política que, historicamente, se acumula neste País por parte de muitos governantes.

Obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, último inscrito.

Senador Romeu Tuma, pediria a V. Ex^a que fosse breve.

O SR. ROMEU TUMA - Pois não, Sr. Presidente.

Quero ratificar o que disse o Senador Pedro Simon de que a Bancada paulista é unida, coerente e manteve-se presente durante toda a reunião.

Preliminarmente, Governador Fleury, gostaria que V. Ex^a levasse em consideração a análise feita pelos Senadores Pedro Simon e José Fogaça, pois creio que elas têm um grande valor para nós de São Paulo. Penso que as palavras finais do Senador José Fogaça - aliás, sempre o ouço com bastante atenção - servem também para os outros governadores, não para isentá-los, mas para que eles também tenham a mesma vontade política que tem V. Ex^a em vir a esta Casa esclarecer o que realmente aconteceu com respeito à situação do Banespa.

Para mim não foi surpresa, Governador, a exposição de V. Ex^a, que, por uma deferência especial de amizade para comigo - quando deixei o Governo estava na direção da Polícia Federal -, convidou-me para ser seu assessor na área de segurança. E com a mesma deferência sempre convidou-me a participar das reuniões do seu secretariado, que eram contumazes no seu Governo, onde se discutia também a respeito do Banespa, tema aliás tratado em profundidade. O que demonstra, Senadores, a grande preocupação do Governador Fleury com relação ao Banespa - espero vê-lo no Senado, em breve -, pois participei do seu Governo por mais de um ano e quatro meses e nunca se deixou de falar a esse respeito.

V. Ex^a levantou o problema da Cooperativa Agrícola de Cotia. Lembro-me que, em uma reunião especial, o então Presidente do Banco, Murilo Macedo, trouxe, com muita aflição, a situação da CAIC, onde 86 bancos eram credores e queriam que o Banespa assumisse todo o débito - já sob intervenção a CAIC. Então, V. Ex^a os advertiu para tomarem cuidado a fim de que o Banco não assumisse mais uma inadimplência. Falo isso apenas para dar um testemunho da sua preocupação.

Penso que não há conflito entre o depoimento do Governador Mário Covas e o de V. Ex^a, que fez um retrospecto histórico da evolução da dívida do Banespa. V. Ex^a clareou a assunção do aval dos empréstimos feitos no exterior para as estatais, mostrando que eles sempre foram motivados pela política do Governo Federal, principalmente na produção

de energia e saneamento básico. É claro que isso trouxe resultados positivos para a sociedade, mas essa facilidade de trazer dólar fez com que o endividamento crescesse assustadoramente, e ninguém se preocupou com o fato de que, um dia, essa bomba poderia explodir. V. Exª clareia o que realmente já deveria ser do conhecimento de muita gente, mas ninguém nos deu notícia disso.

O Governador Covas disse aqui - se não estou sendo correto, perdoe-me, talvez por mal entendimento - que não concordou com a administração compartilhada, que lhe foi proposta. S. Exª disse que soube da intervenção no dia em que ela ocorreu e que mostrou indignação contra ela. Não iria designar um diretor seu para assumir a responsabilidade por aquilo com que não concordava. Então, parece-me que é coerente com o depoimento de V. Exª

Não tenho perguntas a fazer, porque penso que todas já foram feitas. Quero cumprimentá-lo e dizer aos meus pares que não me surpreende essa sinceridade, essa autocrítica e a elegância com que V. Exª sempre trata as pessoas, até mesmo os opositores políticos. Esse apelo que V. Exª faz, temos que endossá-lo. A solução do acordo tem que sair com rapidez, porque senão as aflições vão aumentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu queria agradecer a presença do meu amigo e ex-companheiro de Partido, - espero que ele retorne ao PMDB -, Luiz Antônio Fleury, ex-Governador de São Paulo, pela brilhante explanação, que mostra outra face do endividamento de São Paulo, não só aquele até aqui conhecido por nós.

Muito obrigado, Sr. Governador.

Eu pediria ao Senador Pedro Piva que acompanhasse o Governador Fleury. (Pausa.)

Dando sequência à reunião, peço ao Senador Osmar Dias que introduza na sala o Dr. Marco Aurélio Maciel, da KPMG Auditores, que falará sobre os procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Dr. Marco Aurélio Maciel, a quem peço seja claro e sucinto a respeito do assunto. Tendo em vista que só dispomos de 45 minutos, vou conceder-lhe 20 minutos. O resto do tempo será dedicado às perguntas.

O SR. PEDRO SIMON - Discordo, Sr. Presidente, ou S. Sª presta todos os esclarecimentos, ou deixamos para outra oportunidade. O assunto é sério.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Então, damos todo o tempo necessário para esclarecimentos e, se for o caso, faremos outra reunião para

as perguntas. Caberá a S. Sª decidir o tempo necessário.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria de registrar um apelo que já formulei a V. Exª, no sentido de que possamos ouvir, o quanto antes, os membros designados pelo Presidente para o Cade, uma vez que há decisões importantes que estão obstadas, na medida em que o Cade está sem membros efetivos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - O projeto está com o Senador Vilson Kleinübing desde o dia 19 de março. Ainda esta semana S. Exª deverá encaminhá-lo à Comissão.

Peço a Assessoria que avise ao Senador que a reunião será na terça-feira, dia 10.

O SR. EDUARDO SUPLICY - São diversos membros?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Sim, são quatro. Fica marcada a reunião para o dia 9, às 10h da manhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A assessoria está avisando-me que no dia 9 de abril, terça-feira, virá o Presidente da CVM, para falar sobre o Banespa. Então mantenho para a mesma terça-feira, dia 9, às 18 horas. Tendo em vista que são quatro, será um sessão longa.

Concedo a palavra ao Dr. Marco Aurélio Maciel.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Boa-tarde a todos.

Primeiramente gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui com os ilustres Senadores.

Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda, Srs e Srs. Senadores, em nome da KPMG, e em meu próprio, gostaria de agradecer o convite feito pela Comissão de Assuntos Econômicos, para dar alguns esclarecimentos a respeito dos nossos trabalhos de auditoria nos últimos anos no Banco Nacional.

Somos sócio da KPMG e responsável pela auditoria do banco nos últimos anos. Ao me dirigir hoje a V. Exªs, gostaria de lhes apresentar preliminarmente informações a respeito da minha firma, meu histórico e definir o que significa realizar uma auditoria das demonstrações financeira de uma empresa e, por fim, fornecer-lhes um panorama de nossas auditorias, feitas nos últimos anos no Banco Nacional.

Cabe-me dizer que normalmente as regras éticas profissionais a respeito de sigilo me impedem de fazer certas revelações do cliente auditado. Mas especificamente nesse caso, o Banco Nacional, através da Raet, que é o Regime de Administração Especial Temporário do Banco Central autorizou-me a dar as informações a respeito dos nossos trabalhos, a respeito das nossas conclusões.

A KPMG é uma sociedade brasileira que tem por objeto a realização de auditorias independentes. Ela possui 49 sócios e aproximadamente 750 empregados, distribuídos nos escritórios do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Alegre e São Carlos - Interior de São Paulo. A KPMG realiza auditorias independentes para clientes em todo o Brasil, entre os quais estão pequenas, médias e grandes empresas da área industrial, financeira e de prestação de serviços.

Nossa carteira de clientes brasileiros internacionais nos permite estarmos familiarizados com os princípios contábeis brasileiros e com aqueles adotados em outros países, nos quais estão sediados os nossos clientes internacionais. Nossos serviços de auditoria são realizados em estrita sintonia com as normas de procedimento de auditoria. Estamos também familiarizados com os padrões de auditoria em vigor em outras jurisdições tais como nos Estados Unidos e na Europa.

Iniciei minha carreira profissional na KPMG após a minha formatura em Administração, em 1971, e em Ciências Contábeis, em 1973, na Faculdade Moraes Júnior no Rio de Janeiro. Minha primeira função foi como membro da equipe da auditoria, realizando testes de auditoria. Na medida que crescia minha experiência profissional, fui recebendo novas atribuições. Dessa vez como encarregado de auditoria, passei a supervisionar os integrantes da equipe e ainda a realizar procedimentos de auditoria mais complexos, como, por exemplo, avaliações de provisões constituídas pela empresa auditada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Dr. Marco Aurélio, gostaria de pedir a V. S^a que entrasse especificamente no caso do Banco Nacional. A história da KPMG, acredito que todos os Senadores já a conhecem.

Gostaria que V. S^a dissesse especificamente o que aconteceu quando V. S^a fiscalizavam o Banco Nacional, o que achou, o que deixou de achar, por que deixou de achar. Seria mais interessante, tendo em vista o adiantado da hora.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Não tenho mais nada para falar da KPMG.

Na realidade estou dando uns dados da minha experiência profissional que considero importantes para consideração de V. Ex^{as}.

Após vários anos nessa função de encarregado de auditoria, fui promovido a gerente. Com essa nova atribuição, passei a supervisionar encarregados de auditoria e ainda a fornecer apoio aos membros da equipe que realizavam os procedimentos de auditoria simultaneamente em diversos clientes. Nessa função, era também responsável pelo planejamento inicial da auditoria, pela concepção dos procedimentos a serem adotados e, por fim, pela análise do trabalho realizado pela equipe sob minha responsabilidade.

Anos mais tarde, após adquirir vasta experiência em procedimento de auditoria e em princípios contábeis fui convidado a ser sócio da KPMG. Sócio na KPMG é responsável pelo planejamento e execução global dos trabalhos.

É atribuição dos sócios coordenar os trabalhos de auditoria junto aos clientes.

Em cada nível de minhas atribuições sempre busquei aperfeiçoamento técnico em normas e procedimentos de auditoria. Recebi também aprendizado prático quanto a critérios para julgamento de análise, evidências decorrentes da aplicação desses procedimentos.

Acredito que a experiência em auditoria decorre, fundamentalmente, do aprendizado prático e do desenvolvimento teórico nessa área. Aliás, treinamento sempre foi e continua sendo uma das principais preocupações da KPMG e minha em particular.

A KPMG devota em média 150 mil horas anuais para treinamento do seu pessoal técnico no Brasil. Eu contribuo para esse esforço de aprimoramento da qualidade, participando, ministrando seminários internos. Sem esquecer da profissão como um todo, participo como palestrante de diversos eventos promovidos pelos institutos. Além disso, no Ibracom, que é o nosso instituto profissional voltado para a parte técnica; servi como vice-Presidente na Regional do Rio de Janeiro de 81 a 82; fui Presidente na Regional de Belo Horizonte em 84 e 85, e fui vice-Presidente da Diretoria Nacional em dois períodos, de 86 a 88 e de 89 a 90.

Muito se escreveu, e disse no Brasil e em todo mundo a respeito do que é uma auditoria e quais são as garantias que ela oferece, no que tange às demonstrações financeiras. A maior parte das pessoas familiarizadas com auditorias, tanto os auditores, tanto àqueles que são atendidos pelos auditores vêem na auditoria uma forma de testar, através da

aplicação, certos procedimentos às afirmações apresentadas pela administração de uma empresa em suas demonstrações financeiras.

As afirmações da administração são refletidas nessas demonstrações como, por exemplo, o valor das disponibilidades.

O SR. PEDRO PIVA - Dr. Marco Aurélio, diante do adiantado da hora, são 14h, e o Senado abre seus trabalhos às 14h30min, e como há perguntas a serem feitas, gostaríamos que o V. S^a deixasse essa parte da exposição, que é uma auditoria, e passasse diretamente para a questão mais substantiva, que é o problema do Nacional e as perguntas dos Srs. Senadores.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Sr. Senador, penso que é fundamental, pelo menos para conhecimento geral, dizer como se desenvolve uma auditoria.

O SR. PEDRO PIVA - Desculpe-me, mas nós temos que interromper a reunião.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Fui convidado a comparecer às 10h, e às 10h eu estava aqui. Não tenho culpa da outra entrevista ter demorado.

O SR. PEDRO PIVA - Nós sabemos. Mas peço em nome da Mesa que seja mais breve possível nessa primeira exposição.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Vou procurar ser o mais breve, eliminando algumas partes, espero não prejudicar a minha exposição com isso, mas eu precisaria de, pelo menos, cerca de 20 minutos para fazer essa exposição.

O SR. PEDRO PIVA - Pois não.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Vou fazer essas eliminações, mas não conheço o Regimento Interno do Senado, poderia até deixar esse material na íntegra, fazendo parte da minha exposição, de tal forma que não prejudique essa visão.

O SR. PEDRO PIVA - Seria aconselhável. Uma boa colaboração.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Estarei à disposição para qualquer outro esclarecimento adicional.

Dito de outra forma, as demonstrações financeiras representam declarações da administração de uma empresa, como vastamente indicado na literatura especializada, administração da empresa é responsável pela adoção de políticas e práticas contábeis sólidas, definindo e mantendo uma estrutura de controle interno que lhe permita registrar, processar, sintetizar e, posteriormente, apresentar informações financeiras.

De fato, normas exigem que administração das empresas auditadas emita uma carta que evidencie

sua responsabilidade quanto às informações e dados, quanto à preparação e apresentação das demonstrações financeiras sobre exame, ou seja, por ocasião da conclusão da auditoria é usual, é previsto em normas, que a administração da empresa ceda uma carta para seus auditores confirmando todas as revelações e decisões que a administração tomou em relação à auditoria.

A estrutura de controle interno estabelecida pela administração constitui um sistema pelo qual essa empresa identifica, organiza, analisa, classifica e registra posteriormente suas operações, sendo responsável pelos registros dos ativos e passivos.

Para definir os controles internos a serem adotados a empresa, em geral, estabelece as políticas e procedimentos aplicáveis ao lançamento, processamento, síntese, apresentação de informações financeiras, de maneira consistente com as afirmações apresentadas nas demonstrações pela administração.

O sistema utilizado na identificação, organização, classificação, registro e apresentação das operações realizadas pela empresa é o que se chama de sistema contábil. Ao criarmos um sistema contábil que se pretenda, eficaz, a administração da empresa deverá definir métodos e formas de registro que tenham, entre outros, os seguintes objetivos: identificar e registrar a operação, apurar o valor monetário, estabelecer o período em que ocorreram determinadas operações, o registro dessas operações e a apresentação dessas operações de forma adequada, resumida nas demonstrações financeiras.

Cabe ainda à administração das empresas definir procedimentos de controle necessários para garantir, de forma razoável, o atendimento de certos objetivos de controle das empresas.

As atividades de definição e manutenção de uma estrutura de controle interno eficaz e confiável são reconhecidas pelas autoridades reguladoras com uma responsabilidade importantíssima atribuída à administração da empresa. Em termos gerais, reconhece ainda que para produzir garantias razoáveis de que as atividades da empresa estão devidamente registradas, a estrutura de controle interno deve permanecer sob supervisão contínua da administração, de forma a determinar a sua operação dentro dos parâmetros desejados.

É notório que por mais eficaz que seja uma estrutura de controle interno, ela está sujeita a limitações intrínsecas à sua natureza, por exemplo: erros por parte da empresa auditada na aplicação de políticas e procedimentos existentes. O sistema contábil e de controle interno compreende o plano de organi-

zação e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade. Como parte do planejamento de uma auditoria, o auditor desenvolve uma visão global acerca da estrutura de controle interno da empresa. O auditor baseia-se nessa visão para conceber os tipos de procedimentos que devem ser adotados.

Os procedimentos planejados pelo auditor pode incluir critérios como conformidade que abrangem exame de determinadas operações ou substantivos como, por exemplo, teste de conciliação de contas. Os procedimentos de auditoria com base no critério de conformidade são utilizados para examinar, testar, a estrutura de controle interno de uma empresa, se ela está funcionando conforme o previsto, no que diz respeito a certas afirmações contidas nas demonstrações.

O auditor poderá analisar as reconciliações, determinando se elas foram rubricadas ou assinadas e, posteriormente, ele confirma que de fato existem evidências de que esse controle foi efetivamente executado.

Em geral, se os procedimentos de conformidade indicam que pode ser depositada a confiança nos controles internos - e é muito importante isso no processo de auditoria - o auditor vai, por sua vez, confiar significativamente nesse sistema para acumulação de evidências de auditoria. Em essência, uma estrutura eficaz de controle interno proporciona evidências de auditoria quanto às afirmações apresentadas pela administração.

Ao analisar a confiança que se pode depositar em uma estrutura de controle interno, o auditor considera também as informações obtidas em auditorias de anos anteriores. Ao analisar a estrutura, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria o auditor leva ainda em conta a operação da auditoria interna...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permita-me, Dr. Marco Aurélio Maciel?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor já gastou boa parte de seu tempo, cerca de 20 minutos, e ainda não chegou ao cerne da questão. Preocupa-me se conseguirá chegar na questão do Banco Nacional, porque o tempo está se esgotando. O senhor está mostrando como é feita a auditoria, as razões pelas quais a técnica empregada pela sua empresa deve levar a uma confiança de sua empresa de auditoria sobre os métodos contábeis da empresa auditada. Por essa razão, o senhor vai, depois, assinar

que os métodos contábeis foram adequados. Entretanto, o senhor foi convidado para explicar por que houve falha nesse procedimento, no que diz respeito ao Nacional. Apreciaríamos se pudesse chegar logo à questão; caso contrário, não teremos a oportunidade de obter os esclarecimentos. Temos noção do que seja o trabalho de auditoria. É importante o que foi dito, mas agora deve observar o tema em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Tendo em vista que só temos seis Srs. Senadores na sala, sugiro que ele use todo o tempo necessário, convidando-o para daqui a duas terças-feiras, dia 9, para darmos seqüência aos trabalhos, porque estarão todos os Srs. Senadores para formularem perguntas. Se houver necessidade, complementaremos no dia 9, às 10 horas. Peço à Secretaria que mude o horário do Presidente da CVM - ao invés de 10 horas 30 minutos, na terça-feira, para as 12 horas. Assim, teremos mais 2 horas para a KPMG. Precisamos saber por que não foi detectado absolutamente nada das 652 contas frias.

Tem a palavra o Dr. Marco Aurélio Maciel.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Se entendi bem, vamos usar esse tempo final hoje e, depois, complementaremos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor pode usar o tempo até as 14 horas e 25 minutos. Depois, teremos um requerimento para ser apreciado. Daremos seqüência no dia 9, às 10 horas da manhã.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Poderíamos reiniciar na próxima terça-feira ou caminhamos um pouco?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Caminhamos hoje com os dados que o senhor tem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quem sabe o senhor possa até esclarecer tudo hoje.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Como funciona uma auditoria todos aqui conhecem. Os que não conhecem, não querem aprender agora. No momento, está em questão o Banco Nacional. Se pudéssemos passar diretamente para as respostas do Banco Nacional, seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Quando estive com o Dr. Aurélio Maciel em meu gabinete, ele me informou que no caso não estava envolvida apenas uma pessoa, que o esquema era monstruoso e que ele estava compilando os dados.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, não vou fazer nenhuma advocacia do diabo, mas estou cansado de colher elementos de análise superficiais. Não abdicaria, se for o entendimento do depoente - e ele tem razões para isso - se as informações prévias que ele está dando são essenciais para o entendimento daquilo que ele pretende.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Será dado todo o tempo necessário. Estendemos até o dia 9 e, então, teremos mais tempo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Aqui só se lida com dados superficiais. O dinheiro do banco deveria ter ido para a saúde. É um superficialismo estúpido, grosseiro e burro achar que dinheiro de depósito compulsório tem ir para a saúde. A partir daí, forma-se toda uma cultura política dentro do Congresso, que é a cultura política da desinformação e da burrice.

A não ser que o depoente entenda de maneira diferente, se ele entende que é essencial oferecer essas informações, devemos ficar 24 horas ouvindo.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Vou procurar passar rápido. Os procedimentos de auditoria são elementos importantes, porque a definição do controle interno, do sistema contábil de uma empresa são fundamentais para o auditor tecer suas conclusões.

Vou tentar passar rapidamente pelos pontos mais importantes, e se houver qualquer dúvida voltarei ao material para prestar um esclarecimento adicional.

Quanto à responsabilidade de o auditor detectar fraudes - acho que este é um ponto do interesse de V. Ex^{as} -, existe uma diferença entre fraudes e erros. As normas de auditoria definem fraudes como apresentação intencional de informações falsas, nas demonstrações financeiras realizadas por um ou mais empregados, administradores ou terceiros.

Erro, por sua vez, é definido como engano não intencional nas demonstrações financeiras, tais como equívocos administrativos ou matemáticos em registros e informações contábeis relevantes.

Para as normas de auditoria, a diferença entre fraude e erro consiste no fato de o primeiro apresentar um ato intencional, o que pode implicar manipulação, falsificação ou alteração de registros e documentos. A responsabilidade primária na prevenção e detecção de erros e fraudes é da administração da entidade, através da implementação e manutenção de adequado sistema contábil de controle interno.

O auditor planeja a auditoria no intuito de detectar equívocos substanciais nas demonstrações financeiras, em virtude de fraudes ou erros; no entan-

to, o risco de o auditor não detectar equívocos substanciais, em decorrência de fraudes, é muito grande. A fraude geralmente implica atos pré-concebidos para ocultar sua realização, tais como a ação conjunta entre empregados, terceiros alheios à empresa, ausência deliberada de registro de operações ou apresentação intencional de falsas declarações ao auditor independente.

Por fim, qualquer sistema de controle interno pode ser ineficaz contra fraudes decorrentes de atos de má-fé praticados ou gerados dentro da administração da empresa. Além do mais, é possível ainda, em certos níveis administrativos, tornar ineficazes controles internos que impediriam a realização de fraudes semelhantes por outros empregados.

As nossas auditorias das demonstrações financeiras do Banco Nacional - a KPMG tem auditado nos últimos anos e o banco possui cerca de setecentas agências e postos bancários - eram planejadas com base nas afirmações refletidas nas demonstrações financeiras, que são de responsabilidade da administração, em nossa avaliação dos controles internos do banco, nos procedimentos de auditoria que julgávamos adequados naquelas circunstâncias.

Posto em termos genéricos, nossos procedimentos de auditoria incluíam toda sorte de testes, exames, avaliações, verificações físicas, cálculos, exames não à base de testes também dos sistemas de computadores do banco. Ou seja, fazíamos tudo aquilo que a literatura prevê em termos de auditoria para poder o auditor ter condições de dar sua opinião para chegar às suas conclusões.

Os procedimentos de auditoria foram aplicados no Banco Nacional por mim, como sócio, e por um gerente muito experiente, pois ele tem cerca de treze anos de experiência na área, inclusive com estágio de dezoito meses na KPMG americana, onde procurou aprimorar seu treinamento sobre normas de auditoria e princípios de contabilidade.

Os procedimentos que descrevi de forma genérica são os mesmos adotados pela KPMG na auditoria de outros bancos e, também são basicamente os mesmos que outras empresas de auditoria utilizam na auditoria de bancos.

O SR. PEDRO SIMON - No Brasil e no exterior?

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - No Brasil e no exterior. Nós temos, por exemplo, uma metodologia de trabalho idêntica no mundo inteiro. Apesar de a KPMG ser uma firma brasileira, usamos o mesmo nome, atendemos aos clientes internacionais, fazemos os nossos serviços apoiados nessa estrutura,

inclusive com revisões de qualidade, no sentido de que esse trabalho seja - e está sendo - bem conduzido. Eu acreditava, quando da realização dos trabalhos - e ainda acredito - que os procedimentos de auditoria aplicados no Banco Nacional estavam adequados às circunstâncias. A KPMG deveria ter descoberto o esquema? É uma pergunta que se tem feito bastante, e muito já foi dito na imprensa sobre o fato de a KPMG ter ou não obrigação de descobrir falsas informações incluídas nas demonstrações financeiras do Banco Nacional. Como pessoa ligada diretamente ao trabalho e com um interesse muito especial no resultado das investigações, eu me fiz essa pergunta por diversas vezes. V. Ex^{as} podem acreditar, ninguém mais do que eu gostaria de ter descoberto tais irregularidades, cujas existências têm sido divulgada pela imprensa.

Embora tenhamos auditado as demonstrações do banco dentro dos padrões e normas de auditoria, nosso trabalho dificilmente poderia ter detectado um esquema de natureza e magnitude tão importante. Li e ouvi pessoas levantando críticas na mídia pelo fato de a KPMG não ter descoberto falsas informações, bem como por não termos conseguido descobrir o esquema. Outras empresas de auditoria também não conseguiram descobrir informações falsas em escândalos conhecidos internacionalmente, como é o caso do BCCI como é o caso do Daiwa Bank, como é o caso do Banco Barings.

Na realidade, se um esquema é bem articulado e executado com o intuito de esconder práticas fraudulentas e ocultá-las dos reguladores e auditores, é extremamente difícil descobrir a ocultação de tais informações, quando da realização dos trabalhos de auditoria que são aplicados de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas. O exame realizado nos termos dessas normas baseia-se em testes de auditoria e não inclui, bem como não pode incluir, um exame cem por cento das operações. A auditoria realizada com base nas normas de auditoria presume a honestidade e integridade das pessoas e da empresa auditada, salvo se algum fato chegar ao conhecimento do auditor em sentido contrário.

Antes mesmo de aceitarmos um trabalho de auditoria, fazemos uma avaliação dos administradores, da ética, do profissionalismo, da confiança que a gente pode depositar nessas pessoas. Isso está previsto nas normas de auditoria internacionais.

O SR. PEDRO SIMON - Não se parte do princípio de que os donos de bancos são pessoas sérias.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Depois que nós aceitamos como cliente, sim.

Na realidade, se um esquema é bem articulado e executado com o intuito de esconder práticas fraudulentas e ocultá-las dos reguladores e auditores. É muito difícil encontrar...

V. Ex^{as} poderiam perguntar-se ou perguntar-me para que serviria então uma auditoria, se ela não é capaz de garantir plenamente a descoberta de um esquema fraudulento, praticado por uma administração de uma companhia. Ocorre que a importância da auditoria reside no fato de poder detectar erros substanciais nas demonstrações financeiras. A auditoria oferece garantias razoáveis de que erros realizados na preparação das demonstrações sejam detectados.

Recentemente, numa palestra, num programa de televisão, André Lara Resende fez comentários justamente a esse respeito. Ele dizia, naquela ocasião, que, se no Nacional ocorreram coisas para se escapar da fiscalização, da auditoria, para se ficar abaixo da linha de radar, poderiam ter sido tomadas medidas para se controlar risco, mas dentro do banco existia uma situação desonesta de parte de algum funcionário ou de um grupo de funcionários. E não há controle de risco que garanta que o sistema vá impedir que essas coisas aconteçam. Da mesma forma, apesar do desenvolvimento tecnológico dos dispositivos de segurança de voo, fazendo uma analogia com a questão da auditoria, os aviões caem. Mas, nem por isso, nós entendemos que os aviões têm problemas sérios, quer dizer, é um meio de transporte que não seja confiável.

Agradeço a atenção de V. Ex^a e estou à disposição para responder às questões que julguem necessárias. Obrigado pela atenção e pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Srs. Senadores, temos só cinco minutos. Abriria os cinco minutos só para comentários com o expositor e daremos continuidade no dia 9, às 10 horas, para todas as perguntas porque acredito que 5 minutos não dá nem para um só perguntar.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - O Sr. conhece o Sr. Irineu de Mula?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Pedro Simon, por favor, no microfone.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Conheço.

O SR. PEDRO SIMON - É da sua empresa?

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - Não, não é da minha empresa, mas é do Ibracon, o nosso instituto profissional, e nós o conhecemos.

O SR. PEDRO SIMON - Ele defende a tese de V. Ex^a, quer dizer, mas ele defende a tese de que

não era possível que uma empresa, por exemplo, o Banco Nacional, tenha um rombo R\$4 bilhões para depois as autoridades começarem a fazer a fiscalização.

Textualmente, ele diz na Comissão que tem como Presidente o Senador Ney Suassuna, ele diz o seguinte: "Não parece razoável que um banco precisa apresentar uma irregularidade, como foi o caso do Banco Nacional, para as autoridades darem início a um processo". Irineu diz que um País onde existe uma cultura financeira mais realista, as providências estariam sendo tomadas quando se detivessem irregularidades com os primeiros mil reais. Ele diz que num país normal, numa questão normal, as irregularidades nos primeiros mil reais deveriam ter a fiscalização. No Brasil, chega a R\$4 bilhões e não há fiscalização.

Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a que entendendo a argumentação de V. Ex^a. V. Ex^a, a rigor, é contratado pelo proprietário do banco. Proprietário e banco que passam pelo Banco Central. E se presume que trabalham dentro da racionalidade e da honestidade.

Na verdade, se vendia expectativa e, ao longo do tempo, se vende a expectativa de que os senhores - fornece o nome, Auditoria Independente - dá a impressão, com esse nome, de que sendo independente - o que quer dizer o independente aí? O independente aí é que se está fazendo a fiscalização e a proteção da sociedade, do cidadão. E ele diz que isso não acontece.

Repare V. Ex^a que o grande sentido que temos - e gostaríamos que V. Ex^a nos desse uma colaboração - o que aconteceu? Um banco vem e diz que durante 10 anos ele estava praticando. Praticando o quê? Setecentas e tantas contas fantasmas de pessoas que não existem ou de pessoas que existem, mas que não movimentavam e estavam sendo movimentadas.

O Sr. Delfim Neto, diz a quem quer ouvir - e já disse em várias entrevistas - que ele não entende como o Banco Central não tenha apurado isso. Porque isso, diz ele, se apura por uma simples amostragem. Argumenta o Sr. Delfim Neto que é mandar a fiscalização do Banco Central chegar num banco, numa empreiteira, indústria, seja lá o que for, faz a apuração e vai verificar que tem um número "x" de contas fantasmas. Isso não pode acontecer por um prazo tão longo de 10 anos.

O que precisamos aqui - quero dizer com toda a sinceridade a V. Ex^a e eu, pessoalmente, tenho essa preocupação - que não é apenas a preocupação do Nacional. Na verdade, tenho dito e repetido mil vezes e não tenho tido a competência de que alguém seja sensibilizado pelo que estou dizendo, mas quero dizer o seguinte: se o Banco Nacional,

durante 10 anos disse que tem contas fantasmas, que tem dois balanços, um balanço para valer e outro de mentira, que tem a assinatura de V. Ex^a o balanço de mentira, que tem a presença e o endosso do Banco Central, da fiscalização da Fazenda, do Tribunal de Contas, e se isso resultou uma fraude que estourou em R\$4 bilhões durante esses 10 anos. Será que é só o Banco Nacional? Será que não há outros bancos, outras empresas, pessoas físicas cometendo fraudes? Essa economia informal, esses traficantes de drogas, essas gangues que existem por aí... Que monstruosidades devem estar acontecendo, e não temos a mínima chance nesse sentido.

Hoje o cidadão não precisa mais ir à Suíça, não precisa mais nem ir ao Uruguai para depositar. Esse Banco mesmo, esse mesmo Banco Nacional, colegas meus dizem que pessoas do Banco iam à sua residência e diziam: "Você quer depositar no Uruguai? Não precisa ir ao Uruguai, você vem aqui, traz os seus dólares, e eu mando para lá e trago o recibo pessoalmente". Isso é verdade. A pessoa entrega os dólares para o agente do Banco, o agente do Banco faz o depósito no Banco do Uruguai e traz o recibo, sem que tenha que ir a Montevideo. Não precisa ir a Montevideo para depositar num Banco estrangeiro. O representante do Banco recebia o dinheiro, levava ao Uruguai, depositava no Banco e dava o recibo.

Você faz um depósito no Banco Nacional de Porto Alegre, pega o recibo; daí a dias, o agente vai a Montevideo e deposita num Banco europeu, faz a transferência e entrega a você a transferência do seu dinheiro para o Banco europeu, sem você sair de casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a tem um minuto para concluir.

O SR. PEDRO SIMON - O que podemos fazer? V. Ex^a não pode fazer nada, V. Ex^a não tem culpa de nada. Pela sua empresa, nunca vai acontecer nada, porque a sua fiscalização é outro tipo de fiscalização. Mas, no nosso caso, qual é a sugestão, qual é a solicitação, qual é a proposta, qual é a idéia, qual é o conselho, qual é o caminho que V. Ex^a nos aponta? Porque, bem ou mal, V. Ex^a, durante 10 anos, fez auditoria nessa empresa, e eu confiava no Banco porque confiava em V. Ex^a. Pensei que estava tranquilo, porque a empresa está lá, se ela diz que é séria é porque é séria. Qual o conselho que V. Ex^a dá a esta Casa, a esta Comissão em termos de futuro?

O SR. PEDRO PIVA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva, pela ordem.

O SR. PEDRO PIVA - São 14 horas e 26 minutos, e dentro de 4 minutos temos que encerrar esta reunião. Gostaria de ver lido e votado o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Gostaria de desculpar-me perante ao Dr. Marco Aurélio Maciel, que está aqui desde às 8 e meia da manhã. Os trabalhos se excederam, mas daremos sequência. Lamento tirar mais um dia de trabalho de V. Sa, mas para melhor aproveitamento do Senado e da opinião pública, no dia 9, às 10 horas da manhã, em ponto, começaremos, das 10 ao meio-dia, e depois ouviremos o Presidente da CVM.

Agradeço a presença V. Sa e aceite minhas desculpas.

O SR. MARCO AURÉLIO MACIEL - A satisfação foi minha em estar aqui com os senhores. Todos estavam trabalhando; é difícil administrar o tempo quando as pessoas têm o que falar.

Muito obrigado e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Srs. Senadores, temos um requerimento em mãos, que diz: "Requeiro ao Senador Gilberto Miranda, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, considerando requerimento do Senador Pedro Piva, o subscritor, solicitado novamente seja colocado em votação...."

Srs. Senadores, Senador Pedro Simon, Senador José Fogaça, conhecedores do Regimento, é muito importante ouvirem isto, para não haver mais polêmica.

"Requerimento nº

O Senador Pedro Piva pede que o requerimento do Senador Osmar Dias seja colocado novamente em votação na Comissão.

Os Senadores abaixo-assinados propõem seja considerado aprovado o requerimento que propõe a CAE para estudo do projeto de resolução sobre o Banespa, a qual deve ter um prazo definido, consensualmente, até 9 de abril de 1996, para juntos apresentarem suas conclusões, de tal maneira a não se caracterizar uma simples protelação. Propõe também seja logo designado o Relator para iniciar seus trabalhos junto à referida comissão.

O Presidente da Comissão também subscreve o requerimento, que conta com 16 assinaturas.

Vou fazer votação nominal do requerimento.

(*Procede-se à votação nominal.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Estou procedendo à votação nominal porque não há **quorum** para votar o requerimento. Isso para não falarem que o Presidente votou às pressas, não fez verificação de **quorum**.

Como vota o Senador Epitacio Cafeteira?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, no momento em que V. Exª coloca em votação nominal, dizendo que não há **quorum**, não vamos fazer coisa alguma.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Procedo assim para que não venham falar, depois, que

não houve **quorum** - a imprensa está atenta. Pode ser que cheguem mais quatro Senadores até o final e nós aprovamos o requerimento. Sou subscritor e voto favoravelmente.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, o requerimento do nobre Senador Pedro Piva trata de uma questão que não tinha por que ser posta em votação.

V. Exª, como já fez de outra vez, despacharia de ofício a solicitação dele e, em outra oportunidade, votaríamos os requerimentos do nobre Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Cafeteira, passo as suas mãos o requerimento, para que V. Exª veja o teor, considerando o requerimento do Senador Pedro Piva que seja colocado novamente em votação o requerimento do Senador Osmar Dias. Estou de acordo em que se termine dia 9 e vamos fazer tudo para terminar dia 9.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Voto para que se ponha novamente em votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu também.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, procurou-se chegar a um consenso sobre isso; há dezesseis assinaturas, portanto, a maior parte. Ainda hoje, V. Exª aprovou o consenso, não colocando em votação o requerimento de convite, formulado pelo Senador Jefferson Péres, reiterado pelo Senador, para que o Ministro Ciro Gomes seja convidado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Estou de acordo, inclusive assinei o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Primeiro, eu gostaria de assinalar que foi consensual, há 16 assinaturas, a maior parte dos membros.

Agora, com respeito à observação do dia 9, sugiro que o dia 9 seja apenas indicativo da vontade, mas que perfeitamente se considere o dia 9, se precisar mais uma semana, ou até dez dias.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Estamos de acordo que seja dia 9 ou que seja mais uma semana. O Senador Pedro Piva está de acordo.

Como já são 14h30min, não podemos continuar, pois a sessão vai começar. Mantemos todos um compromisso de tentar terminar no dia 9, e, se for o caso, mais uma semana. Se extrapolar, votamos esse requerimento, cancelando a sequência da data.

Está encerrada a reunião.

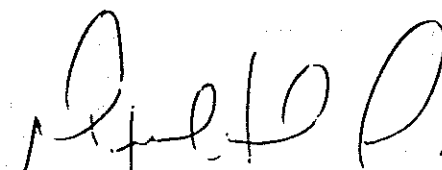
(*Levanta-se a reunião às 14h31min.*)

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 375, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4409/96-5,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ GUIMARÃES ÁVILA, matrícula 2159, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Consultoria de Orçamentos do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 22 de março de 1996.

Senado Federal, 03 de abril de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 376 DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4476/96-4,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO MARIUS MIRANDA DE OLIVEIRA, matrícula 4671, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7

- Especialidade de Transporte, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Odacir Soares, com efeitos financeiros a partir de 21 de março de 1996, e lotá-lo no Gabinete da Primeira Secretaria a partir da mesma data.

Senado Federal, 03 de abril de 1996



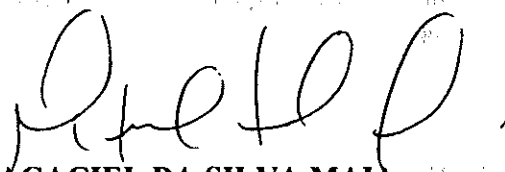
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 377, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4476/96-1,

RESOLVE designar o servidor ANTONIO MARIUS MIRANDA DE OLIVEIRA, matrícula 4671, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete da Primeira-Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 21 de março de 1996.

Senado Federal, 03 de abril de 1996



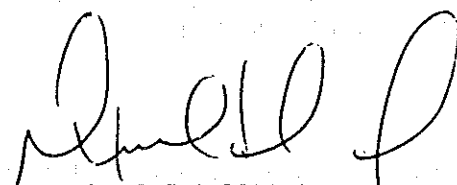
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 378, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4388/96-8,

RESOLVE dispensar o servidor SILVOIMAR ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 3168, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 22 de março de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 03 de abril de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 379, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4362/96-9,

RESOLVE dispensar o servidor ARY BARRETO, matrícula 1750, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo

Legislativo, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Contínuo, Símbolo FC-01, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 21 de março de 1996, e lotá-lo na Subsecretaria de Assistência Médica e Social a partir da mesma data.

Senado Federal, 03 de abril de 1996



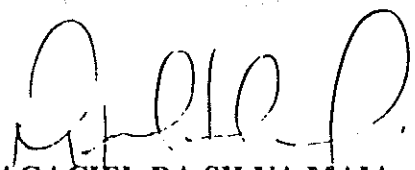
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 380, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4403/96-7,

RESOLVE dispensar o servidor do CEGRAF, RICARDO MACEDO, matrícula 1690, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Chefe da Seção de Administração do Serviço Técnico de Coordenação de Audio, Símbolo FC-05, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 22 de março de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 03 de abril de 1996



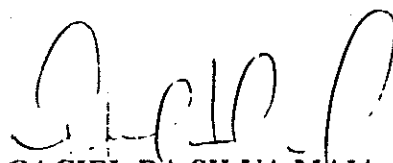
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.381, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4403/96-7,

RESOLVE designar o servidor do CEGRAF, RICARDO MACEDO, matrícula 1690, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a FUNÇÃO COMMISSIONADA de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 22 de março de 1996.

Senado Federal, 03 de abril de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

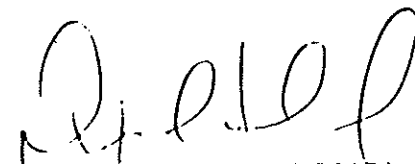
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.382, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4402/96-0,

RESOLVE dispensar o servidor GERSON DE SOUSA LIMA FILHO, matrícula 3791, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 -

Especialidade de Processo Legislativo, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 22 de março de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 03 de abril de 1996



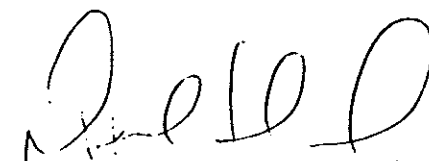
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.383, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4402/96-0,

RESOLVE designar o servidor GERSON DE SOUSA LIMA FILHO, matrícula 3791, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Chefe da Seção de Administração do Serviço Técnico de Coordenação de Áudio, Símbolo FC-05, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 22 de março de 1996.

Senado Federal, 03 de abril de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

- 1. Casildo Maldaner
- 2. Ramez Tebet
- 3. Nabor Júnior
- 4. Ney Suassuna

- 1. Elcio Álvares
- 2. Francelino Pereira
- 3. Waldeck Ornelas
- 4. José Alves

- 1. Lúcio Alcântara
- 2. Pedro Piva

- 1. Epitácio Cafeteira
- 2. Osmar Dias (PSDB)

- 1. Emília Fernandes

- 1. Marina Silva

- 1. Darcy Ribeiro

PMDB

PFL

PSDB

PPB (ex-PPR + ex-PP)

PTB

PT

PDT

Suplentes

- 1. Onofre Quinan
- 2. Gerson Camata
- 3. Flaviano Melo
- 4. Coutinho Jorge

- 1. José Agripino
- 2. Carlos Patrocínio
- 3. Vilson Kleinübing
- 4. José Bianco

- 1. Jefferson Peres
- 2. José Ignácio Ferreira

- 1. Lucídio Portella
- 2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

- 1. Arlindo Porto

- 1. Lauro Campos

- 1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSE ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/82	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/08	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/92	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3089/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI-1504/08
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2081/82	2-LÚCIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2381/82	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN •3	SC-4200/08	1-EPITÁCIO CAFETEIRA •5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA •4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA •6	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2381/82
EDUARDO SUPICY	SP-3213/18	2- ADEMIR ANDRADE •1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4069/90
PP			
JOÃO FRANÇA •7	RR-3087/3088	1-BERNARDO CABRAL •8	AM-2081/82
OSMAR DIAS •2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA •9	DF-2011/12
PDT			
JUNIA MARISE	MG-4781/82	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- 1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT
- 2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/02/83
- 3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 28/10/86
- 4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 28/10/86
- 5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 28/10/86
- 6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 28/10/86
- 7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PT, em 28/10/86
- 8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPR, em 28/10/86
- 9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 28/10/86

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4805

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3285
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BEN VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE(S))

TITULARES		SUPLENTE(S)	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2481/87
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4058/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2381/87
PSDB			
BEN VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2081/87
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN *4	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2161/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES *6	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA *7	RR-3087/88
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/80
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7463/4018
PSB / PL / PPS			
VAGO		1-VAGO	

- *1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/08/88
- *2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 28/10/88
- *3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 28/10/88
- *4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 28/10/88
- *5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 28/10/88
- *6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 28/10/88
- *7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 28/10/88
- *8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 28/10/88

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4808/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3369
 FAX: 311-3852

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4348/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2161/67
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/67
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3061/63	6-CASHLO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3246/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/07
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/89
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2391/67	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN •3	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA •4	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/67	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL •5	AM-2081/67	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES•6	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4069/69	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/39	1-JUMA MARISE	MG-4761/62
PGB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1-EDUARDO SUPLICY •1	SP-3216/16
PL			
ROMEU TUMA •2	SP-2061/67	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1-VAGO	

- 1 - EDUARDO SUPLICY (PT) - vaga cedida pelo PBS
- 2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/86
- 3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 28/10/86
- 4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 28/10/86
- 5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB em 25/10/86
- 6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 28/10/86

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3641
 FAX: 311- 4316

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27. TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO.REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4077/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3065/88	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARÇA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
PEDRO PIVA	SP-2351/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2081/82
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA •4	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA •6	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA •5	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN •7	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE •1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA •8	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS •2	PR-2121/22
VAGO		2-BERNARDO CABRAL •9	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO •3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- 1 - ROBERTO FREIRE (PPB) - vaga cedida pelo PT
- 2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/96
- 3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/96
- 4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96
- 5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/96
- 6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96
- 7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/96
- 8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/96
- 9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/96

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/04
FLAVIANO MELO	AC-3493/84		
HUMBERTO LUCENA	PB-3138/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4082/89	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4085/58		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA •1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA •2	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES•3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA •4	RR-3087/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			
VAGO			

- *1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/88
- *2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/88
- *3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/88
- *4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/88

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
 SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
 TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3919

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
 TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
 FAX: 311-1098

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAMA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4348
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3108
FERNANDO BEZERRA	RN-2481/2487	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCINIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2381/2387	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2161/2187
PSS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/08/88

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/08/88

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 28/10/88

*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/88

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/88

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/84	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2481/87
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3138/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINOWING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *3	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

- *1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/08/88
- *2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/88
- *3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/88
- *4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PSB, em 25/10/88
- *5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/88

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
 FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-85)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-85

2 Filado ao PSDB em 22-6-85

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-85

4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 14-2-86

Oemar Dias²

PP

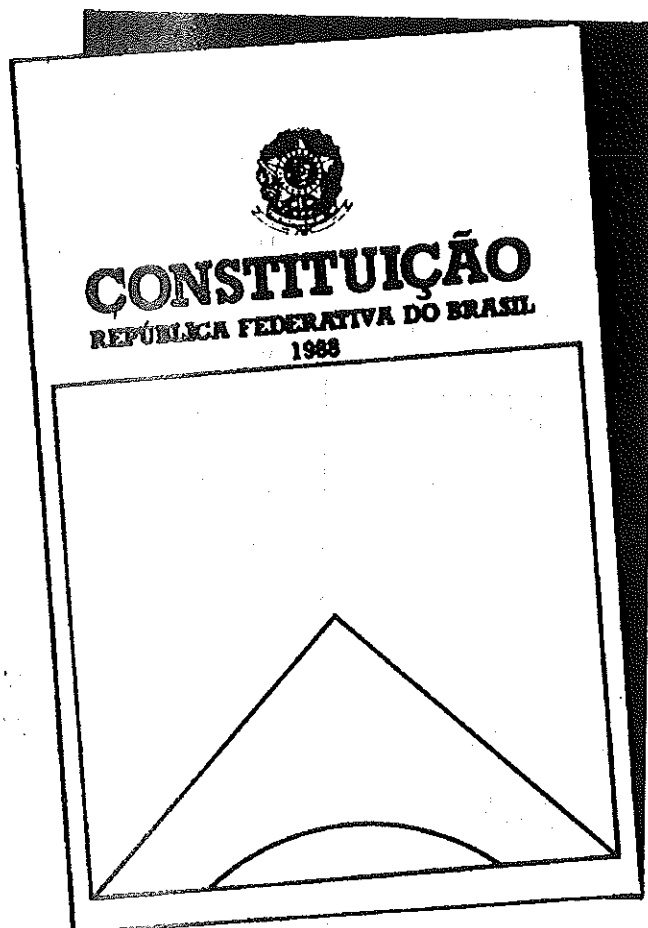
PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplo
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal



CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS